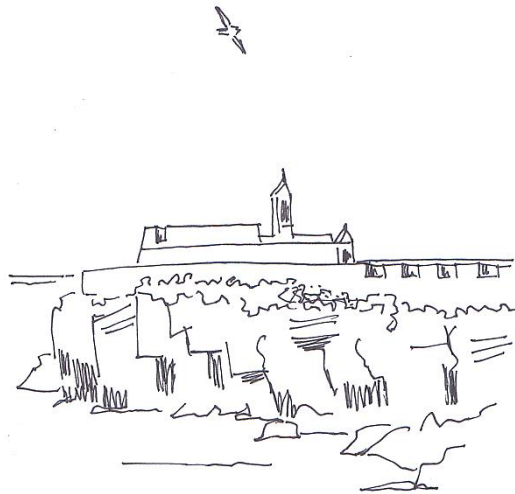




FACULDADE DE
ARQUITECTURA



(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO
REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMONIAL DA CIDADELA DE PENICHE

ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
(Licenciada)

Projecto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientador científico: Professor Doutor Ricardo Jorge Fernandes da Silva Pinto

Júri: Presidente: Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus
Vogal: Professora Doutora Ana Marta das Neves Santos Feliciano
Vogal: Professor Doutor Ricardo Jorge Fernandes da Silva Pinto

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro 2018
Documento Definitivo

RESUMO

O presente trabalho partiu do interesse pelo património esquecido, no qual se insere a Fortaleza de São Francisco, em Peniche. Debruçada sobre o mar e de atmosfera singular, ela interpela-nos à descoberta da sua história e das camadas que a constroem.

Considerada uma das praças-fortes mais importantes do reino, fez parte do conjunto de defesa costeiro da capital e um dos maiores exemplares de arquitetura militar portuguesa que prevaleceu, não intacta, ao passar do tempo. Dos seus apoios defensivos, pouco ou nada resta.

Parte-se da reflexão sobre o seu valor patrimonial, do carácter e da sua essência. Da ligação entre o património e o espaço que o envolve. Do que o lugar quer ser, do que se pode tornar. Estuda-se a sua evolução, como se alterou no tempo e explora-se as valências que contem, a singularidade do lugar.

Numa tentativa de reavivar a sua importância, de compreender de que modo se reergue um monumento perdido no tempo, apresenta-se uma proposta que assume a sua regeneração, através da ligação entre as suas pré-existências e a atribuição de uma nova linguagem arquitetónica. Concede-se um novo uso, uma nova vivência, como resposta ponderada às fragilidades do lugar.

PALAVRAS CHAVE

Monumento, Património, Fortaleza, Pousada, Peniche.

ABSTRACT

The present work started from the interest in the forgotten heritage, in which the Fortress of San Francisco, in Peniche, is located. Leaning over the sea and with a unique atmosphere, it challenges us to discover its history and the layers that build it.

Considered one of the most important strongholds of the kingdom, it was part of the coastal defense complex of the capital and one of the largest examples of portuguese military architecture that prevailed, not intact, over time. Of its defensive supports, little or nothing remains.

It starts from the reflection on its patrimonial value, the character and its essence; the link between heritage and the space that surrounds it. What the place wants to be, what it can become. Its evolution is studied, as it has changed over time and explores the valences that it contains, the singularity of the place.

In an attempt to revive its importance, to understand how a monument lost in time retains, a proposal that assumes its regeneration, through the link between its pre-existences and the attribution of a new architectural language is presented. A new use, a new experience, is given as a pondered response to the fragility of the place.

KEY WORDS

Monument, Heritage, Fortress, Lodging, Peniche.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Ricardo Silva Pinto, por toda a orientação, paciência e compreensão ao longo deste percurso tão atribulado.

Ao escritor e historiador Mariano Calado, pelo interesse no trabalho e pela agradável conversa.

Ao Sargento Chefe Paulo Almeida, do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército, por toda a disponibilidade e cedência de material cartográfico.

Aos meus amigos, por todo o companheirismo e apoio prestado.

Ao meu avô “Manel”, companheiro de todos os momentos e à minha avó Carmo, pelo apoio incondicional.

Ao David, por acreditar.

À minha mãe, o meu pilar.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1.	ENQUADRAMENTO	15
1.2.	METODOLOGIA	16
1.3.	ESTRUTURA	17
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE	19
2.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-MORFOLÓGICA.....	19
2.2.	INVENTÁRIO DO SISTEMA DEFENSIVO DE PENICHE	27
2.3.	FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS.....	37
3.	IDENTIDADE	41
3.1.	A FORTALEZA DE SÃO FRANCISCO	41
3.2.	A PRISÃO POLITICA.....	53
3.3.	O MUSEU MUNICIPAL	57
4.	CONCEITOS.....	59
4.1.	PATRIMÓNIO HISTÓRICO	59
4.2.	MONUMENTO	64
4.3.	HETEROTOPIA	66
5.	CASOS DE ESTUDO	69
5.1.	POUSADA DA CIDADELA DE CASCAIS.....	69
5.2.	POUSADA DE SANTA MARINHA DA COSTA.....	72
5.3.	POUSADA DA FLOR DA ROSA	75
5.4.	POUSADA DE D. DINIS.....	78

6.	A POUSADA	81
6.1.	PROPOSTAS EXISTENTES	83
6.2.	NOVA PROPOSTA – O PROJETO	85
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

INDICE DE IMAGENS

Figura 1 Evolução da morfologia da costa de Peniche, segundo esquemas de Mariano Calado.....	19
Esquema da autora	
Figura 2 Planta de Configuração da Ilha da Berlenga. S.d.	23
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército, COTA 798-1-2-2	
Figura 3 Carta Topográfica da Ilha de Peniche, em 1801.	23
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército, COTA 3297-1-7-11	
Figura 4 Planta representativa do Forte das Cabanas, em 1820.	30
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército, COTA 3404-2A-30-42	
Figura 5 Fotografia do Porto de Peniche, em 1920.	30
Fonte: http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.com	
Figura 6 Planta representativa do Forte de Santo António, em 1935.	30
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército, COTA 8970-1-7-11	
Figura 7 Projecto de Construção do Paiol Grande da Praça-forte, em 1856.	30
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército, COTA 3458_II-2A-30-42	
Figura 8 Planta representativa do Porto da Areia Sul, em 1885.	31
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3417-2A-30-42	
Figura 9 Imagem do Porto da Areia Sul, s.d.	31
Fonte: http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.com	
Figura 10 Planta representativa do Forte da Vitória, em 1895.	31
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 6278_I-4-58-69	
Figura 11 Fotografia do Forte da Vitória, s.d.	31
Fonte: http://caldeiradapenicheira.blogspot.com	
Figura 12 Planta representativa da defesa da zona norte, em 1846.	32
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3297-1-7-11	
Figura 13 Planta representativa do Forte da Luz, em 1814.	32
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3460_I-2A-30-42	
Figura 14 Fotografia do estado atual do Forte da Luz.	32
Fonte: https://pinturasempeniche.blogspot.com	
Figura 15 Planta representativa do conjunto “Linha dos Moinhos” s.d.	33

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3434-2A-30-42	
Figura 16 Um dos moinhos do conjunto que ainda é possível encontrar.	33
Fonte: http://caldeiradapenicheira.blogspot.com	
Figura 17 Representação do Entrincheiramento de São Miguel, em 1846.	33
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3308-1-7-11	
Figura 18 Planta representativa das Muralhas de Peniche e seus baluartes, em 1814.	34
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3444_I-2A-30-42	
Figura 19 Planta representativa da contra escarpa das muralhas, em 1846.	35
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 6348-4-58-69	
Figura 20 Fotografia do estado atual do Castelo de Atouguia.	35
Fonte: http://caldeiradapenicheira.blogspot.com	
Figura 21 Planta representativa do Fortim do Baleal, em 1895.	35
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 6286-4-58-69	
Figura 22 Fotografia do estado atual do Fortim do Baleal.	35
Fonte: http://caldeiradapenicheira.blogspot.com	
Figura 23 Planta representativa do Forte da Consolação, em 1885.	36
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 8142-3-43-PP	
Figura 24 Estado atual do Forte da Consolação.	36
Fotografia da autora.	
Figura 25 Planta representativa do Forte da Berlenga, s.d.	36
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3378_I-1-2-2	
Figura 26 Estado atual do Forte das Berlengas.	36
Fonte: http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.com	
Figura 27 Fortaleza de Peniche como exemplo de fortificação abaluartada, com um baluarte e três meios baluartes.	40
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 8966-1-7-11	
Figura 28 Fotografia aérea da Fortaleza de Peniche, em 1940.	41
Fonte: http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.com	
Figura 29 Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.	44
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3412_I-2A-30-42_a	
Figura 30 Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.	45
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3412_I-2A-30-42_b	
Figura 31 Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.	46
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3412_I-2A-30-42_c	

Figura 32 Perfis da Fortaleza de Peniche em 1824.	47
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3412_III-2A-30-42	
Figura 33/ Vista da entrada pelo túnel do revelim.	48
Fonte: http://fortalezas.org	
Figura 34 Vista da ponte para a entrada da Fortaleza.	48
Fonte: http://fortalezas.org	
Figura 35 Vista atual do exterior do Redondo.	48
Fonte: www.expresso.sapo.pt	
Figura 36 Perfis do antigo Palácio do Governador, em 1840, antes da explosão.	49
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3291-1-7-11	
Figura 37 Fotografia do Palácio do Governador, antes da explosão, s.d.	49
Fonte: http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.com	
Figura 38 Fotografia do nicho que abriga o sino.	50
Fotografia da autora	
Figura 39 Fotografia do altar da capela de Santa Bárbara.	50
Fonte: www.monumentos.gov.pt (editado pela autora)	
Figura 40 Fotografia da cisterna no seu estado atual.	51
Fonte: www.monumentos.gov.pt	
Figura 41 Planta representativa da cisterna, s.d.	51
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército COTA 3370_I-1-7-11	
Figura 42 Vista exterior das claraboias que iluminam as casamatas.	52
Fonte: www.monumentos.gov.pt (editado pela autora)	
Figura 43 Vista do corredor das casamatas.	52
Fonte: https://www.flickr.com/photos/manuelchagas	
Figura 44 Vista exterior do conjunto dos novos edifícios prisionais, s.d.	53
Fotografia da autora.	
Figura 45 Programa gráfico da organização do espaço por Cottinelli Telmo.	54
Fonte: www.ler.letras.up.pt	
Figura 46 Estudo da altura e forma dos muros.	54
Fonte: www.ler.letras.up.pt	
Figura 47 Vista exterior do novo edifício - parlatório.	55
Fonte: http://fortalezas.org (editado pela autora)	
Figura 48 Vista interior do espaço de visitas do parlatório.	55
Fonte: http://fortalezas.org (editado pela autora)	
Figura 49 Vista atual do exterior do bloco C.	55
Fonte: www.expresso.sapo.pt	
Figura 50 Vista atual do exterior do bloco A.	56
Fotografia da autora.	
Figura 51 Vista aérea da Cidadela de Cascais.	69
Fonte: www.destenia.pt	
Figura 52 Planta de Cobertura da Cidadela de Cascais, com o novo volume.	70
Fonte: www.archidaily.pt (editado pela autora)	

Figura 53 Vista Interior do espaço de receção da pousada.	70
Fonte: João Góis.	
Figura 54 Vista exterior do pano de muralha que abriga alguns quartos.....	70
Fonte: João Góis.	
Figura 55 Vista exterior do novo volume da pousada.	70
Fonte: João Góis.	
Figura 56 Vista exterior da reabilitação da zona do quartel, para quartos.	70
Fonte: João Góis.	
Figura 57 Vista Aérea da Pousada de Sta. Marinha da Costa	72
Fonte: www.preexistencias.pt (editado pela autora)	
Figura 58 Planta de cobertura do novo volume da pousada.	73
Fonte: www.guiasdearquitectura.com (editado pela autora)	
Figura 59 Vista interior do corredor de acesso aos quartos.....	73
Fonte: www.preexistencias.pt (editado pela autora)	
Figura 60 Vista exterior da entrada da pousada e igreja.	73
Fonte: www.preexistencias.pt (editado pela autora)	
Figura 61 Vista do novo volume construído.	73
Fonte: www.preexistencias.pt (editado pela autora)	
Figura 62 Vista do pátio da pousada.....	73
Fonte: www.preexistencias.pt (editado pela autora)	
Figura 63 Vista Aérea da Pousada de Flor da Rosa	75
Fonte: www.portugalfotografiaaerea.com (editado pela autora)	
Figura 64 Planta explicativa do novo volume da pousada.....	76
Fonte: www.arquivoatom.up.pt (editado pela autora)	
Figura 65 Vista interior da zona de estar da pousada.	76
Fonte: www.andessemeparar.blogspot.pt (editado pela autora)	
Figura 66 Pormenor da nova construção, em contraste com a pré-existência. ...	76
Fonte: www.andessemeparar.blogspot.pt (editado pela autora)	
Figura 67 Vista exterior do espaço da pousada.	76
Fonte: www.andessemeparar.blogspot.pt (editado pela autora)	
Figura 68 Vista exterior da fachada do novo volume.	76
Fonte: www.andessemeparar.blogspot.pt (editado pela autora)	
Figura 69 Vista Aérea da Pousada de D. Dinis	78
Fonte: www.portugalfotografiaaerea.com (editado pela autora)	
Figura 70 Planta de localização da pousada, com o novo volume.	79
Fonte: www.arquivoatom.up.pt (editado pela autora)	
Figura 71 Vista exterior do restaurante.....	79
Fonte: www.monumentos.gov.pt (editado pela autora)	
Figura 72 Vista da entrada para a pousada.	79
Fonte: www.monumentos.gov.pt (editado pela autora)	
Figura 73 Vista exterior do novo volume, restaurante.....	79
Fonte: www.monumentos.gov.pt (editado pela autora)	
Figura 74 Pormenor de reabilitação das construções pré-existentes.	79
Fonte: www.monumentos.gov.pt (editado pela autora)	
Figura 75 Fortaleza de Peniche, vista do porto de pesca.	81

Fonte: Rute Claro.

Figura 76 | Fotografia da maquete do projeto de Álvaro Siza. 84

Fonte: www.expresso.sapo.pt

Figura 77 | Desenho de perspetiva do projeto de David Sinclair 84

Fonte: www.cm-peniche.pt

Figura 78 | Fotografia da maquete que apresenta a diferença entre as construções antigas e o novo "vazio". 86

Fotografia da autora

Figura 79 | Diferenciação entre espaço público (a azul) e privado (a vermelho). .. 89

Perspetiva da autora.

Figura 80 | Espaço de circulação (a vermelho), espaços de permanência dos utentes 90

Perspetiva da autora.

Figura 81 | Quartos com diferentes tipologias. Suites (a azul), duplos (a creme), de casal 91

Perspetiva da autora.

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO

As fortalezas eram estruturas funcionais que tinham como missão defender o território e enquadrar a exploração do mesmo. Estavam destinadas a permanecer na paisagem como sinais de poder. Agora, na atualidade, perderam a sua função, a sua identidade. Pode-se dizer que, destes sistemas defensivos, apenas resta a memória e o seu valor. Tornam-se momentos singulares perdidos no tempo.¹ Espaços que anteriormente foram de grande importância na sua função, assumem novos contornos ou caem num total estado de degradação. A arquitetura militar de carácter forte e imponente, torna-se agora frágil e esquecida. Assim aconteceu com a Fortaleza de Peniche.

Ao visitar a cidade de Peniche, é desde logo notada uma presença imponente: a sua Fortaleza. A escolha de a abordar como tema de tese partiu da vontade de intervir no que considero ser o “ex-libris” da cidade onde vivi e que se encontra parcialmente degradado. A fortaleza de São Francisco, nome pouco usado, faz parte do antigo sistema de defesa do Reino. Ladeada pelo Porto de Pesca e a Gruta da Furninha, esta encontra-se numa zona turística de excelência. O seu ponto forte é a vista deslumbrante que tem sobre a paisagem costeira e a sua relação íntima com o mar, não estivesse esta localizada num dos mais belos miradouros da península, o Alto da Vela.

Contudo, este conjunto patrimonial, classificado como Monumento Nacional, está visivelmente degradado. Com uma contagem de mais de cem mil visitantes por ano, é também cenário de centenas de visitas de estudo. Comprova-se então a sua importância, por isso chega a ser irónico o seu estado de degradação ao longo dos anos e o inaproveitamento das suas instalações. Nele funcionam várias organizações, como o Museu Municipal e o Núcleo de Dança e de Artes do Município.

¹ PEREIRA, Paulo. *Castelos e Fortalezas: pequena reflexão (meramente) teórica*. Pedra e Cal, Lisboa, no. 15., setembro de 2008, pág. 18.

Pode-se assim afirmar que a Fortaleza possui uma propensão à criação de uma nova centralidade, não só de interesse turístico, como também social, cultural e económico. É daqui que parte a questão inicial: Como atribuir um novo uso, uma nova função à Fortaleza sem que esta perca a sua essência, ou seja, preservando a sua memória e identidade?

O objetivo passou por perceber este problema identitário, de respeitar o passado, servir o presente e “adivinhar” o futuro. Numa abordagem de carácter social, procurou-se realizar uma leitura do lugar, identificando as carências e as necessidades, assim como perceber as suas potencialidades e características. O presente trabalho de Projecto Final de Mestrado abre espaço de discussão sobre a intervenção, de reabilitação, no património.

1.2. METODOLOGIA

A metodologia partiu, primeiramente, de uma incessante busca informativa sobre o edificado, assim como das suas alterações construtivas ao longo do tempo. Procurou-se, ao máximo, compreender a sua história, encontrar respostas para a sua construção e para todos os detalhes e acontecimentos mais relevantes que tenham acontecido no espaço. Foram realizadas várias visitas ao local, para melhor compreender a sua atmosfera, valências e organização.

Numa abordagem mais teórica, foi efetuada uma vasta pesquisa cartográfica e bibliográfica. Pretendeu-se, numa breve abordagem, compreender as características da arquitetura militar e prisional como a base da construção do edificado em questão. Aqui, esteve implícito o estudo das experiências vivenciadas nesta estrutura no decorrer dos anos. Os casos de estudo escolhidos servirão para conhecer e estudar como foram realizadas algumas intervenções de carácter semelhante. Por fim, sempre com o conceito de património como pano de fundo, será necessário perceber como se atua numa requalificação, tendo em conta o edificado existente, sem lhe causar danos.

Após toda a análise, tanto informativa, fotográfica, documental e *in situ*, existiram condições, com pontos-chave e pensamentos teórico-práticos sobre os quais foi possível concretizar uma proposta projetual que, de alguma forma, é necessária ao lugar.

1.3. ESTRUTURA

O desenvolvimento deste trabalho desenvolve-se em seis capítulos:

O primeiro capítulo, CONTEXTUALIZAÇÃO, tem uma componente introdutória, onde se pretende oferecer uma compreensão, numa primeira fase, da tipologia do edifício, de arquitetura militar – fortificação abaluartada – apresentando posteriormente a necessidade de enquadrar o território em análise, através do seu estudo histórico e geográfico. A segunda parte foca-se, essencialmente, no desenvolvimento morfológico da região de Peniche, fator de grande relevância para a ocupação do lugar. Neste capítulo faz-se ainda um levantamento do conjunto de construções que constituíam o sistema defensivo.

O segundo capítulo, IDENTIDADE, pretende fazer um estudo cronológico aprofundado, apresentando as suas características formais, sobre as modificações programáticas que a Fortaleza de Peniche sofreu ao longo do tempo.

O terceiro capítulo, CONCEITOS, consiste num conjunto de reflexões pertinentes no seguimento do trabalho. São apresentados conceitos sobre a noção de monumento e património.

O quarto capítulo, CASOS DE ESTUDO, apresenta as várias referências, alvo de estudo na elaboração do projeto, sendo elas: a Pousada da Cidadela de Cascais; a Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães; a Pousada da Flor da Rosa, no Crato; e a Pousada de D. Dinis, em Vila Nova de Cerveira.

Por último, o quinto capítulo, A POUSADA, onde se desenvolve a proposta do exercício de projeto, com base nos conhecimentos estudados e desenvolvidos ao longo do trabalho. Através do desenho do mesmo pretende-se responder aos desafios impostos pelo lugar, respeitando as suas pré-existências e atribuindo-lhe uma nova leitura, pela construção nova. Compreende-se uma tentativa de valorização patrimonial, de comunhão com o monumento onde se insere.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-MORFOLÓGICA

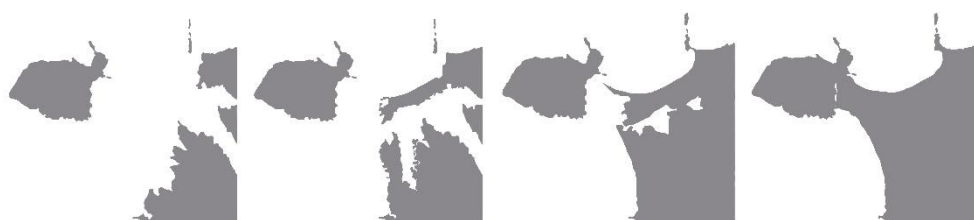


Figura 1 | Evolução da morfologia da costa de Peniche, segundo esquemas de Mariano Calado.

Para uma melhor compreensão da importância deste sistema de defesa costeiro, é necessária uma breve e sucinta contextualização da evolução da costa ao largo de Peniche. Através de fontes históricas e análise de dados é possível constatar que essa evolução se deve, principalmente, à mudança do nível do mar.

É no ano de 1147 que podemos encontrar os primeiros registos sobre a sua morfologia. Consta que os cristãos da 2ª Cruzada do Oriente tenham interrompido a sua viagem para a Terra Santa, a pedido de Dom Afonso Henriques, ajudando na conquista de Lisboa.

*“(...) aportámos com felicidade à ilha de Peniche, distante do continente cerca de oitocentos passos. (...) para além dela já não há mais terra; por isso se diz o extremo limite do mundo conhecido. Junto dela há ainda duas ilhas.”*²

² CALADO, Mariano, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000, pág.g. 33.

Neste excerto podemos comprovar que, de facto, Peniche seria ainda uma ilha. Aliás, pensa-se que a origem etimológica do nome Peniche derive de *Phoenix*, nome de uma antiga povoação grega, devido à sua morfologia idêntica.

Por esta altura, a localidade mais importante da zona era a Atouguia, devido à sua forte localização, resguardada em relação ao oceano. Terá sido D. Guilherme de Cornibus, um dos cruzados anteriormente mencionados, a receber de D. Afonso Henriques a “herdade de Touguia”, como oferta pela ajuda nas suas conquistas, em 1148. Com a criação do Castelo de Atouguia, em 1187, dá-se um exponencial povoamento da zona e uma nova organização do território. Esta região, devido também ao seu porto, tido como o mais importante da zona leste-meridional, ao qual se junta então a nova sensação de segurança, torna-se um ponto de desenvolvimento social, económico e demográfico. As atividades mais comuns da zona seriam a exploração agrícola, a exploração de marinhas e a pesca. É através da última que Atouguia passa a ser denominada Atouguia da Baleia, pela incrementação da pesca à baleia.

Com o decorrer do tempo, a Atouguia começa a ficar, progressivamente, cada vez mais longe da costa. Por volta de 1340, a pesca começou a escassear devido ao baixo nível do mar e à sua claridade. Esta transformação leva a que alguns pescadores da zona se abriguem na ilha de Peniche, para melhores resultados na sua atividade. Apesar desta forte migração, o porto de Atouguia continua com extrema importância no que toca ao embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, por se encontrar inserido no continente e seus consequentes benefícios. É ainda no reinado de D. João I que se dá uma forte preocupação na tentativa de travar o assoreamento da foz do rio de Atouguia, num esforço de salvar o seu porto, importantíssimo economicamente até à data. Por parte de D. Manuel I, é possível observar a importância geográfica que Peniche passava a demonstrar, sugerindo a construção de uma muralha que cercasse a ilha.³

Através da forte e contínua sedimentação, os esforços tornam-se impotentes contra a força da natureza. A zona de Atouguia afasta-se do litoral com a formação de um istmo arenoso, passando a fornecer acesso entre a ilha de Peniche e o continente. Esta alteração gradual da linha de costa acaba por desativar o antigo porto da Atouguia e provoca uma consequente migração para a zona da ilha. Este dinamismo demográfico leva à criação de

³ CALADO, Mariano, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000. Pág. 53.

novas vivências. Quem decide permanecer na região passa a dedicar-se exclusivamente à agricultura, desenvolvendo bastante a atividade na zona.⁴

É nas primeiras décadas do século XV que se observa, com certeza, a transição da ilha-península. É, por aqui, que D. João III se apercebe de que o castelo de Atouguia já não consegue defender as novas populações e a costa das investidas de corsários e do aparecimento dos navios luteranos holandeses. Neste clima de insegurança, o rei reconhece a importância da região penicheira como parte integrante do sistema defensivo da costa, com a construção de um castelo ou baluarte. A empreitada é confiada às mãos de Afonso de Ataíde, o senhor da Atouguia, com a responsabilidade de erigir três construções defensivas: uma fortificação no ilhéu de Cabanas, de maneira a travar a entrada de qualquer navio e cobrindo a defesa de toda a costa sul; um baluarte e uma torre no Alto da Vela, com o intuito de travar qualquer navio a sul; e ainda uma bateria no Porto da Areia, para impedir qualquer tentativa de desembarque na praia.⁵

Passando a responsabilidade de construção ao seu filho, é D. Luís de Ataíde que inicia, no ano de 1557, a construção do baluarte e da torre, o Redondo, no sítio do Alto da Vela. A obra é concluída um ano mais tarde, assim nascendo a primeira construção defensiva de Peniche, pelas mãos de Diogo Telles. Mais tarde, no ano de 1567, adjacentes ao Redondo, são construídas duas filas de muralhas, a nordeste e a noroeste dali.

Com a constatação da fraca resistência das defesas da zona, que ficaram aquém de travar os ataques à região, tanto de piratas mouriscos como do desembarque das tropas inglesas, D. Filipe II ordena o estudo de melhoramentos de defesa, reconhecendo a importância estratégica do sítio para com a proteção de Lisboa. Desse estudo nasce a necessidade de terraplanar os muros e contramuros da muralha e a construção de dois baluartes, o da ribeira e o do ilhéu, de modo a proteger as embarcações de pesca da região. Nasce também uma ponte de entrada para a localidade.

Neste mesmo ano, Peniche é elevada a vila e sede de concelho, sublinhando a sua importância e desenvolvimento económico, social e cultural.⁶ Daqui, resulta uma contínua preocupação com a região, pois as atividades comerciais tendem a aumentar. São efetuadas

⁴ CALADO, Mariano, *Da Ilha de Peniche*, Peniche: edição de autor, 1994. Pág. 71.

⁵ CALADO, Mariano, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000. pág.63.

⁶ CALADO, Mariano, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000, pág. 92.

várias obras de melhoramento do porto e de pequenas questões defensivas. Ainda no ano de 1632, surge a preocupação de defender também a Ilha das Berlengas, por ser pouso de muitos navios inimigos, impedindo que os pescadores da vila de Peniche se pudessem deslocar até lá na sua atividade.

É no pós Restauração, no reinado de D. João IV, que são retomadas as obras de melhoramento do sistema defensivo de Peniche, pela sua reforçada e excecional posição estratégica e de defesa. Assim foram feitos vários estudos de melhoramento da linha de defesa e erigidos pequenos pontos estratégicos de auxílio defensivo. Em 1641, torna-se clara a necessidade da construção de um pontal na Consolação e volta a ser lembrada a necessidade de iniciar os trabalhos de melhoramento das obras de Peniche. Até então, apenas estavam construídos o baluarte Redondo, sua torre e muralhas adjacentes. É possível afirmar que é durante este período que se dá resposta a todas as preocupações expostas ao longo dos séculos passados: no ano de 1645 dá-se por finalizada a construção da Fortaleza de Peniche; em 1651 dá-se início à construção de um forte na ilha das Berlengas, o Forte de São João Baptista; por volta do ano de 1657 inicia-se a transformação da plataforma de artilharia da Consolação para forte; as obras da cortina oriental de Peniche, que protegem toda a península, iniciam em 1658, reformulando o plano para um baluarte e quatro meios; e a construção do Forte de Nossa Senhora da Luz.

Todas estas construções e melhoramentos do sistema defensivo da costa duraram até ao fim do século XVII, protegendo toda a península. Estava assim completa a empreitada que contribuiu para que Peniche se tornasse uma das principais praças defensivas do país.

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO

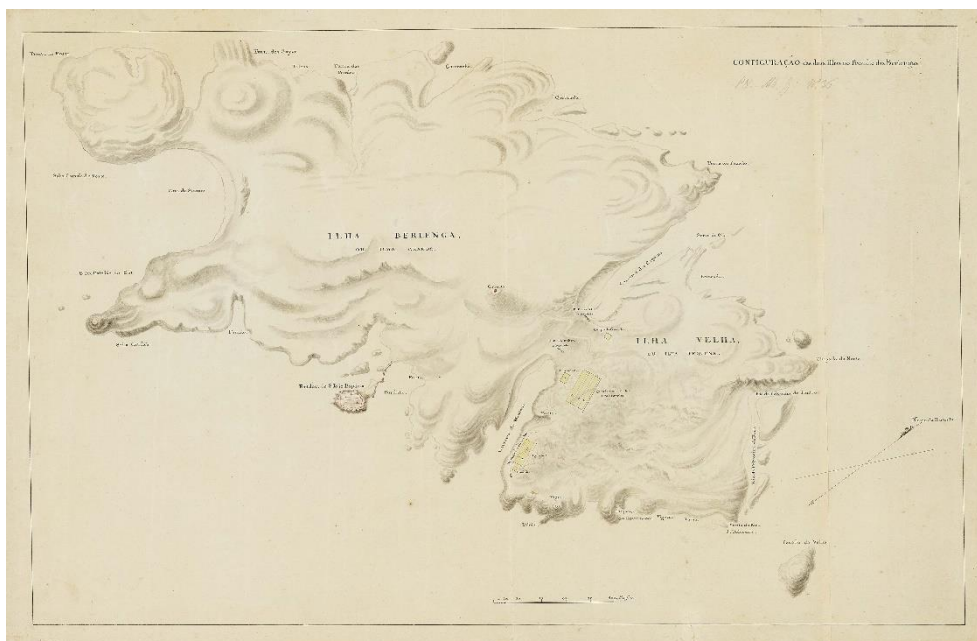


Figura 2 | Planta de Configuração da Ilha da Berlenga. S.d.

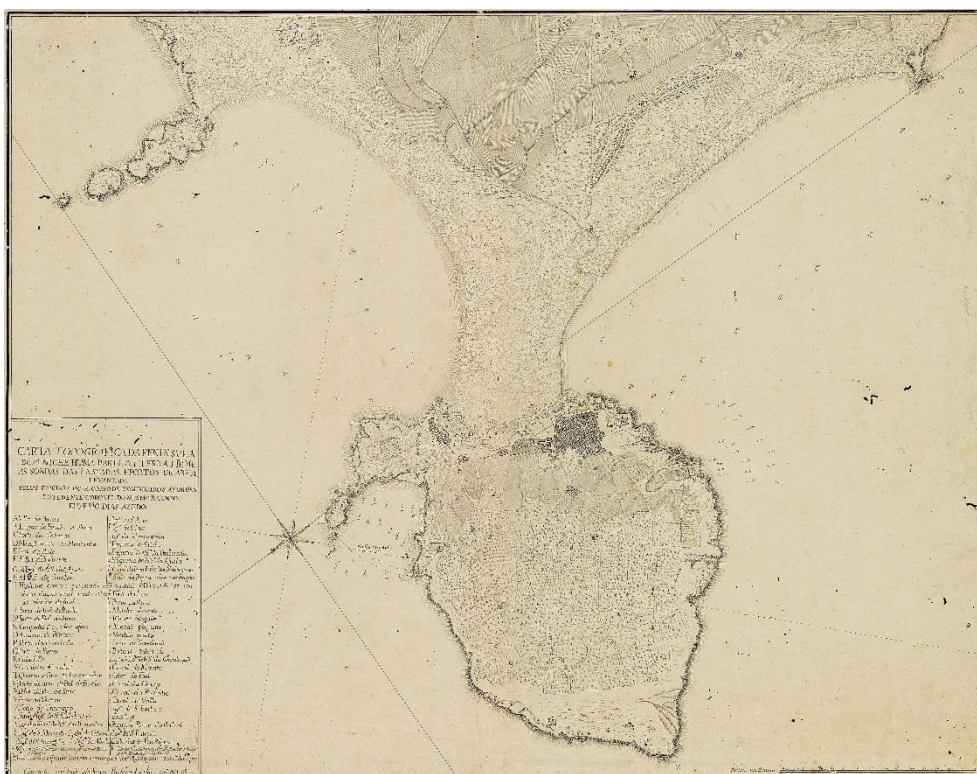


Figura 3 | Carta Topográfica da Ilha de Peniche, em 1801.

Contudo, pelo ano de 1721, há registos de que o crescente assoreamento da zona tenha provocado uma grande crise económica na vila, reduzindo-a a uma grande pobreza. Com a crescente evolução de Peniche, de ilha a península, os navios de alto bordo deixam de conseguir navegar ao pé da costa, sendo substituídos por pequenas embarcações, não dando resposta às necessidades da vila. Este problema levou à iniciativa de construir uma contraescarpa que impedisse que tanto as marés como os ventos movimentassem os areais.⁷

O terramoto de 1755, como em grande parte da linha litoral, fez também muitos estragos em Peniche. Além de dezenas de baixas humanas, destruiu casas e afundou barcos. Derrubou parte da cortina muralhada da praça, tanto a sul como a norte, nas zonas do baluarte da ponte e no quebrado, respetivamente. A praça de Peniche, “uma das chaves de Portugal”, encontrava-se degradada, com a porta principal derrubada, telhados em ruínas e faltas de reboco. Praticamente todas as construções de defesa estavam maltratadas e a precisar de reparos.⁸

Em 1802, foram levadas a cabo obras para reabilitar o sistema defensivo de Peniche, que se encontrava com várias baixas. Acrescidos a estes trabalhos, várias novas construções, como um novo lanço de muralha interior e o projeto do fortim do Baleal. Apesar das melhorias, a praça de Peniche sofreu invasões francesas e, posteriormente, a ocupação inglesa. Durante cerca de 15 anos, a situação das fortificações foi-se degradando, sem ter quem de direito as pudesse mandar reparar. Mais uma vez, eram precisas obras de reparação. Posteriormente, veio a guerra civil.

*“A praça de Peniche sendo a primeira marítima de Portugal, não só pelo seu local, mas também pela sua construção estava em total abandono antes da próxima campanha: foi no melhor modo possível reedificada (...)”*⁹

⁷ CALADO, Mariano, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000. pág.171.

⁸ CALADO, Mariano, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000. pág. 182.

⁹ CALADO, Mariano, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000. pág. 213.

No ano de 1837, finalmente livres da guerra, ainda que com problemas económicos, a região de Peniche manteve-se firme e progressista. Em outubro, dá-se uma explosão num dos paióis da praça forte de Peniche. Com ela, grande parte do Palacete do governador desapareceu. Este só viria a ser arranjado em 1878.

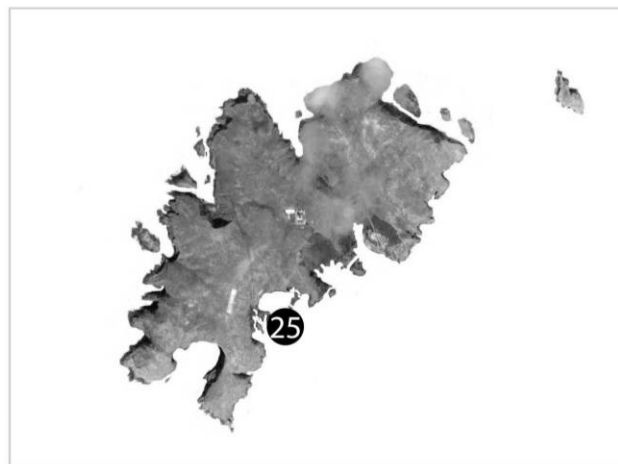
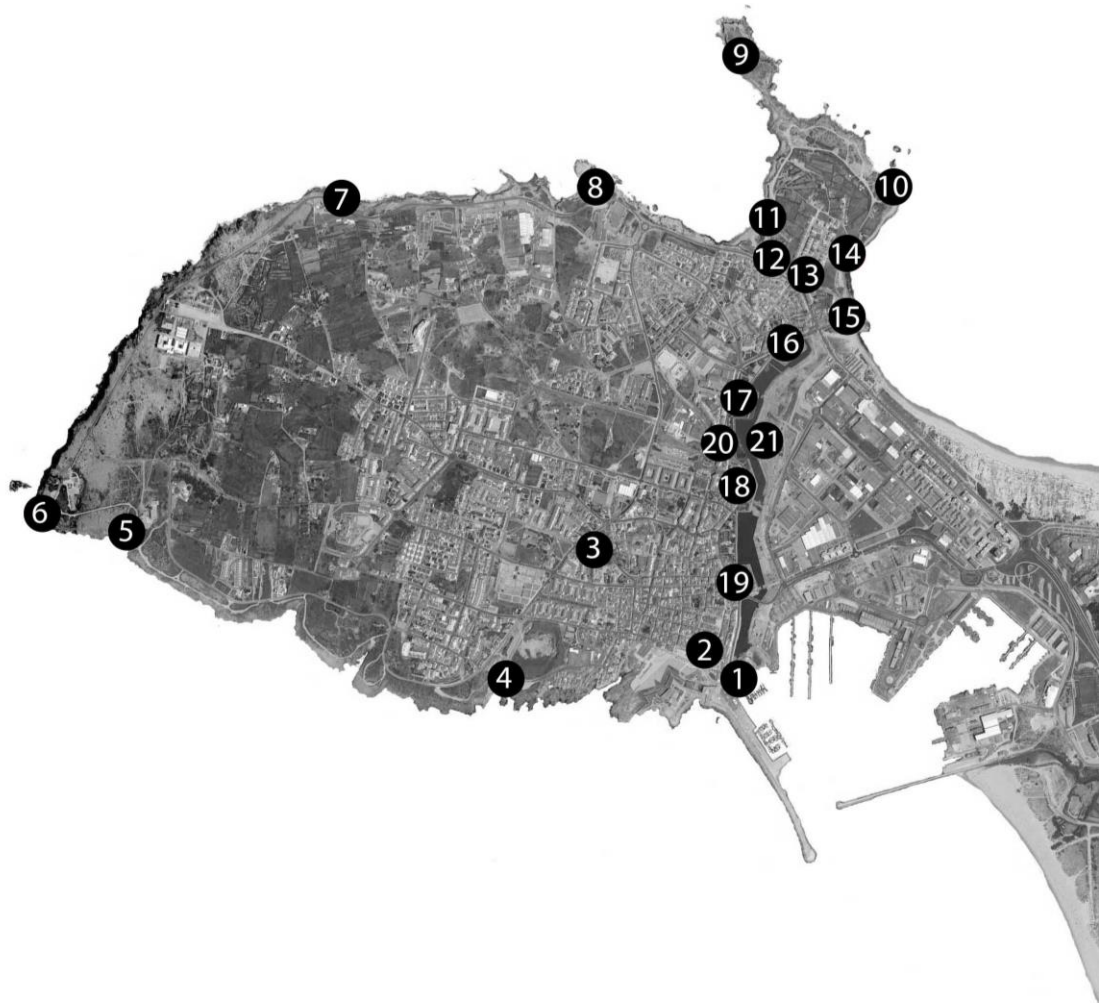
Ultrapassando todas as vicissitudes, Peniche continuou a possuir uma das principais praças do país.

Apenas no século XX, Peniche se consolidou na totalidade com o continente. Este acontecimento provocou uma gradual expansão da vila para lá dos seus limites.

2.2. INVENTÁRIO DO SISTEMA DEFENSIVO DE PENICHE

Da necessidade de proteger o istmo, que se foi criando pela sedimentação do solo, que tornou o Castelo de Atouguia impotente na defesa da costa, pelo seu afastamento à mesma, nasce um dos pontos de defesa mais importante do país. Resultante da nova morfologia, a zona de Peniche passou a apresentar uma sublinhada falta de segurança, sendo constantemente atacada ou invadida. Surge então, ao longo do tempo, um conjunto diversificado de construções que formam o sistema Defensivo da Cidade de Peniche. Durante vários séculos cumpriu o seu dever como uma das praças mais importantes do país, integrando uma linha marítima de defesa da capital do reino. No século XIX, assim como outros sistemas por todo o país, teve o seu fim de uso bélico. Contudo, ainda hoje é possível apercebermo-nos que algumas destas construções, ou vestígios delas, permanecem na nossa cidade. Algumas requerem um olhar mais atento. Outras desapareceram completamente no tempo.

Aqui pretende-se fazer um levantamento de todas as construções que fizeram parte deste sistema, diferenciando aquelas que ainda apresentam alguma forma, das que já se encontram extintas.





2.2.1. FORTE DAS CABANAS

Construção do século XVII, elemento da génese do sistema defensivo, importante na defesa do porto piscatório da vila. Possui uma planta irregular, com canhoneiras em seu redor. Nos dias de hoje possui, no seu interior, alguns armazéns e um parque de estacionamento.

2.2.2. FORTE DE SANTO ANTÓNIO

Sabe-se apenas que terá sido construído no período das guerras liberais, dentro da vila, junto ao porto de pesca, num nível sobre-elevado. Já nos finais do século XIX terá sido aproveitado como armazém. Teria uma planta quadrangular. Não restam quaisquer vestígios.

2.2.3. PAIOL “GRANDE”

Estrutura construída em 1856 com o propósito de conter condutores elétricos, de apoio à praça forte de Peniche. Construção fortificada, de planta retangular com contrafortes e uma proteção guarda fogo.

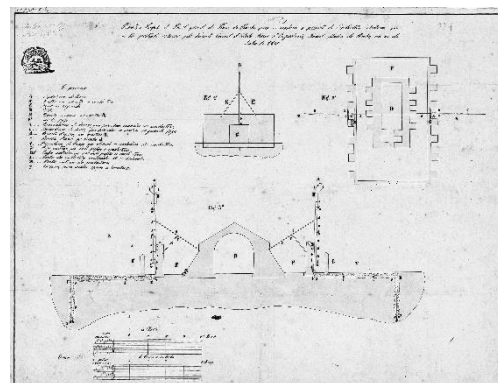
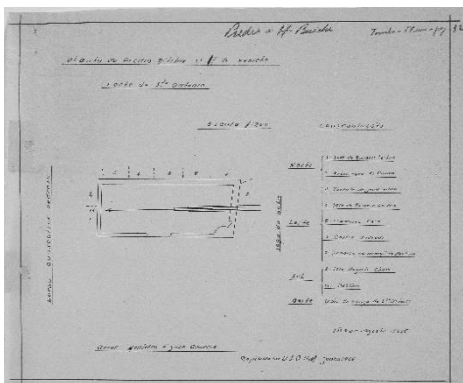
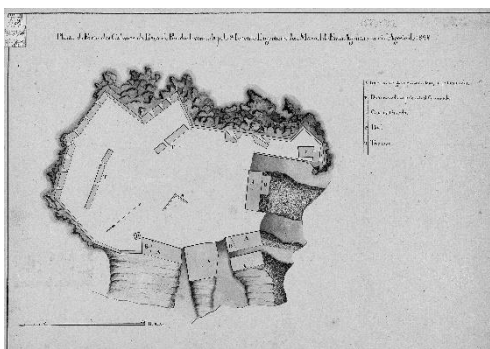


Figura 4| Planta representativa do Forte das Cabanas, em 1820.

Figura 5| Fotografia do Porto de Peniche, em 1920.

Figura 6|Planta representativa do Forte de Santo António, em 1935.

Figura 7|Projecto de Construção do Paiol Grande da Praça-forte, em 1856.

2.2.4. BATERIA DO PORTO DA AREIA SUL

Terá sido construído na segunda metade do século XVII, com uma muralha provida de canhoneiras e uma instalação de apoio de planta quadrangular. Tinha como função impedir o desembarque inimigo naquela praia. Já não restam vestígios da sua construção.

2.2.5. REDUTO CARREIRO DO CABO

Construído em 1808, pelas mãos dos franceses durante as invasões napoleónicas, ajudaria na cobertura da bateria da Vitória.

2.2.6. FORTE DA VITÓRIA

Localizada no cabo Carvoeiro, perto da igreja de mesmo nome, terá sido construído no século XVII, de planta pentagonal. Mais tarde terá sido usada como estação semafórica e posteriormente demolida em 1964. No seu lugar foi construído um restaurante e da sua génese resta apenas um muro.

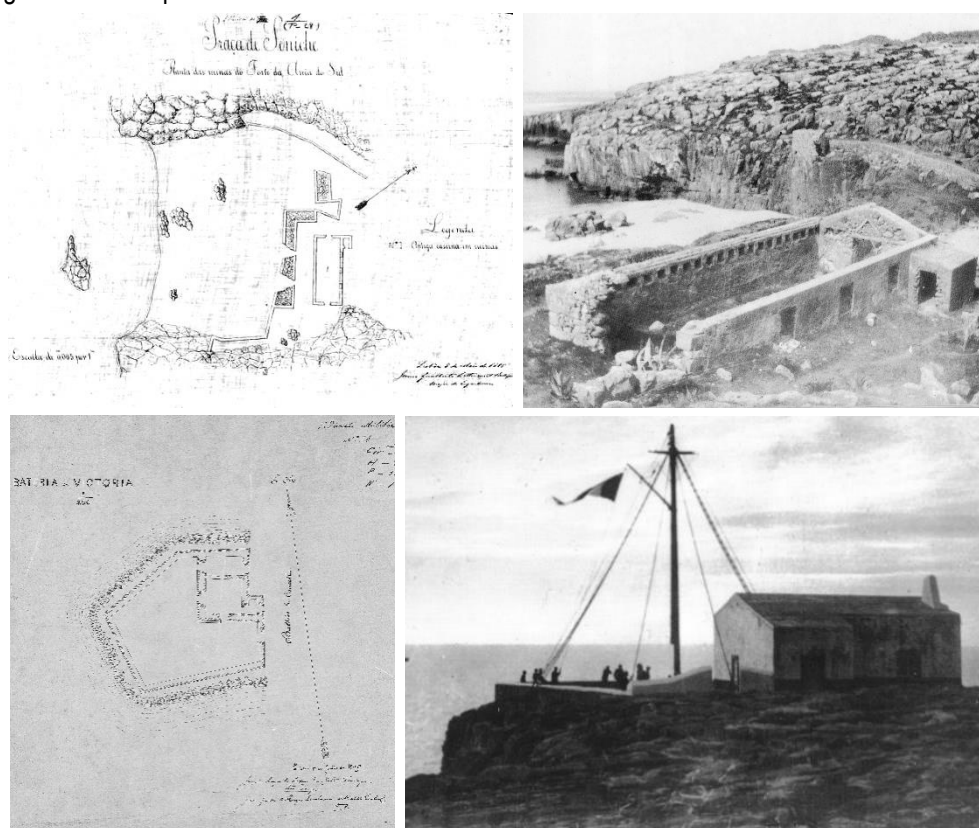


Figura 8|Planta representativa do Porto da Areia Sul, em 1885.

Figura 9|Imagem do Porto da Areia Sul, s.d.

Figura 10|Planta representativa do Forte da Vitória, em 1895.

Figura 11|Fotografia do Forte da Vitória, s.d.

2.2.7. REDUTO CERRO DO CÃO

Terá sido construído em 1830, como parte do conjunto defensivo da costa norte. Seria uma plataforma de tiro, de auxílio ao combate de desembarques indesejados no Porto da Areia Norte.

2.2.8. REDUTO PONTA DO TROVÃO

Assim como a construção anterior, foi construído em 1830, para ajudar na defesa norte da península. Restam apenas pequenos muretes junto ao solo.

2.2.9. BATERIA DA PAPOA

Construída em 1830, a bateria da Papoa tinha como objetivo, juntamente com o Forte da Luz, combater os ataques provenientes do norte. Fazia parte do sistema de proteção do Porto da Areia Norte. Ainda existem vestígios.

2.2.10. FORTE DE NOSSA SENHORA DA LUZ

Fortificação do século XVII que encerrava, a norte, a cortinha de muralhas que defendia a península. Tinha como objetivo proteger a costa a norte e impedir a desembarcação de tropas inimigas no Porto da Areia Norte. Possui um traçado irregular com oito canhoneiras. Encontra-se em ruínas, num avançado estado de degradação.

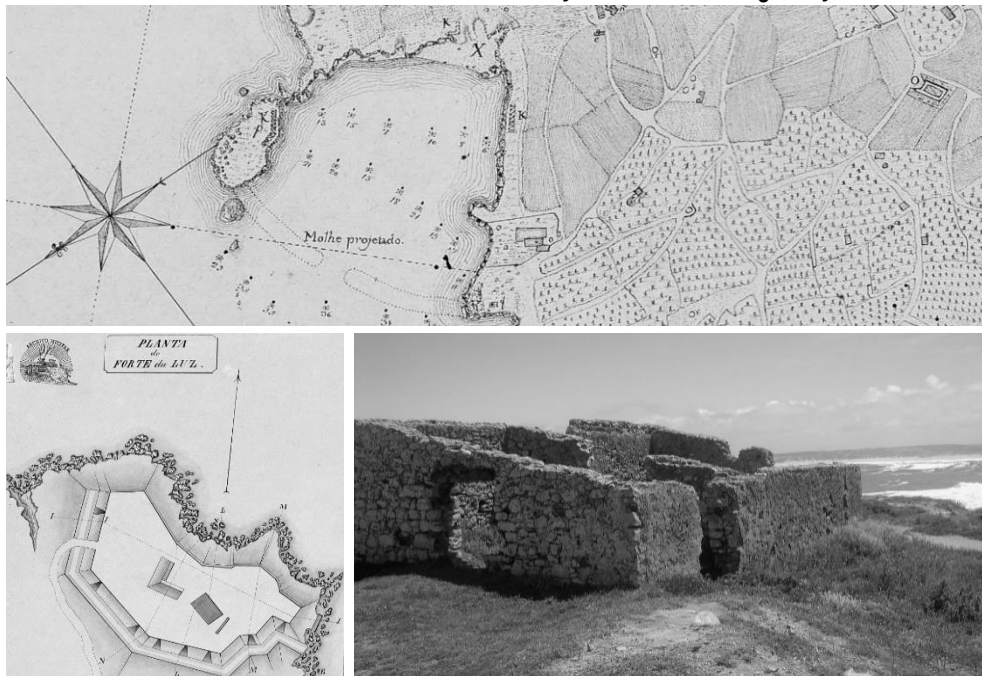


Figura 12|Planta representativa da defesa da zona norte, em 1846.

Figura 13|Planta representativa do Forte da Luz, em 1814.

Figura 14|Fotografia do estado atual do Forte da Luz.

2.2.11. BATERIA DO PORTO DA AREIA NORTE

Também uma construção do ano de 1830, responsável por impedir o desembarque inimigo nos seus areais.

2.2.12. ENTRINCHEIRAMENTO DA LINHA DOS MOINHOS

Não se sabe ao certo da data da sua construção, terá sido terminado em 1832 e seria composto por uma cortina muralhada, aproveitando o seguimento do conjunto de moinhos que aqui se encontravam. Ainda é possível encontrar alguns destes moinhos.

2.2.13. ENTRINCHEIRAMENTO DE SÃO MIGUEL

Construído no ano de 1832, no alinhamento da Linha dos Moinhos, desenvolveu um sistema muralhado, com dois baluartes que ligaria o baluarte da Gamboa até ao Porto da Areia Norte. Muito pouco resta da sua construção.

2.2.14. BATERIA DO QUEBRADO

Não se sabe ao certo o ano de construção, terá sido construída durante as invasões napoleónicas e fazia parte do sistema de defesa da zona norte, apoiando o Forte da Luz.

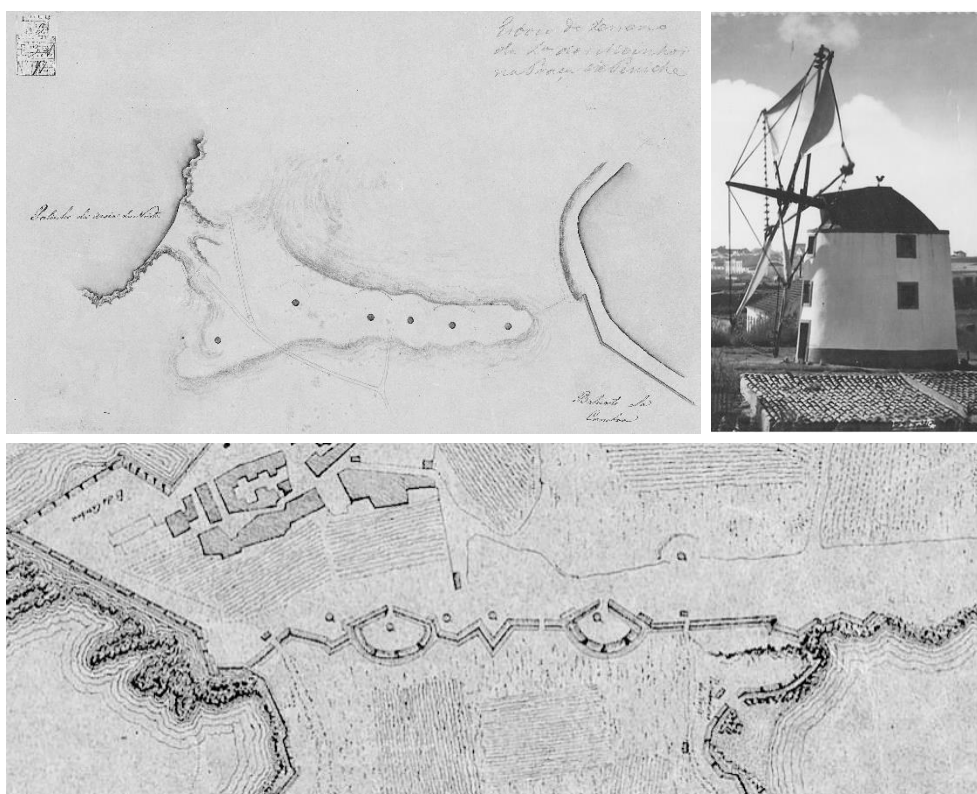


Figura 15| Planta representativa do conjunto chamado "Linha dos Moinhos" s.d.

Figura 16| Um dos moinhos do conjunto que ainda é possível encontrar.

Figura 17| Representação do Entrincheiramento de São Miguel, em 1846.

2.2.15. MEIO BALUARTE DA GAMBOA

Parte integrante da cortina muralhada da cidade de Peniche, concluído em 1761, assume esta designação por se encontrar perto de uma estrutura de pesca com o mesmo nome.

2.2.16. MEIO BALUARTE DE SÃO VICENTE

Parte integrante da cortina muralhada da cidade de Peniche, concluído em 1671, cujo nome é dado pela sua localização, local onde haveria a ermida de S. Vicente.

2.2.17. MEIO BALUARTE DA CALÇADA

Parte integrante da cortina muralhada da cidade de Peniche, concluído em 1671, localizado na zona da estrada que unia Peniche de cima a Peniche de baixo.

2.2.18. BALUARTE DA PONTE

Parte integrante da cortina muralhada da cidade de Peniche, concluído em 1671, nele se encontrava a ponta principal de acesso à praça.

2.2.19. MEIO BALUARTE DA MISERICÓRDIA

Parte integrante da cortina muralhada da cidade de Peniche, concluído em 1671, encontra-se perto da igreja da Misericórdia.

2.2.20. MURALHAS

O projeto original não foi levado a cabo, devido à constante alteração do nível da água que prejudicava a feitura das fundações, tendo este sido deslocado um pouco para poente. As muralhas terão sido construídas entre 1659 e 1671, ano da sua conclusão.

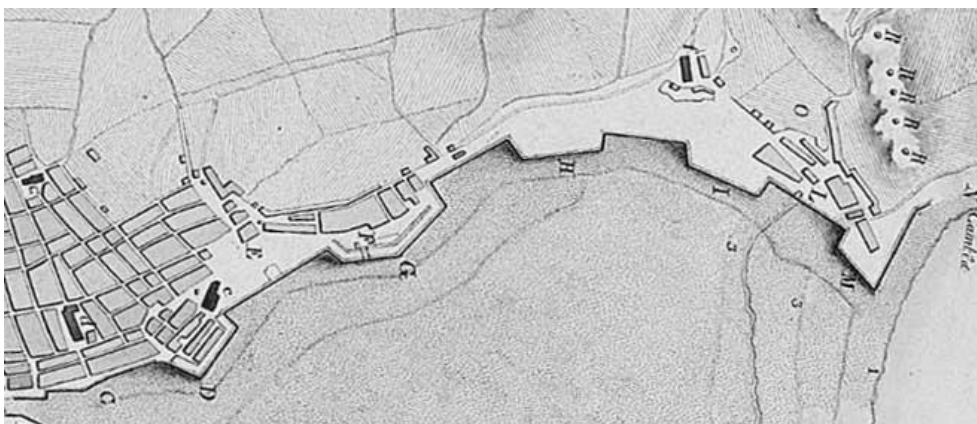


Figura 18| Planta representativa das Muralhas de Peniche e seus baluartes, em 1814.

2.2.21. CONTRA-ESCARPA

Construída em 1810 e renovada em 1856, para resolver o problema do assoreamento, que impedia as embarcações de maior porte de se aproximarem da vila, de modo a que o fosso permanecesse constantemente inundado.

2.2.22. FORTIM DO BALEAL

Construído na ponta extrema do Baleal, no ano de 1808, durante o período das invasões francesas, possuía uma planta em meia lua, com muros que protegiam o seu acesso. Do mesmo restam apenas vestígios.

2.2.23. CASTELO DE ATOUGUIA

Construção do século XIII, primeira construção militar da zona e de extrema importância para o desenvolvimento do sistema defensivo de Peniche. Pouco resta da construção nos dias de hoje, apresentando apenas um pequeno troço de muralha, com uma torre retangular.

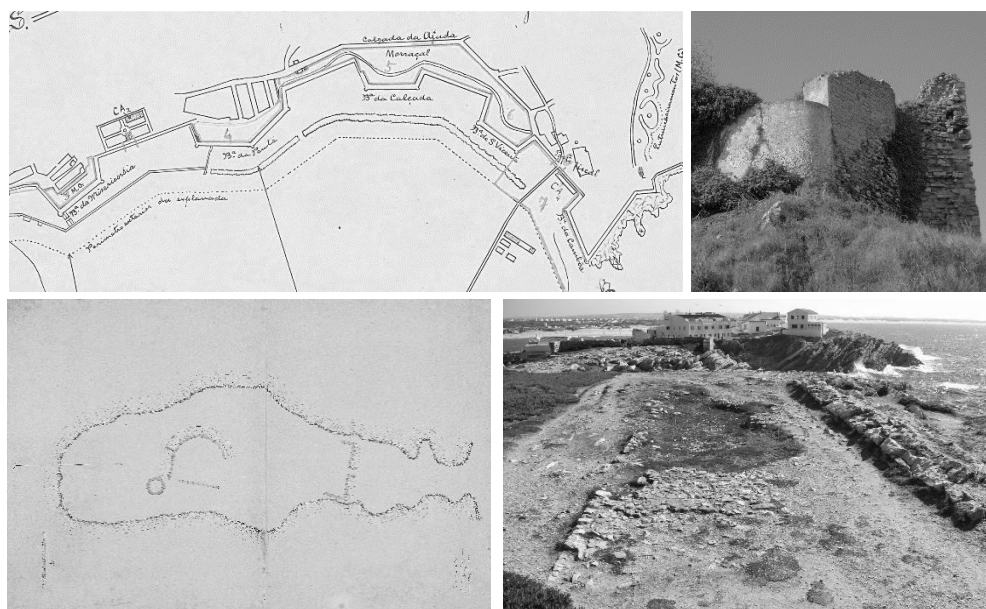


Figura 19|Planta representativa da contra escarpa das muralhas, em 1846.

Figura 20|Fotografia do estado atual do Castelo de Atougia.

Figura 21|Planta representativa do Fortim do Baleal, em 1895.

Figura 22|Fotografia do estado atual do Fortim do Baleal.

2.2.24. FORTE DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO

Construído entre 1641 e 1645, erguido durante a restauração, veio reforçar a defesa a sul, sendo posteriormente ampliado em 1645. Planta triangular, com quatro baluartes, rodeada por fosso do lado da entrada. Foi, entretando, restaurado.

2.2.25. FORTE DE SÃO JOÃO BAPTISTA

Situado na Ilha da Berlenga, foi construído em 1656, com o objetivo de ajudar na defesa da península. Possui uma planta heptagonal irregular, com onze canhoneiras viradas para o mar. O seu acesso por terra é feito por uma estreita ponte. Foi considerado por Raul Brandão “o mais belo sítio da costa portuguesa”. Atualmente é uma pousada.

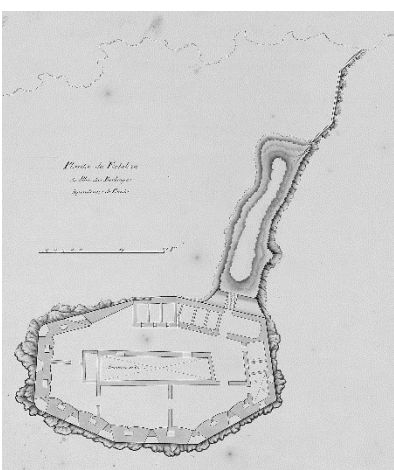
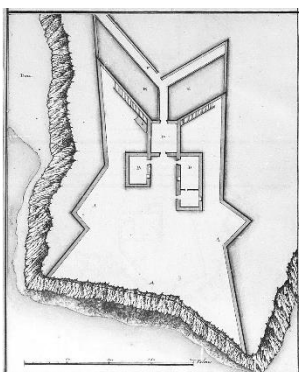


Figura 23|Planta representativa do Forte da Consolação, em 1885.

Figura 24|Estado atual do Forte da Consolação.

Figura 25|Planta representativa do Forte da Berlenga, s.d.

Figura 26|Estado atual do Forte das Berlengas.

2.3. FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS

As obras de arquitetura militar fazem parte de um grande período da história do nosso país, existindo inúmeras fortificações modernas por todo o território. Estas enriquecem o nosso património arquitetónico e artístico, mas também transportam em si, ao longo dos séculos, as vivências e as memórias da nossa história.

As fortificações abaluartadas, também conhecidas como fortificações modernas, apareceram na segunda metade do século XV, com a consequente evolução das armas de fogo e artilharia, uma vez que as fortificações medievais não conseguem responder às novas necessidades de combate, tornando-se obsoletas. Normalmente localizadas ao longo da costa, em zonas fronteiriças ou em condições geográficas favoráveis., como as suas construções antecessoras, vêm dar resposta a novas formas de defesa.

Estas obras têm por influência a Escola de Fortificação Italiana, surgida em Itália no final do século XV. Esta nova forma de construção influenciou toda a Europa através do *Trattado di Architettura Civilli e Militare*, de Francesco di Giorgio Martini. Mas os principais responsáveis talvez tenham sido artistas italianos em Portugal ou de portugueses estudantes em Itália.¹⁰

Inicialmente, as muralhas conservaram a espessura, diminuindo apenas em altura, reforçando as bases. Os ângulos entre muros tornaram-se mais agudos e a inclinação das escarpas acentuou-se. No exterior das fortificações, erigiam-se as couraças - muralhas avançadas, interligadas com a linha interior, e que tinham como objetivo dificultar o assalto à fortificação. Estas acentuavam ainda a proteção de poços ou fontes de abastecimento de água.

Mais tarde, o ensino de fortificações passa a ser transmitido a moços fidalgos da corte e até a D. Sebastião. Com o passar do tempo, surgem novas influências da Escola

¹⁰ Guia de Inventário - Fortificações Medievais e Modernas. Lisboa: IHRU, 2015, pág. 16

Holandesa e Francesa. Em 1548, Miguel de Arruda¹¹, vindo do Norte de África, onde ajudará em algumas construções fortificadas, é nomeado “Mestre das Obras dos Muros e Das Fortalezas”.

Durante o reinado espanhol, as fortificações terrestres e fronteiriças perdem o seu valor estratégico, deixando-as ao abandono. As fortificações marítimas passam a ser privilegiadas e assumem um papel importante contra os ataques à linha costeira de Portugal. Com D. Filipe I, é estudada e projetada uma planificação das fortificações necessárias para a frente marítima que impedissem um assalto à capital.¹²

Posteriormente, na metade do século XVII, a construção de fortificações passa a ser entregue a engenheiros militares franceses e holandeses. Destacam-se nomes como Jean Gillot¹³ e Charles Lassart¹⁴. Destas circunstâncias, surgem novas fortificações de origens mistas.

No que toca à sua construção, destacam-se dois tipos de fortificações modernas: as de carácter urbano e as de localização marítima, obviamente dispostas em pontos estratégicos. Em ambos os casos, sempre que existirem grandes praças militares, estas devem estar apoiadas de equipamentos de defesa mais pequenos, estrategicamente dispostos, utilizando o conceito de defesa escalonado.

Paralelamente às obras de fortificação, durante este período, deu-se especial atenção aos edifícios complementares, como a construção de quartéis, armazéns de munições, paióis e cisternas, conferindo ao conjunto edificado uma maior autonomia, sendo, em alguns casos, auto-suficientes.¹⁵ Esta modernização do sistema defensivo, trouxe, porém, grandes dissabores às populações locais, sendo sobrecarregadas com custos elevados de obras e obrigadas a conviver com contingências militares. Ainda assim, estas construções, na maior parte dos casos, eram integradas nos sistemas antigos, adaptando-as.

¹¹ Miguel de Arruda (15??-1563), foi engenheiro militar e arquiteto, responsável por um importante papel teórico e didático no encontro de soluções para um grande conjunto de edificações. Nas suas obras identificam-se traços renascentistas e maneiristas, na afirmação do “estilo chão”.

¹² Guia de Inventário - Fortificações Medievais e Modernas. Lisboa: IHRU, 2015, pág. 24.

¹³ Jean Gillot (1576-1642), foi um engenheiro militar holandês, discípulo de René Descartes, que teve em Portugal um papel importante na modernização e reestruturação das fortificações fronteiriças portuguesas.

¹⁴ Charles Lassart (?), foi um engenheiro militar francês, nomeado engenheiro-mor do reino. Teve um papel fundamental nas fortificações da capital e do Alentejo.

¹⁵ Guia de Inventário - Fortificações Medievais e Modernas. Lisboa: IHRU, 2015, pág. 26.

Estas construções, influenciadas por várias escolas, fazem com que sejam sempre versáteis, tendo em conta aspetos como a sua envolvente e o traçado do terreno, apresentam por norma *“cortinas baixas, mas espeças, com escarpa exterior em talude, podendo ser rematadas por cordão e parapeito simples ou com merlões e canhoneiras. Nos ângulos flanqueados, sobre as portas ou outras zonas mais frágeis, dispõem-se guaritas, de diferentes formas e coberturas.”*¹⁶ Podem apresentar vários tipos de traçado: circular, quadrangular, triangular, facetado, tenalhado e abaluartado. O traçado abaluartado é o mais predominante, tendo como elemento principal o baluarte, característica estrutural, normalmente maciça, tendo em conta condicionantes geológicas, e pentagonal, oferecendo uma vista desimpedida de toda a envolvente, sem ângulos mortos. O ângulo do flanco é oblíquo, oferecendo maior eficácia defensiva.

São também elementos deste tipo de construções, articulando-se conforme o terreno, no interior das construções, o meio baluarte, o redente¹⁷, a bateria¹⁸ e a falsa braga¹⁹. No exterior podemos encontrar elementos como o fosso²⁰, a meia lua²¹, a tenalha²², a contraguarda²³, a coroadada²⁴, o caminho coberto²⁵, ponte levadiça e o revelim²⁶.

No caso das grandes praças militares, eram estrategicamente pensadas pequenas fortificações de apoio defensivo. Estas pequenas construções podiam assumir as mais variadas formas, como uma planta retangular, de bateria retilínea, ou uma bateria poligonal irregular. Muitas vezes, estes sistemas possuíam ainda cortinas ao longo do território, nas quais eram dispostas várias peças de artilharia.

As casamatas passaram a ter um papel polivalente, passando a armazenar, para além de artilharia, mantimentos, ou até mesmo civis em momentos de conflito. Por norma eram compartimentos pequenos, rematados por abóbodas de berço. O abastecimento de

¹⁶ Idem, pág. 27.

¹⁷ Redente: estrutura saliente no traçado poligonal, sem designação específica.

¹⁸ Bateria: plataforma, por vezes coberta, onde eram dispostas as bocas de fogo de artilharia.

¹⁹ Falsa braga: antemuro construído a meia altura da escarpa, com parapeito, que servia para defender o fosso e bater o caminho coberto.

²⁰ Fosso: escavação feita à volta da fortificação, de modo a dificultar o acesso às entradas ou a aproximação das muralhas.

²¹ Meia lua: obra exterior designada a cobrir o ângulo do baluarte. Semelhante ao revelim.

²² Tenalha: obra exterior, normalmente localizada à frente da cortina, destinada à proteção das escarpas. Zona no fosso mais alargada.

²³ Contraguarda: obra exterior composta por duas faces e flancos estreitos, com a intenção de proteger o baluarte.

²⁴ Coroadada: obra exterior de grande imponentia composta por um baluarte central, ladeado por dois meios baluartes, interligados por cortinas.

²⁵ Caminho coberto: espaço de circulação no alto da contraescarpa que percorre todo o perímetro da fortificação.

²⁶ Revelim: estrutura exterior de forma triangular construída à frente da cortina para a reforçar ou cobrir as portas. De altura inferior ao corpo da praça para não interferir com a visibilidade da mesma.

água era feito através do sistema de cisterna, normalmente localizada sob o pátio e de planta retilínea, alicerçadas por colunas.²⁷

Raras foram as construções deste tipo que chegaram incólumes aos dias de hoje. Na sua maioria adquiriram novos usos, foram demolidas ou deixadas ao abandono.

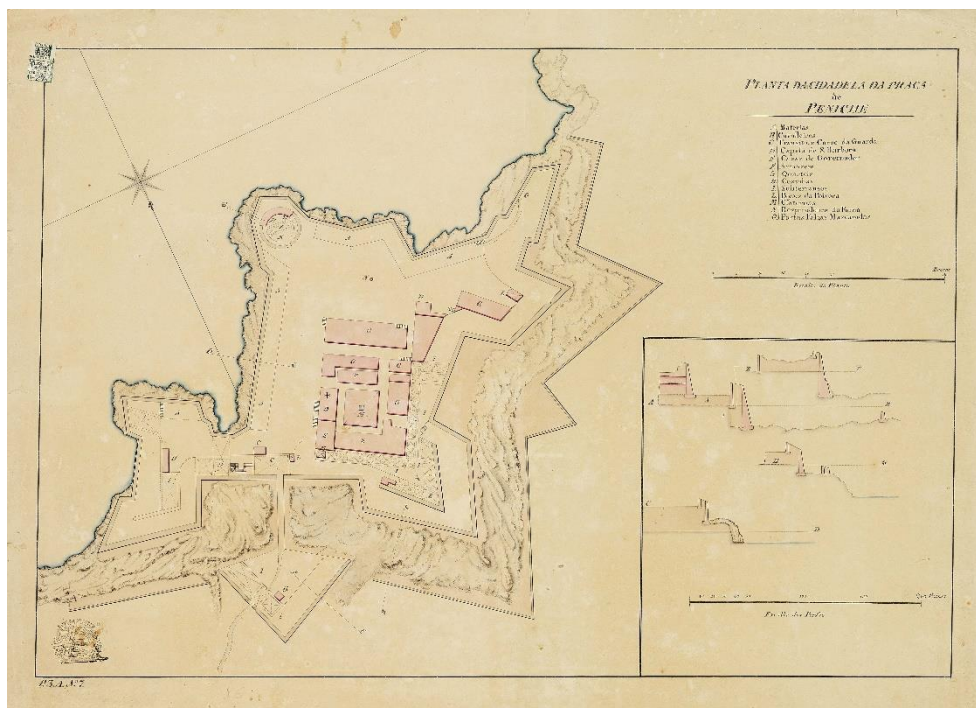


Figura 27|Fortaleza de Peniche como exemplo de fortificação abaluartada, com um baluarte e três meios baluartes.

²⁷ Guia de Inventário - Fortificações Medievais e Modernas. Lisboa: IHRU, 2015, pág. 33

3. IDENTIDADE

3.1. A FORTALEZA DE SÃO FRANCISCO



Figura 28 | Fotografia aérea da Fortaleza de Peniche, em 1940.

“(...) praça de tão grande importância e a principal chave do reyno pela parte do mar”

D. João IV

Foi mandada construir no reinado do Rei D. Manuel I, a cargo do Conde de Atouguia, D. Afonso de Ataíde, como plano de defesa de Peniche, Lisboa e do Reino contra os ataques constantes de corsários ingleses e franceses e de piratas, no ano de 1544.

No entanto, a sua construção só se iniciou no reinado de D. João III, por altura de 1557, sob a supervisão de D. Luís de Ataíde, pela mão de Diogo Telles. Assim nasce o primeiro conjunto fortificado da ilha, o fortim do redondo e sua torre. Mais tarde, já no reinado de D. Sebastião, em 1567, esta estrutura vem a ser apoiada pela construção de uma pequena muralha, tanto a nordeste, com a bateria de São Pedro, como a noroeste, com a bateria da Furna.

Com a nomeação de D. Luís a Vice-Rei da Índia, os trabalhos defensivos em Peniche ficaram suspensos, tendo sido retomados apenas sob a responsabilidade de um

novo mestre de obras, Gonçalo de Torralva²⁸. Muitos terão passado pela responsabilidade de comandar as obras deste sistema de defesa, como Filippo Terzi²⁹, no reinado de D. Filipe I, em 1598. Foi neste período que as tropas inglesas, sob o comando de D. António Prior do Crato, tomaram Peniche, identificando o local como um importante ponto estratégico e levando, a partir deste, a sua marcha para Lisboa na tentativa de restaurar a soberania portuguesa.

Em pleno reinado de D. Filipe II foi, mais uma vez, reconhecida a posição estratégica da cidade de Peniche, passando a haver uma preocupação em melhorar as condições desta. Luís Gabriel, engenheiro militar, foi então nomeado responsável pelo estudo prévio de uma ponte, como acesso melhorado à cidade, e também quanto às obras de abastecimento de água. Com estas novas atenções, Peniche passou então a ser uma vila e, conseqüentemente, sede de concelho. Ainda, por esta altura, em 1642, foi necessária a alteração do projeto, levado a cabo pelo engenheiro-mor Charles Lassart, devido às queixas feitas por soldados que lamentavam a falta de condições em que viviam. É então apenas, em 1645, que se dá por totalmente concluída a construção da Fortaleza de São Francisco, “praça de grande importância do reino”.

Em 1658, D. Jerónimo de Ataíde é nomeado superintendente das novas obras da fortificação da cidade de Peniche em todo o seu redor, ligando por uma frente abaluartada o fortim do redondo até à ribeira da Gamboa, concluída por volta de 1671.

Após o terramoto de 1775 e devido ao passar dos anos, o edificado da Fortaleza apresentou um nível grave de degradação, tornando-a incapaz de cumprir as suas funções de defesa. Apenas em 1800, com Eusébio Dias Azevedo, se concretizaram obras para melhorar as intenções de defesa, com o intuito de dificultar o desembarque de tropas inimigas.

Em 1807, no contexto da Guerra Peninsular, a defesa da Fortaleza demonstrou ser ineficaz, sendo ocupada por tropas franco-espanholas, numa demanda napoleónica. Só em 1809, os portugueses, com a ajuda de tropas britânicas, recuperaram a sua defesa. Porém, devido às mais diversas investidas, houve a necessidade constante de efetuar melhorias, até a Fortaleza culminar, em 1819, em estado de abandono.

²⁸ Gonçalo de Torralva (século XVI) foi um cantareiro, escultor e arquitecto.

²⁹ Filippo Terzi (1520-1597) foi um arquitecto e engenheiro militar italiano, responsável pelo desenho de fortificações e edifícios públicos e religiosos. Em 1950 tornou-se mestre de obras do reino

É com a Guerra Civil Portuguesa que a Fortaleza, até então com uma prestação debilitada, premedita o que será o seu futuro, servindo, momentaneamente, de prisão para mais de uma centena de liberais.

Em 1837, o Palácio do Governador, inserido no interior das muralhas, sofre uma explosão de pólvora que conduziu a um forte incêndio, destruindo-o completamente. Este nunca voltaria a ser recuperado.

Já nos finais do século, a fortificação torna-se, primeiramente, abrigo de militares espanhóis, do Golpe Liberal, e mais tarde de refugiados políticos brasileiros, após a Revolta da Armada. Em 1901, chegam também a Peniche 368 *boers*, refugiados da guerra na África do Sul. Em 1917, em plena 1ª Guerra, passa a depósito de presos alemães e austro-húngaros. Mais tarde, cede ainda as suas instalações para um sanatório de tuberculosos.

No ano de 1938, a Fortaleza de São Francisco é classificada, pela Direção Geral do Património Cultural, como Monumento Nacional, em decreto de lei, bem como todas as construções integrantes do sistema defensivo da vila, a sua frente abaluartada, e todas as muralhas e baluartes.

A Fortaleza de Peniche, ou praça-forte, localiza-se no concelho de Peniche, no distrito de Leiria. É conhecida como uma das mais importantes fortificações de defesa marítima, inserida num vasto sistema defensivo, que tinha como objetivo proteger o Reino. Encontra-se construída na encosta sul do tómbolo, sobre as rochas, a cerca de 13 metros do nível do mar, ocupa uma área costeira de cerca de 2.750 metros de comprimento de leste a oeste e possui uma área de implantação de cerca de 30 mil metros quadrados. Possui uma planta polígona complexa, com um baluarte e três meios baluartes voltados a terra, cujos vértices se rematam por guaritas circulares. É parte integrante de várias estruturas fortificadas e do sistema de cortina, com fosso, que protegia a cidade, num comprimento de mais de 2500m.

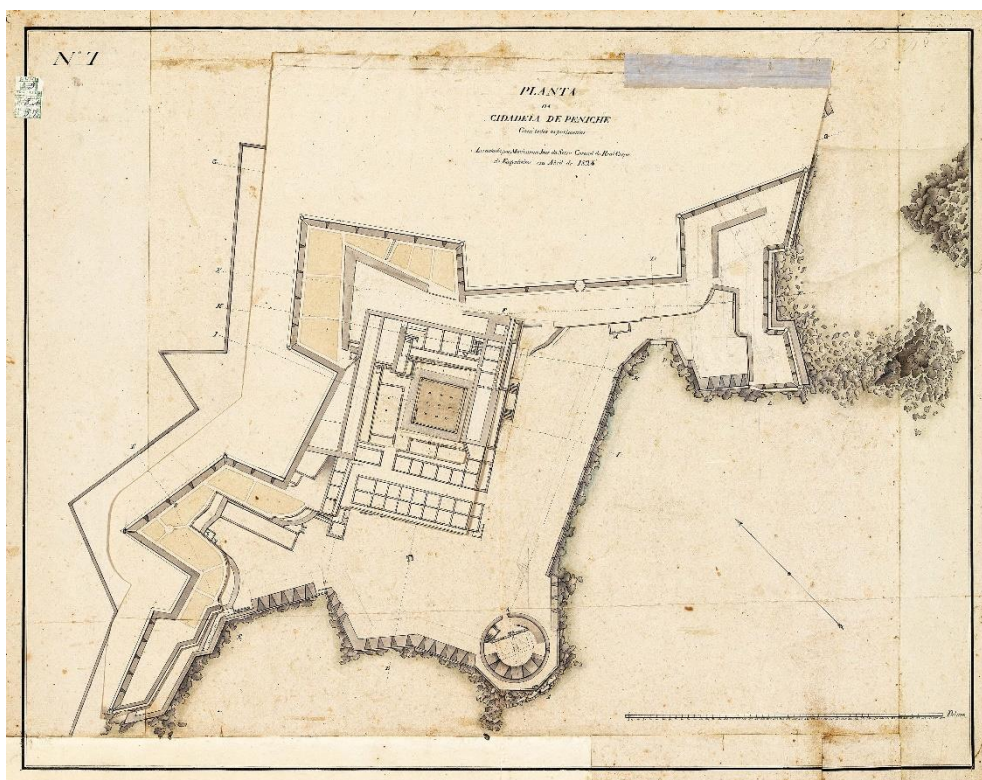


Figura 29|Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.

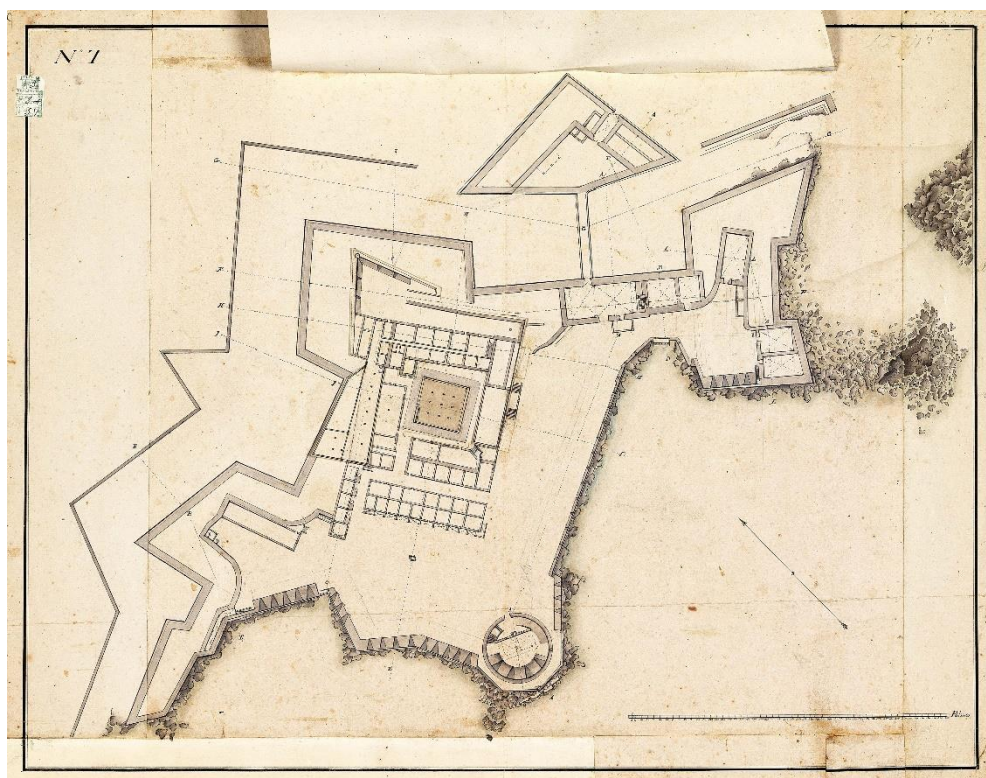


Figura 30| Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.

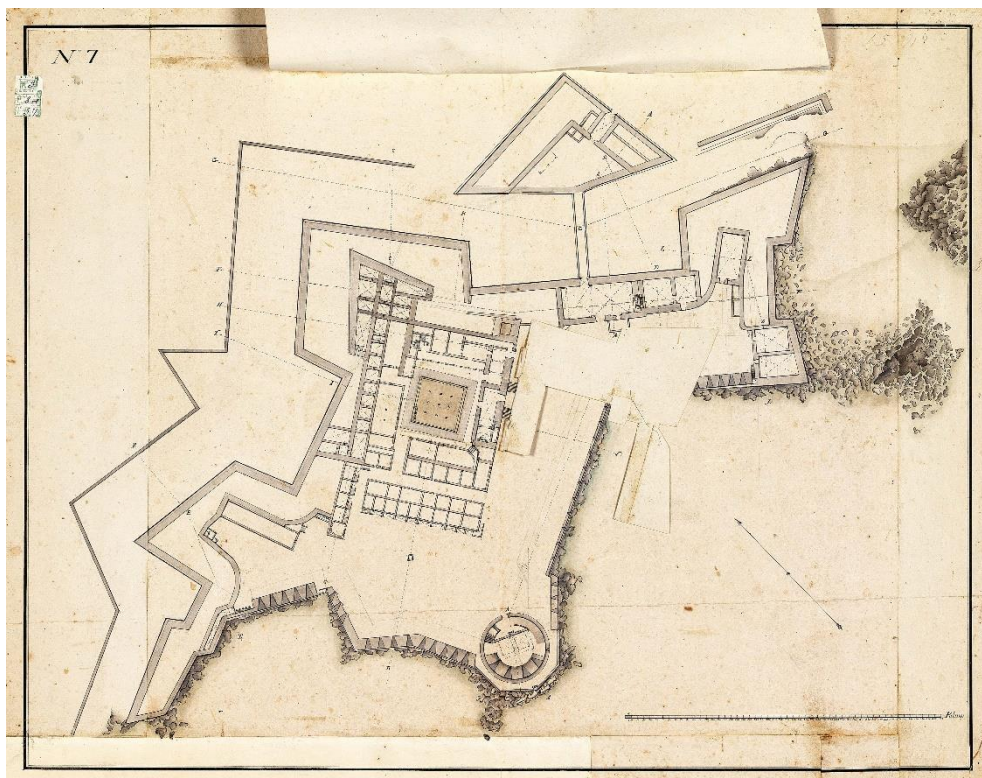


Figura 31 | Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.

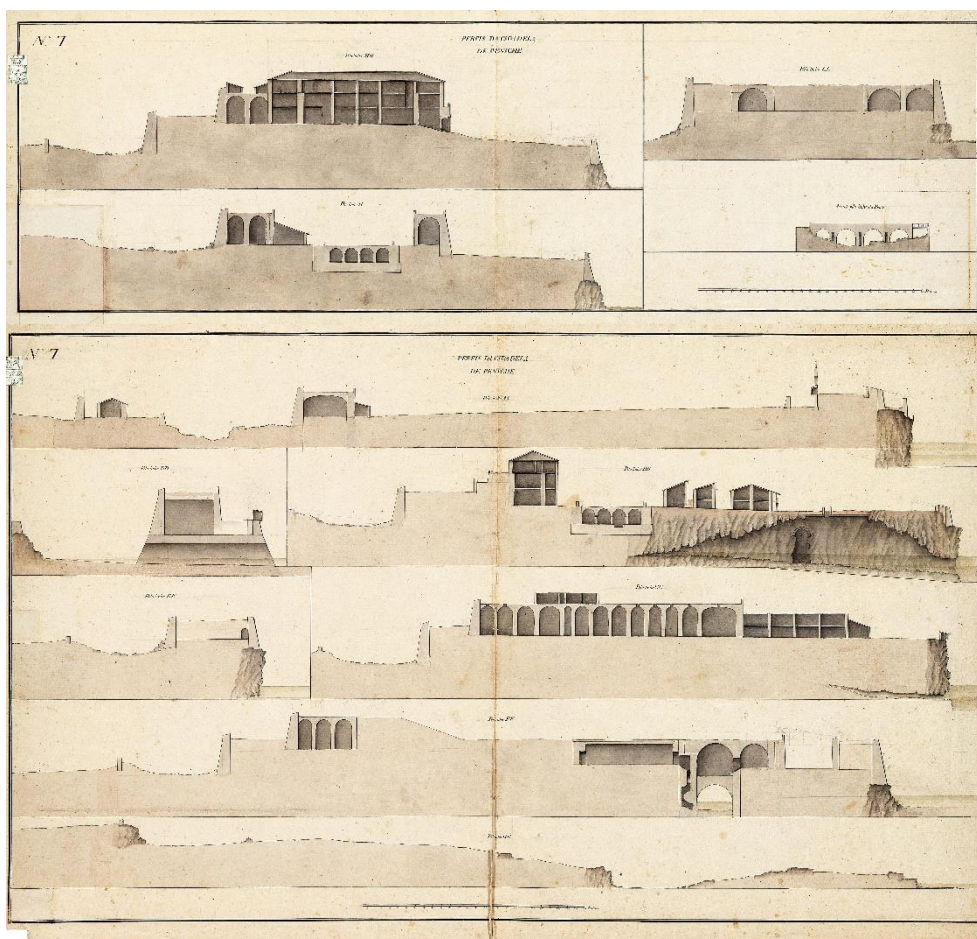


Figura 32 | Perfis da Fortaleza de Peniche em 1824.

3.1.1. A ENTRADA



Figura 33/ Vista da entrada pelo túnel do revelim.



Figura 34/ Vista da ponte para a entrada da Fortaleza.

A entrada na Fortaleza possui um carácter monumental logo à chegada e divide-se em dois momentos. Primeiro, ao passar por um portão antigo, em arco de volta perfeita, com um frontão triangular, acede-se ao revelim. Este, de planta triangular, é rasgado por um túnel de abóboda onde existem dois salões que, antigamente, albergavam alguns elementos da guarda. Percorrendo o túnel, vislumbra-se uma segunda passagem, a frente muralhada, circundada pelo fosso (anteriormente aquático) de forma poligonal, acedível através de uma ponte (originalmente levadiça) de quatro arcadas. Mais uma vez se encontra uma porta com frontão que abre para um recinto coberto por abóboda de aresta, guarnecida por uma lareira de carácter setecentista, imponente, decorada com laterais de pedra.

3.1.2. BALUARTE E TORRE DO REDONDO



Figura 35/ Vista atual do exterior do Redondo.

Com características de modernidade, pelo seu carácter renascentista, é o ponto de partida de todo o sistema amuralhado, que surge da urgente necessidade de defender a região. Construído no ano de 1557, pelas mãos de Diogo Teles, apresenta uma planta circular, com dois lanços de escada que dão acesso ao piso superior, onde se encontram as canhoneiras localizadas na direção do mar e uma torre sineira decorada por volutas. A entrada é feita pela praça de armas, passando o frontão triangular, que apresenta um acesso imediato a três pequenas salas.

3.1.3. PALÁCIO DO GOVERNADOR

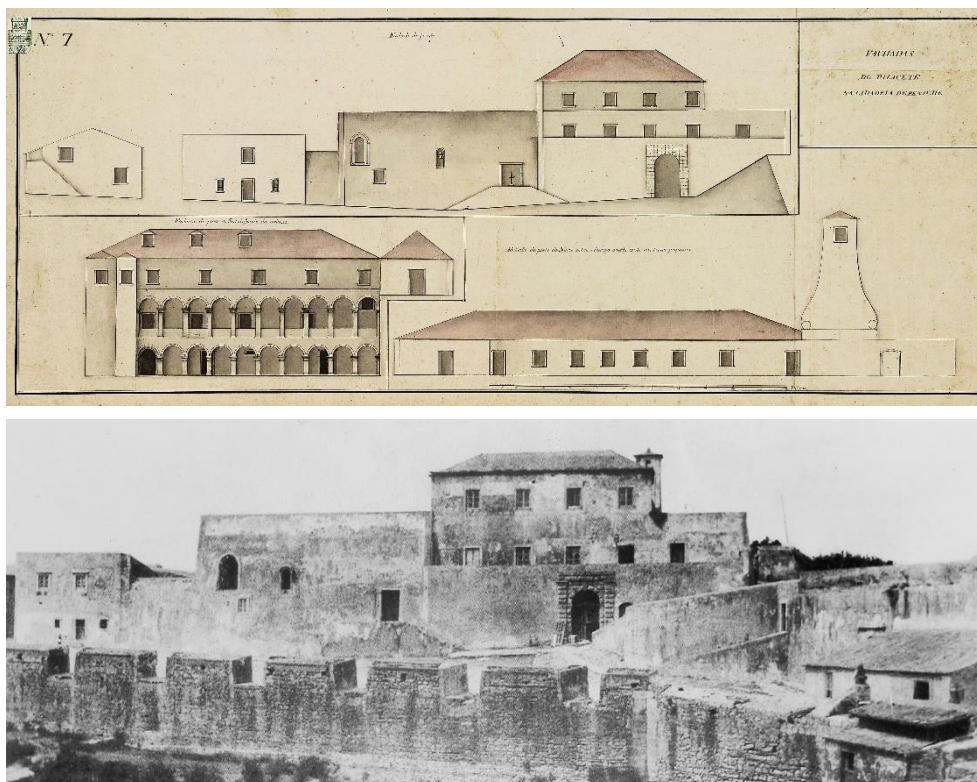


Figura 36|Perfis do antigo Palácio do Governador, em 1840, antes da explosão.

Figura 37|Fotografia do Palácio do Governador, antes da explosão, s.d.

Deste edifício pouco restou até aos dias de hoje, devido à explosão e incêndio sofridos no ano de 1837. Tinha como propósito servir de residência ao governador da zona

oeste, daí resultar a construção de uma torre de vigia, de onde era possível avistar da Nazaré à Serra de Sintra. Ainda de pé, possui quatro aberturas, uma por face, e é decorada com volutas na base. A entrada manteve-se intacta, apresentando uma porta de arco de volta perfeita, com colunas quadrangulares de capitel toscano, enquadrada por duas pilastras onde assenta um friso rústico. Apenas a entrada do piso térreo, com salão, e as casamatas são originais. O edifício destruído possuía um carácter setecentista, com galerias de arcos de volta perfeita.

3.1.4. CAPELA DE SANTA BÁRBARA



Figura 38|Fotografia do nicho que abriga o sino.

Figura 39|Fotografia do altar da capela de Santa Bárbara.

Na continuidade da fachada do palácio do governador apresenta-se a capela. Localizando-se num piso mais elevado, o acesso a esta é feito através de duas escadarias laterais, que rematam num cruzeiro em pedra. A fachada é despojada de ornamentação, apenas caiada, com duas janelas, uma porta de lintel e um nicho que abriga o sino. No interior, observamos que possui uma planta retangular simples, de nave única, com uma capela-mor pouco evidente e um altar setecentista com apontamentos a talha dourada, onde é possível observar a imagem da padroeira. Existe, ainda, sobrelevado, o coro-alto, que daria acesso direto ao palácio.

3.1.5. CISTERNA

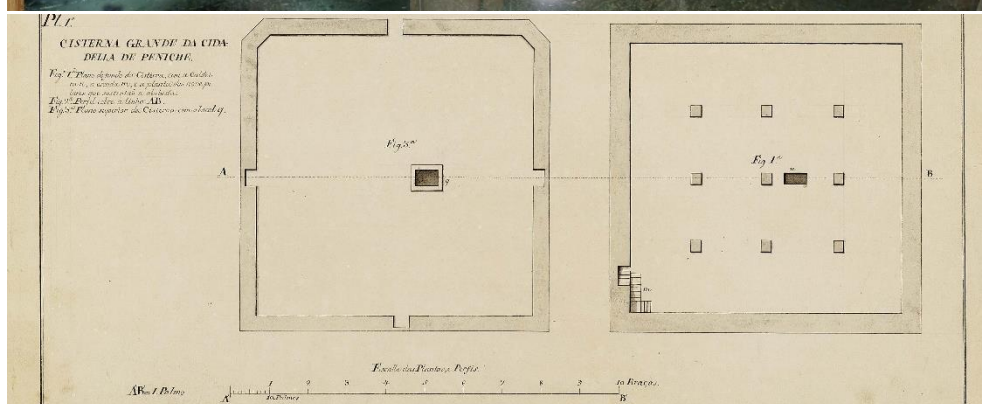


Figura 40|Fotografia da cisterna no seu estado atual.

Figura 41|Planta representativa da cisterna, s.d.

A cisterna subterrânea, que data do século XVII, é um dos melhores exemplares do nosso país. Está localizada no pátio interior que era formado pela Capela e pelo Palácio. Tinha como objetivo o abastecimento de água potável para a guarnição instalada na Fortaleza, através da recolha de águas pluviais, por meio de algozes de pedra. Possui uma capacidade de abastecimento muito superior às suas pares, conseguindo encher até 7.600 pipas. Com uma apresentação de água cristalina serviu o seu propósito até ao de 1950. Apresenta uma planta quadrangular, suportada por nove colunas que culminam em abóbodas no teto, possui agradáveis capacidades acústicas.

3.1.6. CASAMATAS



Figura 42|Vista exterior das claraboias que iluminam as casamatas.

Figura 43|Vista do corredor das casamatas.

Existiam dois conjuntos de casamatas na Fortaleza. O primeiro, sob as muralhas, paralelo à capela, e o segundo, paralelo e de acesso direto ao palácio do governador. Do segundo conjunto pouco restou, devido à sua serventia como local de despejo a partir do século XIX. No primeiro conjunto, ao entrar, visualizam-se pequenos compartimentos, interligados por corredores bastante estreitos. Espaços bastante altos em altura, são cobertos por abóbodas de berço, com claraboias no topo.

Inicialmente terão servido apenas como depósito de artilharia, diversificando, mais tarde, a sua função – como lugar seguro – para o armazenamento de guarnições e até de pessoas.

3.2. A PRISÃO POLITICA



Figura 44 | Vista exterior do conjunto dos novos edifícios prisionais, s.d.

Durante o Estado Novo Português, e a garantia de se fazer cumprir a sua “justiça política”, cresce a necessidade de construir cadeias vocacionadas para a prisão política.³⁰ Com a direção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais é feita uma análise de modelos recentes que possibilitem a execução de um projeto qualificado.

É Cottinelli Telmo, suportado por um intenso estudo internacional no tema, que apresenta um relatório publicado na revista *Arquitectos*, em 1938, que define um projeto tipo. Apresenta um programa gráfico que desenvolve a problemática da organização espacial, mostrando uma divisão clara entre os presos e os visitantes, assim como a separação entre homens e mulheres. Tendo em conta o número de detidos, as cadeias podiam assumir um de três tipos. As fachadas foram analisadas, de modo a que as janelas nunca possibilitassem a visão para o exterior. O pormenor do muro foi objeto de estudo, podendo concluir que se fosse mais alto e arredondado dificultaria a fuga, por não haver um suporte com ângulo reto. As celas não podiam ser demasiado compridas nem demasiado curtas, de maneira que o guarda pudesse sempre visualizar todo o espaço. O parlatório assume uma posição central, sempre com a preocupação de assumir a transição entre espaço controlado e espaço livre.

³⁰ MARINHO, Cristina, RIBEIRO, Nuno, Cruz, Tiago, *Direito e representação*, colecção Teatro do Mundo, vol. 10, Centro de Estudos da Teatral da Universidade do Porto, 1ª edição, pág. 183.

Aqui também foram tomadas precauções para que o visitante não conseguisse ter contacto físico com o preso. Mais tarde, estas medidas são implementadas na Cadeia de Peniche.

No ano de 1934, a Fortaleza de Peniche, tornou-se uma prisão política, ao serviço do estado. A elevada segurança transmitida pela edificação, a sua proximidade ao mar, complicando fugas, e a proximidade à capital terão sido os fatores de escolha. Desde logo, o Depósito de Presos de Peniche apresentou condições bastante precárias. A cadeia desenvolvia-se nos antigos edifícios militares, não havendo quaisquer condições de higiene e conforto. A segurança da prisão também estava em risco, havendo muitas fugas na época. Em 1951, pelas mãos do arquiteto Rodrigues Lima, acontece o projeto de intervenção profunda de adaptação do estabelecimento prisional. O projeto manteve as linhas do edificado original, respeitando o pátio central e a capela, e a organização dos volumes. Assim, durante duas décadas, a Fortaleza foi perdendo os seus edifícios de origem, dando lugar a novos blocos prisionais (A, B, C), conferindo-lhe os traços do modelo norte americano das prisões de alta segurança. É nesta mudança gradual, que, em 1961, com o projeto de ampliação da cadeia, a lotação passa de 47 para 154 presos.

A 25 de Abril de 1974, com a revolução dos Cravos, a antiga Fortaleza foi um dos principais palcos de ação. Com a queda do regime ditatorial, todos os presos políticos foram libertados. Por fim, em 1977, as mesmas instalações serviram de alojamento provisório para as famílias retornadas das colónias ultramarinas.

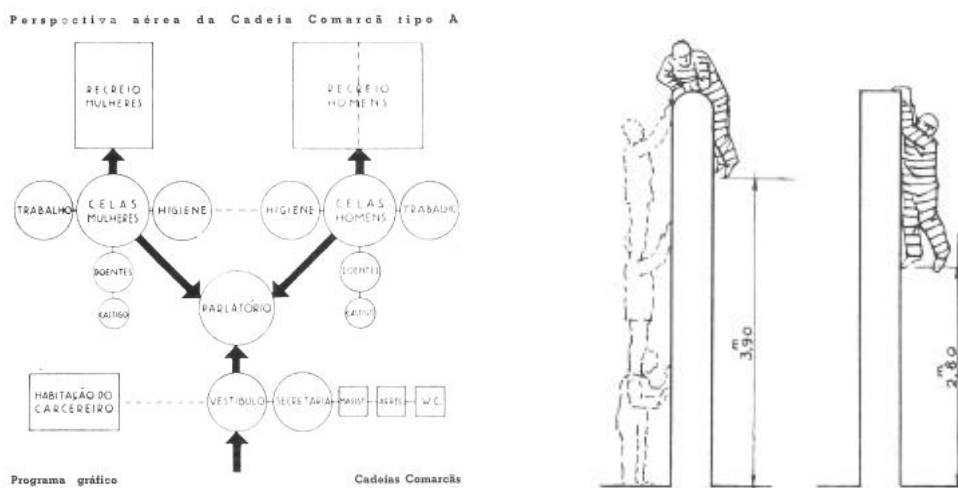


Figura 45|Programa gráfico da organização dos espaço por Cottinelli Telmo.
Figura 46|Estudo da altura e forma dos muros.

3.2.1. PARLATÓRIO



Figura 47|Vista exterior do novo edifício - parlatório.

Figura 48|Vista interior do espaço de visitas do parlatório.

Construção de características muito diferentes do conjunto do edificado prisional, assume uma posição central no espaço. Trata-se de um edifício de um só piso, situado na antecâmara da entrada da fortaleza, de maneira a que os visitantes não tivessem de interferir com o espaço interior e conseqüente vivência da fortaleza. É constituído por parlatórios individuais, compostos por uma separação de vidro, de modo a impossibilitar o contacto físico entre recluso e visitante.

3.2.2. BLOCO C

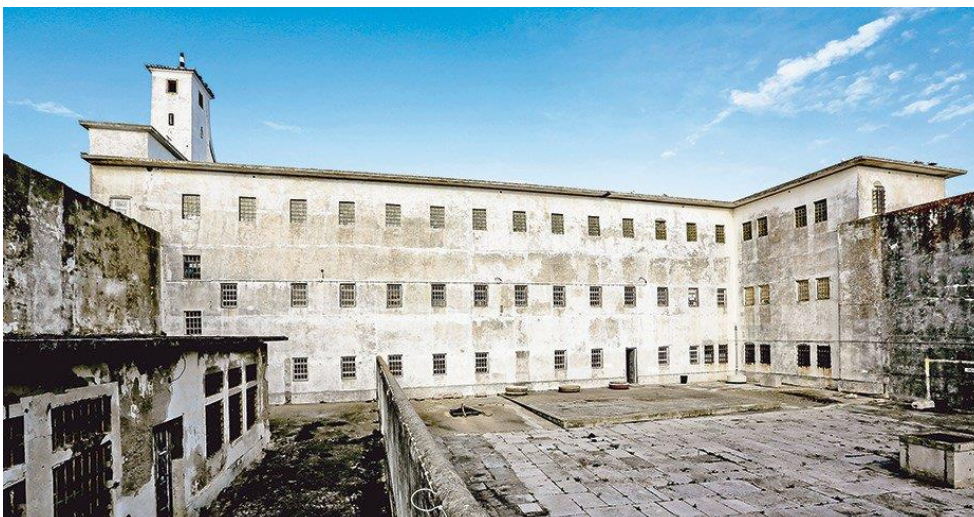


Figura 49|Vista atual do exterior do bloco C.

Tem o carácter inusitado de se erguer sob a estrutura antiga do palácio do governador, sendo a entrada efetuada pelo frontão histórico. Neste pavilhão estavam centralizados vários serviços. No piso térreo era possível encontrar salas para os presos e as camaratas dos guardas. No segundo nível localizavam-se a enfermaria, o posto médico e a sala do diretor. No terceiro piso existiam celas individuais, designadas para presos em “período de observação”. Foi neste piso que esteve detido Álvaro Cunhal.

3.2.3. BLOCO A E B



Figura 50 | Vista atual do exterior do bloco A.

Construções inteiramente novas que possuem, apenas, celas no seu interior, ainda que díspares entre si. No primeiro bloco encontram-se as celas de carácter coletivo, não existindo qualquer tipo de privacidade. No segundo bloco, as celas eram todas de cariz individual, com um grande grau de isolamento. Com janelas de vidros foscos e gradeamento, em nenhum dos blocos se vislumbrava o mar.

3.3. O MUSEU MUNICIPAL

Em 1980, dá-se a intenção de utilizar as instalações da Fortaleza na criação de um museu, através de alguns naturais da cidade, em conjunto com a Câmara e outras entidades, entre elas, o Museu Nacional de Arqueologia. Esse museu teria dois objetivos bem distintos. O primeiro, o de apresentar factos e contar memórias da resistência antifascista contra o Estado Novo. O segundo, o de apresentar elementos naturais e históricos da cidade.

Em 1984 essa vontade foi concretizada e tornada pública, através da criação do Museu Municipal. Sediado apenas no pavilhão principal (Bloco C), antigo Palácio do Governador, continuando as restantes instalações fechadas ao público e em estado de constante degradação.

Na zona destinada à vertente política, o chamado “núcleo antifascista”, foram feitos vários melhoramentos de restauro, reconstituindo o ambiente de prisão política. Neste espaço é possível visitar a cela onde esteve Álvaro Cunhal, assim como aceder a alguns dos seus trabalhos artísticos. Na outra zona, foi disposto um espólio, com algumas ofertas pessoais, do património da cidade, de carácter arqueológico, histórico e etnográfico.

A partir deste período, foi neste mesmo edifício que se sediou o Instituto Municipal de Dança da cidade.

A falta de aproveitamento de todas as restantes instalações, sofre, até hoje, constantes protestos de reprovação. Daí resultaram várias discussões sobre o futuro da Fortaleza.

4. CONCEITOS

“Intervir em património trata-se, antes de mais, de reorganizar criticamente a matéria preexistente, através de uma arquitectura que se deixa contaminar pelo existente e que, ao introduzir o novo, afirma a sua consolidação. Embora motivada por uma procura de continuidade, a ideia de património deve conter obrigatoriamente o presente, no sentido de o ajustar constantemente às novas necessidades. Cabe ao arquitecto ter a sensibilidade para, através do conhecimento da preexistência, fazer uma síntese entre o passado e o presente, acrescentando novos significados e utilidades ao existente, sem o destruir ou anular.”

João Mendes Ribeiro

O presente trabalho centra-se na discussão do que se entende por património e tudo o que lhe é intrínseco, como as intervenções de cariz arquitetónico que têm o intuito de preservá-lo. Ao realizar uma proposta é preciso, primeiramente, ter em conta a sua envolvente. Estudar essa ligação às pré-existências e compreender o que significam. Ao intervir num lugar já edificado, mas esquecido, é preciso compreender de que modo é possível reavivar o espaço, sem chocar com o passado. Esta análise é o ponto de partida para a devolução do património à sociedade, conjugando da melhor forma a memória do passado e a vivência do presente. Deste exercício parte então a necessidade de compreender conceitos que ajudem na definição da proposta.

4.1. PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Neste contexto é fundamental extrapolar sobre o conceito de património. A sua relevância nesta pesquisa é essencial para respeitar o carácter e integridade da obra em estudo e também para fundamentar e estruturar uma proposta pertinente. Antes de mais, este conceito tem origem etimológica na união de dois vocábulos: “pater” e “nomos”. O primeiro significa algo que era deixado de herança, de geração em geração, como identidade dos antepassados; e o segundo personifica a lei, define-se regulador de estatutos e normas.

Hoje, Património remete-nos também à palavra pátria, e compreende-se pelo conjunto de valores deixados pelo passado. Ao falar de património, falamos de memória, de vivências e da passagem do tempo. É o que permanece. Tudo o que desperta interesse na comunidade, através da sua história e identidade, é um legado formado por características de valor histórico, artístico, cultural e que pertence a todos, que faz parte de uma sociedade e que por isso tem de ser preservado e protegido. É património o que cria uma relação com a sociedade, que tem um carácter intemporal, que transporta a sua história no tempo. Cria uma ligação com o passado, através da sua oferta sensorial, que faz com que qualquer geração se sinta envolvida.

São esses bens, neste caso, entendidos como construções históricas e arquitetónicas e espaços de interesse público e sociocultural, traduzindo-se e classificando-se como Património Histórico e Cultural.

“Conservar é lutar contra o tempo. Procurar subtrair alguma coisa aos efeitos normais da destruição, da perda ou do esquecimento. (...) Neste sentido muito lato, a conservação pode aplicar-se em primeiro lugar aos objetos materiais, mas também ao saber, à língua, à cultura, à própria vida. (...) O que dá a tudo isto uma certa unidade, embora do exterior e de forma abstrata, é essa dimensão de luta contra os efeitos e a essência do tempo, e também a sombra de fracasso final que paira sobre tal luta.”

Marc Guillaume

Desde a civilização romana que se dá um especial interesse pela apropriação de obras de origem grega. Não pela definição atual de património, mas pela manifestação de interesse estético e de conceção superior. Os romanos procuravam, num mundo plástico, sem conotação histórica ou cognitiva, colecionar todos os objetos que traduzissem algum requinte.³¹

³¹ CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 36.

Na Idade Média, por meio de uma seleção aleatória, com base no proselitismo cristão e na perda de utilidade de algumas construções, perdem-se monumentos – são destruídos ou desvirtuados. Ainda assim, pelas mãos do clero, entidade possuidora de uma forte sensibilidade e saber literário, foram salvas algumas obras pagãs. Esta apropriação do espaço construído concede-lhe dois tipos de memória, uma que instaura um carácter religioso, e outra que lhe atribui um passado glorioso.³²

É na fase do *Quattrocento* que se desenvolvem duas atitudes que contribuíram para a designação de objeto histórico. A primeira revela-se por Francesco Petrarca³³ e desenvolve a ideia de que o edifício vale pela sua memória literária em detrimento da sua estética. O monumento em si mesmo perde interesse, dando importância ao testemunho oferecido pelo texto. A segunda, depois da evolução do pensamento para algo mais estético, manifesta-se por Giovanni Dondi³⁴. Esta passa por uma análise estética dos vários elementos que constituem um espaço, assume-se a contemplação da obra no seu puro sentido artístico. Assim, estabelecesse um diálogo entre ideais humanistas e artísticos. Uns dão a conhecer a sua perspetiva histórica, enquanto os outros advertem para um estudo visual. O valor da arte e o valor histórico articulam-se formando o conceito de monumento histórico.³⁵

Desta união entre o saber literário e o reconhecimento da arte, fomenta-se a preocupação pela conservação dos monumentos. Em Itália, é, mais uma vez, pelas mãos do clero – os Papas – que fica entregue a preservação do lugar. Ainda que dando mais importância a algumas obras, em deterioramento de outras, a ação pontífice é firme, “os papas não se contentam com medidas preventivas. Eles desentulham, resgatam e restauram as antiguidades.”³⁶

A partir do século XVI, com o Renascimento, o património passa a ser algo que é tido como exemplo a seguir, como modelo a adotar em obras futuras. Mas só com o Iluminismo é que a sua noção de valor se desenvolveu e associou a uma prática de reflexão – das obras clássicas – que o liga à memória, definindo-se finalmente uma nova vertente de

³² CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 44.

³³ Francesco Petrarca (1304-1374) foi um intelectual, escritor, filólogo e humanista italiano, considerado o pai do humanismo.

³⁴ Giovanni Dondi (1330-1388) foi um físico, astrónomo e engenheiro mecânico, pioneiro na construção do relógio.

³⁵ CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 50.

³⁶ CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 55.

património: imaterial, como as tradições e costumes. Desenvolve-se o conceito de antiguidade.

A definição atual de património terá sido estabelecida e consolidada com a Revolução Francesa. O rasto de destruição causado pela revolução despertou o interesse de salvaguarda dos bens e a conservação diversa e total do património. O valor nacional adquire uma nova importância. Os monumentos passam a ser vistos como testemunhos da história, das suas políticas e costumes.

A chegada da Revolução Industrial veio conceder a universalização do conceito de monumento. Contribuiu para a generalização da proteção do património, fazendo do restauro uma disciplina autónoma.³⁷

Relativamente às ideias e teorias relacionadas com a preservação do património são expostas as suas vertentes principais. Duas ideologias completamente díspares, entre a visão de John Ruskin³⁸ e a de Viollet Le-Duc³⁹. Sendo que o primeiro defendia que os edifícios do passado deveriam ser considerados sagrados e, por conseguinte, intocáveis. *“Eles não nos pertencem. Eles pertencem (...) aos que os edificaram”*⁴⁰. Para Ruskin, o ato de restaurar traduzia-se em ferir a autenticidade do edifício. Em oposição, a visão de de Le-Duc via o restauro como *“um sistema lógico, perfeito e fechado entre si”*, que passava por poder reinventar o objeto de intervenção, em prol do melhoramento estético.⁴¹ Já numa vertente menos radicalista, aplica na sua teoria, o melhor das duas acima referidas. Camilo Boito⁴² defende que é possível intervir no monumento, em casos extremos, desde que se interfira o menos possível. É essencial respeitar a autenticidade da génese do edifício, mas legitima o seu restauro pela importância do presente sobre o passado.

³⁷ CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 137.

³⁸ John Ruskin (1819-1900) foi um escritor, crítico de arte, poeta e desenhista britânico.

³⁹ Viollet Le-Duc (1814-1879) foi um arquiteto francês. precursor teórico da arquitetura moderna.

⁴⁰ CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 159.

⁴¹ CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 162.

⁴² Camilo Boito (1836-1914) foi um arquiteto, escritor e historiador italiano.

“O momento não é, pois, de euforia. O património encontra-se perante questões, mais do que respostas, inquietações, mais do que certezas, perante escolhas estratégicas e políticas difíceis, redefinições indispensáveis.”

Pierre Nora

Quando se classifica algo que merece ser conservado, como património, decorre-se sempre de um juízo de valor, de carácter subjetivo e que depende das vivências e experiências de cada comunidade. Deve atender, não só a um carácter económico, social e político, mas também à subjetividade da época em que se encontra. Por fim, é possível afirmar que todo o património deve ser preservado, segundo um conjunto de regras conscientes que respeitem a identidade e os valores inerentes a cada objeto. Não podendo ser servido por uma preservação cativa e antecipada, a sua manutenção, ou qualquer intervenção que seja efetuada, deverá sempre respeitar a sua memória e significado, atendendo à sua componente histórica e artística. Trata-se da entidade de uma comunidade, bem como de um produto que tem um crescimento de riqueza exponencial e, por conseguinte, tem de ser tratado com seriedade e coerência.

Destá necessidade globalizante de recuperar o património, surgiu um conjunto de documentos com o intuito de desenvolver conceitos e normativas sobre a sua salvaguarda. Destacam-se dentro deles, algumas Cartas e Convenções que abordam o tema desenvolvido no trabalho. São elas:

A Carta de Atenas (1931) como primeiro documento internacional para a conservação do património e sua preservação; A Carta de Veneza (1964) que apresenta os primeiros instrumentos do património urbano sobre a conservação e restauro dos monumentos; A Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural Mundial (1972) que apresentou uma lista de todos os objetos com classificação de património mundial; A Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975) que afirma que património arquitetónico não é só o monumento, mas também o seu conjunto e o lugar onde se insere; A Carta de Cracóvia (2000) que alerta para o papel de responsabilidade da sociedade perante o património; A Carta de Bruxelas (2009) que, por fim, tem como objetivo promover o conhecimento sobre o património e garantir o seu acesso.

Paralelamente, foram criadas entidades e estruturas que possam suportar, preservar e respeitar toda uma herança. Assim, dentro de uma nova forma de refletir, nasceram a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), como organismos principais que ajudaram na globalização e definição de património, cuidando do mesmo de forma ativa e coerente.

4.2. MONUMENTO

“(...) chamar-se-á monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.”

Françoise Choay

O significado de monumento, *monumentum* em latim, deriva do termo *monere*, que se traduz por fazer recordar, que nos apela à memória. Daqui parte a ideia de que algo classificado como monumento tem de corresponder idealmente a uma memória afetiva. Precisa de cativar pela transmissão de emoções. O objetivo desta classificação passa por, através da recordação, transportar uma experiência do passado para o presente, despertando uma emoção sobre o lugar. O monumento tem também um significado apaziguador. Assegura uma marca indelével no tempo. Nele está assegurada a memória das nossas origens, da nossa história. Sabemos que com ele se transporta uma história que não morre com o tempo.

Mais tarde, adquire novos significados. Um monumento passa também a ter o dever de transmitir, para além de valiosas recordações, um tom grandioso, belo, de apelo à sensibilidade estética. Assume, assim, um caminho em direção ao “*ilustre, soberbo, magnífico, durável e glorioso*”.⁴³

Tendo em conta que o valor da memória, na classificação de um monumento, tem um peso forte, Alois Heigl, na sua publicação *O Culto Moderno dos Monumentos*, apresenta três valores distintos que ajudam na sua interpretação e à sua definição.

O valor de antiguidade foca-se na vertente estética. Ao olhar para o monumento e perceber que este não se enquadra, revelando-se incoerente com a envolvente. Com a evolução dos tempos, a criação do homem é direcionada para a construção de objetos inseridos no ambiente em que se encontram, assumindo um valor estético que passa pela sua integração no espaço. Com isto, torna-se ainda mais óbvio o objeto único – o monumento – que se distingue nas construções de tempos recentes. Este conceito passa por respeitar a obra desde o seu início, sem contrariar a sua evolução, percebendo que tudo tem um fim. Assim, deve ser evitada qualquer intervenção humana que o reduza ou acrescente ou que restitua as forças de degradação temporais.⁴⁴ A obra deve permanecer incólume, seguindo o seu ciclo natural. O seu valor é apresentado através da experiência sensorial da passagem do tempo que deixa marcas e, por fim, se torna cúmplice da sua própria destruição.

O valor histórico sublinha a importância de um acontecimento, o seu valor não se mede pela relação entre tempo e estética. O monumento de valor histórico surge de um estado particular e por isso deve ser preservado. Considera que o monumento não deve ficar entregue à passagem do tempo e defende a sua manutenção, travando a sua deterioração. Devem, por meio de pensamento ou linguagem, conservar a sua imagem, admitindo a possibilidade de nele intervir – de forma fundamentada, respeitando a sua aparência original.

45

O valor rememorativo é o que mais se aproxima do presente. Tem como objetivo transportar o monumento pelo tempo, evitando que este se situe no passado. Ou seja, invoca o valor da contemporaneidade, na busca constante pelo presente. Vai contra os valores

⁴³ CHOAY, Françoise. *Alegoria do Património*. Edições 70, janeiro 2005, pág. 18.

⁴⁴ REIGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*. Editora Perspectiva S.A., São Paulo: 2014, pag 52.

⁴⁵ REIGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*. Editora Perspectiva S.A., São Paulo: 2014, pag 61.

acima descritos, na medida em que combate, quantas vezes necessárias, o ciclo de destruição da obra. Aspira à imortalidade, ao eterno presente.⁴⁶

Podemos, com estas interpretações, ainda que contrastantes, compreender que na arquitetura – o monumento – depende sempre da percepção do tempo num determinado contexto. As intervenções nele realizadas devem depender sempre de um estudo crítico, de uma necessidade de tomar decisões. No valor de antiguidade, o seu simbolismo centra-se no passado, no carácter exclusivo do que já passou e da constante desolação no tempo. O valor histórico mostra uma tendência de obliteração do passado, na tentativa de estabelecer uma ligação ao presente, através da história. O valor rememorativo quebra totalmente com a ligação ao passado e assume-se sempre contemporâneo perante as várias gerações.

Independentemente da classificação dada, é possível afirmar que um monumento transporta em si várias camadas e sobreposições temporais, identitárias de um lugar ou sociedade, devendo a arquitetura assumir o papel de tradutora do tempo.

4.3. HETEROTOPIA

Ao intervir num lugar está-se, desde logo, a modificar a sua essência. Quando se desenha uma nova camada, uma nova função, acrescenta-se algo: uma nova direção, uma nova vivência, um novo significado. No património é, também, possível atribuir uma nova vida, sem esquecer o passado.

A partir do século XIX, a sociedade encontra-se na época da simultaneidade, da justaposição e, ao mesmo tempo, da dispersão. Vive-se o momento. Daí resultam conflitos ideológicos que opõe a veneração do tempo e a vivência do espaço.⁴⁷ O espaço torna-se

³⁴ REIGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*. Editora Perspectiva S.A., São Paulo: 2014, pag 63.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *Of Other Spaces, Heterotopias*. Translated from *Architecture, Movement, Continuité* n°5, pág. 46

um tema central e desenvolvem-se questões como a oposição do mesmo: de cariz privado e público, social e familiar, cultural e funcional.

Heterotopia é um conceito desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault que deriva da junção de dois princípios, *alter* e *topia*, que se traduzem em “outro espaço”. O conceito traduz-se na descrição de espaços que se constituem por várias camadas ou na relação com outros lugares, com uma identidade complexa. Ao falarmos de património, é necessário compreender como se pode preservar a sua história numa sociedade. Compreender que, ao contrário da época medieval em que o espaço está hierarquizado, a evolução trouxe espaços que têm em conta a sua envolvente. Este conceito defende que, num mesmo espaço, é possível criar várias vivências, sem que estas se anulem, no decorrer do tempo. Primeiramente, heterotopia opõe-se à definição de utopia, aos espaços irrealis e ilusórios, que apenas representam a ideia de perfeição de uma sociedade, mas que não é real, pois nada é imutável. Heterotopia é um espaço que existe, que é palpável e localizável, mas que, ainda assim, não se encaixa num lugar comum. É algo novo, uma nova perceção do espaço.

Segundo Foucault, as heterotopias encontram-se em todas as sociedades, são espaços autónomos, não-centralizados e independentes de qualquer sistema. Para uma descrição mais objetiva deste conceito, o autor enuncia um conjunto de princípios⁴⁸:

Crise e desvio: defende que todas as sociedades são produtoras de heterotopias, não havendo uma forma universal, mas sim várias, são espaços de alteridade, de uma interligação cultural – não são lugares comuns;

Mutações de função: uma sociedade, ao longo do tempo, permite que um espaço adquira as mais variadas funções, de acordo com as necessidades da altura;

Justaposição: defende a possibilidade de agregar vários espaços em si, de existirem várias funções, sem que haja uma compatibilidade obrigatória;

Heterocronias: é a rutura com a tradicionalidade do tempo, a capacidade de fazer com que as temporalidades se articulem e somem sem prejuízo;

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *Of Other Spaces*, Heterotopias. Translated from *Architecture, Movement, Continuité* n°5, pág. 49.

Abertura e fechamento: possui a característica de se encontrar separada da sociedade, com um sistema que o encerra ou torna penetrável – é necessária uma permissão;

Ilusão e compensação: desenvolvem uma função de acordo com o que a envolvente necessita, dividindo-se em dois extremos, o de criar uma ilusão que evidencia o espaço real, contrariamente à criação de espaços perfeitamente organizados que põe em evidência a desorganização de outros espaços.

Pode-se afirmar que a sua definição depende sempre da forma e significado de cada espaço e da interação do mesmo com a cultura. Possuem a função de criar novos “lugares”, atribuir novas funções. É possível afirmar que o património edificado se encaixa nesta descrição. São espaços de características singulares, perdidas no tempo e que não respondem às necessidades que a sua envolvente requer. Possuem a sua própria atmosfera, uma realidade diferente que nos transporta através do tempo. Também a Fortaleza de Peniche é, de certo modo, uma heterotopia, na medida em que acolhe em si vários períodos de tempo, várias camadas. Ao longo do tempo adquiriu as mais variadas funções, mantendo essa conexão. É um lugar incomum, até hoje limitado à sociedade, com um sistema de entrada e saída. É, ainda, o lugar de intervenção, para um novo uso, de acordo com as necessidades atuais da sociedade e do ambiente que a envolvem.

5. CASOS DE ESTUDO

O estudo, desenvolvido sobre as referências que se seguem, revelou-se importante para o desenvolvimento do trabalho. Ainda que com características bastante singulares e díspares entre si, permitiram análises tanto programáticas como interventivas, úteis no exercício de projeto. Este estudo é focado na apreciação destas obras, sem relação direta com a proposta final.

5.1. POUSADA DA CIDADELA DE CASCAIS



Figura 51|Vista aérea da Cidadela de Cascais.

A obra de requalificação do Palácio da Cidadela, com a proposta de elaboração de uma pousada, ficou entregue aos arquitetos Gonçalo Byrne, João Góis e David Sinclair, no ano de 2009, sendo esta construída em 2013. A praça-forte de Cascais, constituída pela fortaleza de Nossa Senhora da Luz, originalmente construída no século XVII, pela Cidadela,

e pelo Palácio do Governador, é uma fortificação de carácter marítimo, de traçado abaluartado, que faz parte de um largo sistema defensivo da costa na defesa de Lisboa. A Cidadela, no seu interior, apenas erguida em 1681, desenvolve-se numa planta quadrangular irregular, onde se organizam os quartéis e a casa do governador. Sob a praça existe uma cisterna. Foi habitação de vários presidentes da República Portuguesa, mas, com o fim do Estado Novo, entrou num período de abandono.



Figura 52|Planta de Cobertura da Cidadela de Cascais, com o novo volume.

Figura 53|Vista Interior do espaço de receção da pousada.

Figura 54|Vista exterior do pano de muralha que abriga alguns quartos.

Figura 55|Vista exterior do novo volume da pousada.

Figura 56|Vista exterior da reabilitação da zona do quartel, para quartos.

“Não nos podemos esquecer de que a cidadela é um monumento classificado – e bem –, e que é, de facto, uma peça indelével. Portanto, a operação na cidadela transforma-se numa unidade hoteleira introvertida, que procura potenciar aquilo que tinha de interessante. Isto é, procura reutilizar o que a fortificação tinha no seu interior – um embrião urbano.”

Gonçalo Byrne

Percebe-se, desde logo, a intencionalidade clara de preservar a herança histórica e patrimonial que este conjunto edificado contém. O projeto passa por dar uma nova vida a todo o conjunto, incluindo no seu programa seis galerias de arte. A fachada principal do conjunto, edifício São Luís, abriga os espaços da zona de receção, zona de estar, bar, serviços e administração. Serve também de apoio ao novo uso que é conferido à cisterna, sala polivalente. Afeto a este, cria-se o primeiro de dois novos corpos, que amplia a área de construção e abriga cerca de 20 quartos e a zona de pequenos almoços, no piso subterrâneo. Passando para a praça de D. João IV, é possível observar que se está rodeado pelas antigas instalações dos quartéis, agora transformados em quartos de acesso exterior. Daqui parte-se para a escadaria de acesso ao baluarte mais a sul. Descendo, encontra-se uma linha de quartos, subterrâneos, com entradas de luz pontuais abertas na cortina da muralha. Subindo, acede-se ao segundo corpo projetado, que corresponde a uma língua que percorre a cortina amuralhada, de carácter sóbrio e horizontal, respeitando a envolvente, evitando o contraste com as pré-existências. É nesta horizontalidade, que remata a linha de muralha, na qual se localizam a maior parte dos quartos e ainda a piscina interior, com vista para o mar. É a pousada com maior capacidade de alojamento, possuindo 108 quartos e 18 suites.

5.2. POUSADA DE SANTA MARINHA DA COSTA



Figura 57|Vista Aérea Da Pousada de Sta. Marinha da Costa

A reconversão do antigo Mosteiro de Santa Marinha da Costa foi levada a cabo pelas mãos do arquiteto Fernando Távora, no ano de 1972, apenas concluído em 1985. Em Guimarães, mais concretamente, na Serra de Santa Catarina, localiza-se o edifício de génese românica, cuja construção inicial remonta ao século IX. É possível observar que sofreu várias alterações ao longo dos anos, passando por vários estilos, como o moçárabe, maneirista, barroco e rococó. Daqui resultaram também várias ampliações. A sua planta original apresenta-se com uma igreja de nave única, ladeada por duas torres sineiras junto à fachada. Anexo à igreja, e com articulações comunicantes, desenvolve-se o claustro. O mosteiro, com ligação exterior através de uma grande escadaria, desenvolve-se perpendicularmente à igreja. Assim, a verticalidade da igreja é quebrada na sua planta, através de linhas horizontais. Depois de um período de constantes mudanças, no ano de 1951, após um grande incêndio, o conjunto foi deixado em total estado de abandono.

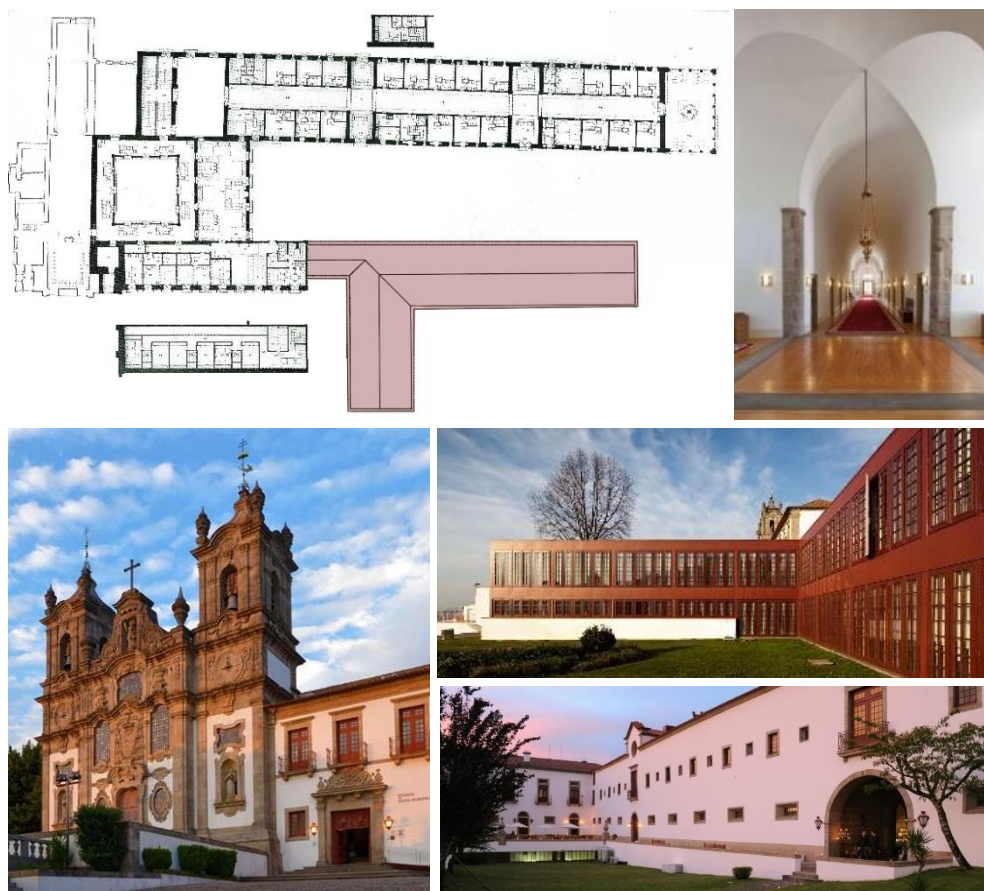


Figura 58|Planta de cobertura do novo volume da pousada.

Figura 59|Vista interior do corredor de acesso aos quartos.

Figura 60|Vista exterior da entrada da pousada e igreja.

Figura 61|Vista do novo volume construído.

Figura 62|Vista do pátio da pousada.

"O critério geral adotado no Projecto da Pousada de Santa Marinha foi o de continuar-inovando, isto é o de contribuir para a prossecução da vida longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços de qualidade resultantes de novos condicionamentos programáticos. Pretendeu-se aqui um diálogo, afirmando mais as semelhanças e a continuidade do que cultivando a diferença e a rutura."

Fernando Távora

A estratégia de intervenção utilizada foi considerada inovadora, na medida em que existe uma dicotomia entre o novo e o antigo. Deste pressuposto advém a intenção de perceber a essência do edifício, conservando os espaços pré-existentes mais significativos, projetando-os de novo, acrescentando novos usos. Esta reconstituição passa por demolir os espaços considerados degenerados. Assim é possível dizer que o edifício conta uma história, representada nas várias fases de construção. O novo corpo, de carácter contemporâneo, desenvolve-se paralelamente ao mosteiro e perpendicular à igreja, assume uma forma em L, integrado no terreno, criando um pátio rebaixado, de carácter resguardado. Esta características torna o novo volume mais suave, em diálogo com a sua pré-existência. Ao nível da fachada, é possível identificar com clareza o corpo de dois volumes, a nova intervenção, através dos vãos envidraçados a vermelho, que contrasta com o semblante fechado do mosteiro. O acesso principal à pousada é feito pela antiga escadaria que dá acesso ao antigo refeitório monástico. Na receção é possível observar o ambiente austero da época através da moldura granítica e dos vários painéis de azulejos. No seu interior, na totalidade, tem capacidade para 53 quartos, 2 suites.

5.3. POUSADA DA FLOR DA ROSA



Figura 63 | Vista Aérea da Pousada de Flor da Rosa

O projeto de reabilitação do Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa ficou a cargo do arquiteto João Luís Carrilho da Graça, com proposta final no ano de 1993, acabando por ser construído em 1995. Como cenário, encontramos um dos monumentos de estilo gótico mais importantes do país, a igreja-fortaleza da Flor de Rosa, localizada no Crato. É aqui que, no ano de 1340, se desenvolve a construção da igreja, do mosteiro e do paço. A igreja, localizada a nascente, destaca-se pela sua verticalidade e fachadas despojadas de ornamentos, apresentando, no entanto, apontamentos de traçado manuelino e renascentista. Encontra-se disposta lateralmente em relação à fachada principal. Possui uma planta longitudinal, de cruz grega, composta por nave, capela-mor, transepto e cruzeiro, coberto por uma abóboda de cruzaria de ogivas. O paço era constituído por três torres de alturas diferentes dispostas em linha na fachada principal. À maneira da ordem cisterciense, as torres eram altas e ameadas, e despojadas de ornamentação no seu interior. O claustro, de planta quadrangular, transformado no século XVI, possui, da sua origem, uma galeria de acesso sobrelevada às alas monacais. O conjunto possui ainda uma cisterna. Apresentando os seus edifícios características distintas, como o gótico da igreja ou os compartimentos conventuais com traços mudéjares, é possível afirmar que o conjunto terá sofrido variadas

modificações ao longo desse século. O paço ficou arruinado, em 1615, e a igreja caiu em 1897, sendo mais tarde restaurado em meados do século XX.



Figura 64|Planta explicativa do novo volume da pousada

Figura 65|Vista interior da zona de estar da pousada.

Figura 66|Pormenor da nova construção, em contraste com a pré-existência.

Figura 67|Vista exterior do espaço da pousada.

Figura 68|Vista exterior da fachada do novo volume.

“O objetivo do projeto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras. “

Carrilho da Graça

A estratégia do projeto de reabilitação assume, desde logo, as suas fases de construção. Há uma diferenciação evidente entre as pré-existências e o novo edificado. Por um lado, apropria-se das divisões monacais para distribuir o conteúdo programático, como a utilização das alas norte e poente, para zonas de quartos, espaços de estar, restaurante e bar. A antiga Sala do Capítulo é transformada em espaço de receção e serviços e a torre sul abriga ainda 3 quartos, onde se diz que terá vivido o próprio D. António – Prior do Crato. Por outro, contraria a verticalidade inerente ao conjunto patrimonial, desenhando um novo volume, alongado, com um forte carácter horizontal. Também este é despojado de ornamentação na fachada, contrastando apenas com o seu estilo contemporâneo. Neste núcleo insere-se parte da zona de quartos, a zona de serviços e administração. Através dele é possível aceder à zona de lazer exterior, com piscina. Na totalidade, a pousada tem 24 quartos.

5.4. POUSADA DE D. DINIS

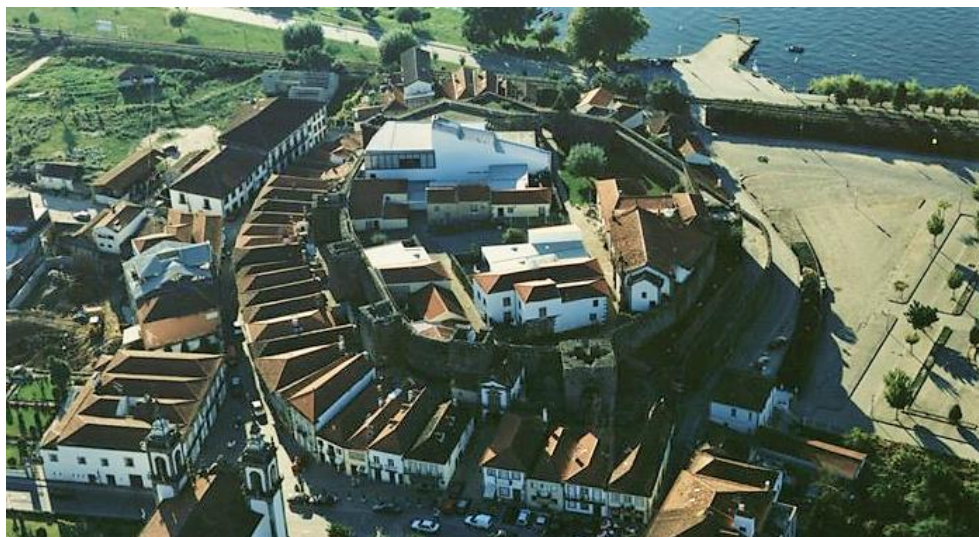


Figura 69|Vista Aérea da Pousada de D. Dinis

O projeto de adaptação do castelo de Vila Nova de Cerveira é da autoria dos arquitetos Alcino Soutinho, Octávio Filgueiras e Rolando Torgo, projetado no ano de 1978, com construção finalizada em 1981. Está inserido num conjunto muralhado que tem início no século XIII, no reinado de D. Afonso III, consolidado pelo seu sucessor D. Dinis. Obra de arquitetura militar de planta oval, como era característica das construções góticas fortificadas, é rematada com oito torres quadrangulares. Sofrendo sempre obras de melhoramento ao longo dos séculos, as mais evidentes terão sido realizadas já no século XVII, na construção de um sistema defensivo moderno, com fossos e baluartes salientes. Contudo, como na maioria deste tipo de construção, esta fortificação, em pleno século XIX, já demonstrava fortes sinais de degradação.

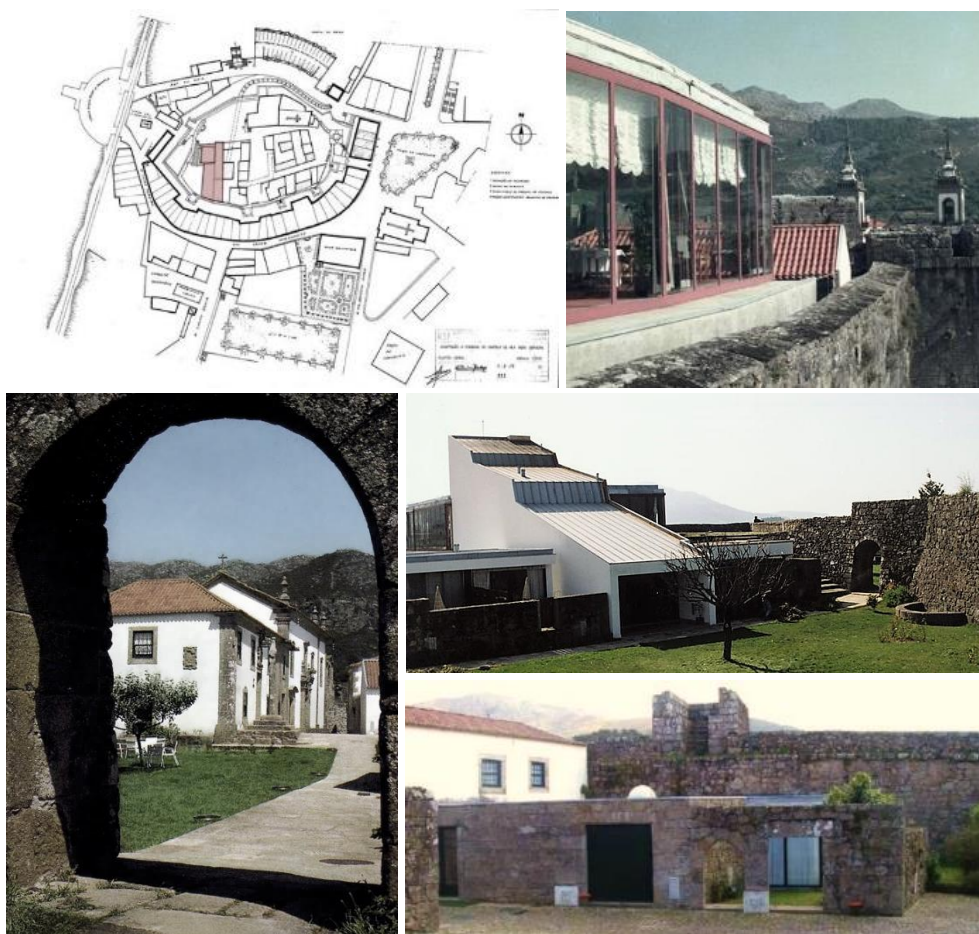


Figura 70|Planta de localização da pousada, com o novo volume.

Figura 71|Vista exterior do restaurante.

Figura 72|Vista da entrada para a pousada.

Figura 73|Vista exterior do novo volume, restaurante.

Figura 74|Pormenor de reabilitação das construções pré-existentes.

"Sob o ponto de vista estético houve a preocupação de obter um contraponto entre os elementos fundamentais das construções existentes e as novas construções. (...) colocou-se em paralelo as expressões de uma arquitetura antiga ou arcaizante, mantidas na sua rude pureza, com as de uma índole atual."

Alcino Soutinho

Devido à falta de área de construção no interior da fortificação, foram adotadas várias estratégias de aproveitamento do lugar. Espaços como a receção, zona administrativa e espaço expositivo foram distribuídos pelo conjunto habitacional pré-existente à entrada do castelo. Seguindo ainda esta lógica, parte do alojamento dos hóspedes segue este modelo, organizando-se em pequenos núcleos, com pátios interiores. Existe também um reaproveitamento de edifícios notáveis, como a Igreja da Misericórdia e os Paços do Concelho para zonas de estar e lazer, bar e salas de reunião. Esta condicionante fez com que o projeto passasse por uma obra de reabilitação total do espaço interior das muralhas, que lhe concede a preservação da memória do lugar. A única intervenção de carácter moderno, e que quebra com a coerência do conjunto urbano, é o novo volume, destinado ao restaurante. Este espaço localiza-se sobre a plataforma das canhoelras, oferecendo um terraço do qual é possível avistar o rio Minho e Vila Nova de Cerveira, devido à sua elevação sobre o conjunto. Possui no total 29 quartos e 3 apartamentos.

6. A POUSADA



Figura 75 | Fortaleza de Peniche, vista do porto de pesca.

Tanto – mas tanto! – que é possível fazer para não deixar morrer, corroído por um abandono criminoso, o antigo e soberbo monumento militar que é a Fortaleza de Peniche (...)

Mariano Calado

Trata-se de uma vontade antiga, a construção de uma pousada na Fortaleza de Peniche. A discussão do tema faz-nos recuar no tempo, até 1977, ano da primeira intenção pública, por parte da ENATUR⁴⁹, de adaptar a Fortaleza para hotel. Dois anos mais tarde surge o primeiro projeto para uma pousada pelas mãos do arquiteto João de Almeida⁵⁰. Projeto que nunca chegou a arrancar, nem a tornar-se público, talvez por falta de verbas, ou pelas questões políticas levantadas.

Durante um grande período, esta vontade perdeu-se no tempo. Só passados 20 anos se volta a reafirmar a vontade da ENATUR em avançar com o plano da pousada, por

⁴⁹ Empresa Nacional de Turismo

⁵⁰ Arquitecto com obra iniciada nos finais dos anos sessenta, com formação concluída em Lisboa, com passagem pela escola do Porto.

parte do Sr. Secretário de Estado do Turismo, Dr. Vítor Neto. Após a visita ao local, por parte do Presidente do Conselho de Administração das Pousadas de Portugal, Dr. Eduardo Ambar, e pelo arquiteto Siza Vieira, foi então assinado o Protocolo de Acordo entre a Direção Geral do Património, o Município de Peniche e a ENATUR. Confirma-se a elaboração do projeto de uma pousada pelas mãos do arquitecto Siza Vieira, devendo esta estar concluída em 2005. No mesmo ano dá-se a privatização da ENATUR, passando o projeto a estagnar numa fase de análise. Mais tarde, em 2008, após o aditamento ao contrato de exploração por parte do Turismo de Portugal e da ENATUR, a construção volta a ser assunto. Consta que o interregno se terá dado pela falta de entendimento entre o arquiteto e a entidade privada, pela não concordância relativamente ao número de quartos. O arquiteto não terá concordado com a duplicação do número de quartos, obrigando à construção de mais dois pisos, uma vez que implicaria um aumento da volumetria acima da altura da Fortaleza.

Em 2011, é aprovado, pela Câmara Municipal de Peniche, um estudo preliminar por parte do atelier de David Sinclair, que pretende corresponder às exigências anteriormente colocadas pela ENATUR em conjunto com as Pousadas de Portugal. Mais um projeto que nunca passou do papel.

No ano 2016, a Fortaleza é integrada no programa REVIVE, iniciativa que tem como propósito promover a rentabilização e preservação do património público, que se encontra devoluto, pelo investimento de privados. A Câmara Municipal avança na comunicação dos seus propósitos, apresentando as suas intenções. Numa história que se repete, as intenções não avançam, por questões levantadas sobre a memória política do lugar.

6.1. PROPOSTAS EXISTENTES

Importa, portanto, fazer uma breve análise das duas propostas conhecidas para a Fortaleza. A primeira de Siza Vieira, a segunda de David Sinclair.

Da primeira proposta, os dados palpáveis que se possuem são a imagem da maquete do projeto e as intenções faladas do seu autor. Ao analisar a imagem, percebe-se, desde logo, que procedeu à demolição dos blocos A, B e anexos, onde constrói um novo volume. Defende a sua intenção explicando que

“há edifícios que decidi demolir, porque não tinha interesse ou porque eram acrescentos mal feitos para uma ampliação da cadeia. Havia um que era uma enorme cantina horrível.”⁵¹

O novo volume, de grande expressão, apresenta uma configuração em U, respeitando o vazio que o antigo pátio formava e indo buscar uma intenção curvilínea a alguns dos edifícios já presentes. O edifício encontra-se afastado de todos os elementos construtivos pré-existentes, havendo, com certeza, uma atenção de reabilitação dos muros. A intenção, anteriormente referida, de não ultrapassar a altura da Fortaleza, limitou o edifício na construção de 3 pisos. Extrapolando, dir-se-á que o nível térreo acolhe espaços como a receção, os espaços de estar e as zonas de serviço da pousada. Nos pisos superiores estarão localizados os quartos, na sua maioria virados a sul, pela métrica representada na fachada e pelo que aparentam ser a representação de varandas. Por fim, localizamos junto ao extremo da muralha, mais resguardada, uma zona de lazer, com piscina. Daqui depreende-se que, de algum modo, existia uma privatização de parte do espaço da Fortaleza, que confronta a ideia de que todo o espaço possa ser percorrível.

Da segunda proposta, atribuída a David Sinclair, existem mais dados gráficos, pois foi apresentada na Câmara Municipal e tornada pública. Sabemos também que vai de encontro às necessidades levantadas pela ENATUR. Desde logo, assim como na proposta anterior, procede-se à demolição dos blocos A, B e anexos. Os novos volumes, quatro, tentam reproduzir a antiga organização dos conjuntos edificados de carácter militar demolidos desde os anos 50. Três dos volumes possuem dois pisos, sendo que o quarto

⁵¹ SALEMA, Rita, Álvaro Siza: *O museu da prisão é uma coisa absolutamente primária*. 8 dezembro 2016.

volume, que se agrega à capela, possui três. No piso térreo, a entrada é feita por entre os dois volumes mais alongados e dá acesso à receção, às zonas de serviços, às salas de estar, ao espaço de restauração e a uma zona de piscina interior. No piso superior desenvolve-se o conjunto dos quartos que assumem dois tipos de desenho. A configuração assumida pela construção não impediu que alguns dos quartos estivessem virados a norte. Mais uma vez, aqui se levanta a problemática do confronto entre público e privado, visto que a piscina se localiza no espaço exterior.

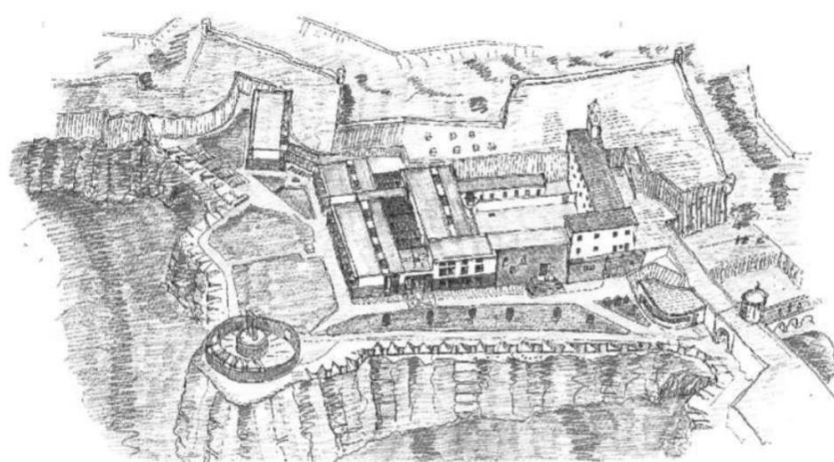
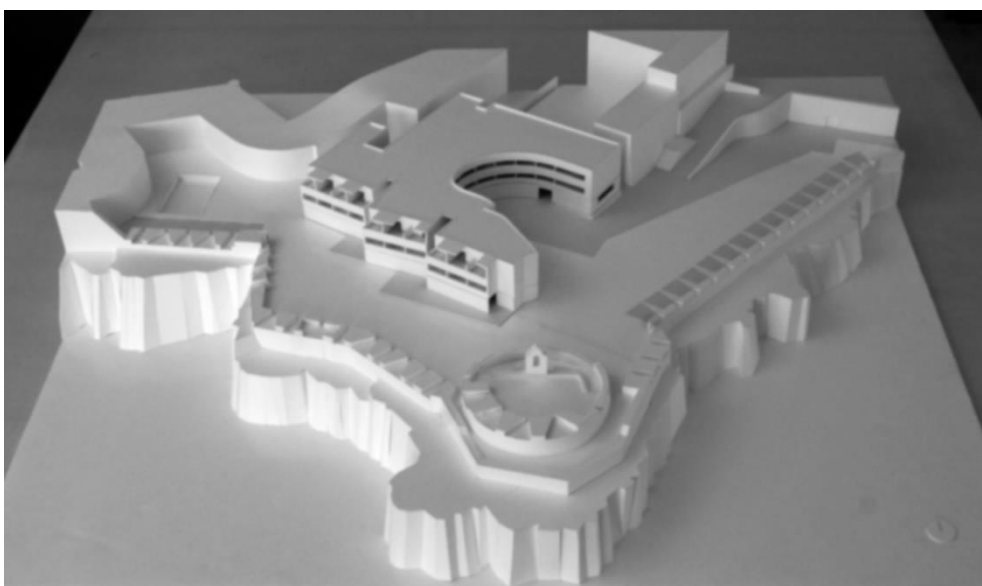


Figura 76|Fotografia da maquete do projeto de Álvaro Siza.
Figura 77|Desenho de perspetiva do projeto de David Sinclair

6.2. NOVA PROPOSTA – O PROJETO

“Sempre afirmei que os lugares são mais fortes que as pessoas, o cenário mais forte que o acontecimento.”

Aldo Rossi

A proposta desenvolvida neste trabalho pretende (re)desenhar, sob olhar atento, esta intenção programática já há muito desejada para o lugar – a pousada. Assim sendo, é apresentada uma proposta de intervenção que possui como principal objetivo revitalizar este monumento histórico e de valor patrimonial, dando-lhe uma nova vida, um novo uso, sem que perca a linguagem, história e simbologia que lhe são inerentes. Acrescenta-se que este programa vem sublinhar a vontade de oferecer o espaço da Fortaleza às pessoas. O programa adequa-se na medida em que oferece um carácter de permanência, essencial à sua preservação, e com um lineamento autossuficiente. No passado, pela sua função, este foi sempre um espaço fechado em si. Foi sempre um espaço fechado à comunidade, primeiro, pelo seu carácter militar e, mais tarde, prisional. Até à abertura do museu, em 1984, as pessoas não tinham acesso ao espaço fortificado. Com a falta de verbas e vigilância, o espaço visitável confinou-se cada vez mais, e, hoje, não é possível aceder aos mais variados espaços por falta de segurança.

Nesta proposta, defende-se que a dupla utilização do espaço é possível, ao conjugar uma pousada com a atual exploração – o museu. Nesta duplicidade, acentua-se a intenção de, finalmente, oferecer às pessoas o lugar que sempre lhes foi privado, criando um espaço atrativo, com várias valências.

6.2.1. A DEMOLIÇÃO

Através da análise histórica, anteriormente apresentada, que nos permite compreender a evolução da Fortaleza de Peniche, é tomada uma decisão. Nessa análise

estudamos a evolução das construções edificadas, percebendo a sua época de construção, a sua função e estado de conservação. Partilhando da mesma vontade, apresentada nos dois projetos anteriormente mencionados, esta proposta inicia-se com a demolição dos blocos A, B e anexos. O estado avançado de degradação dos blocos e a sua apresentação formal e estética não confere ao conjunto patrimonial qualquer mais valia. Pelo contrário, são construções que, desde a sua génese, contrastaram com a envolvente, desequilibrando a atmosfera do lugar, descaracterizando-o. Reconhece-se assim, que estes blocos não possuem qualquer valor arquitetónico e desrespeitam o lugar, por conseguinte, são demolidos.

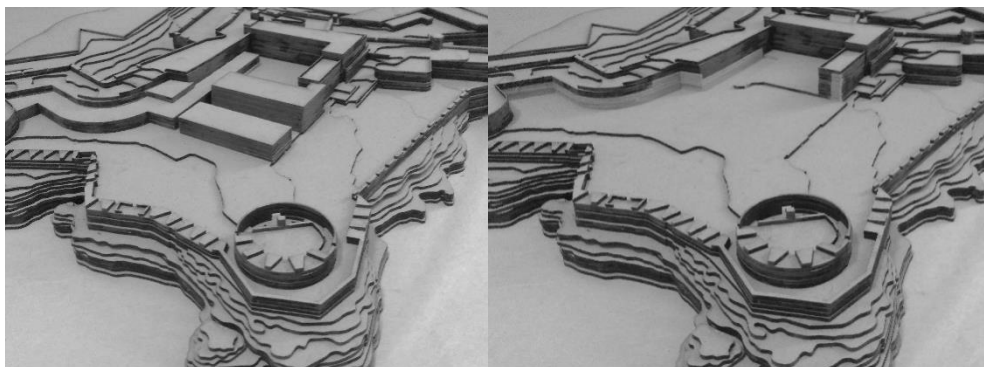


Figura 78 | Fotografia da maquete que apresenta a diferença entre as construções antigas e o novo "vazio".

6.2.2. O DESENHO

Após a tomada de decisão anterior, o exercício de projeto parte de um espaço vazio que pretende (re)desenhar uma relação com o património que o contém. Foi necessário, antes de mais, compreender a causa-efeito que esta nova proposta programática oferece ao lugar. A intencionalidade de conjugar a pré-existência de um museu com um novo programa hoteleiro provoca um confronto entre os valores públicos e privados. Partiu daqui uma análise de organização espacial, de modo a responder a esta questão. Que soluções se podem encontrar para que ambas as vivências possam existir sem se anularem?!

Na tentativa de evitar uma apropriação do espaço desenquadrada que roubasse espaço público ao lugar, ou que o privasse de uma continuidade visual, a implantação do novo volume localiza-se no espaço onde, desde o início, sempre houve construção. Desta maneira, evita-se um choque visual com a envolvente. No esforço de exercer uma continuidade entre os espaços, o novo volume anexa-se à fachada da Capela, criando uma frente que oferece, desde logo, a oportunidade de observar os quatro tempos de construção principais do lugar. Na sua perpendicular, dobrando-se, o volume continua até à muralha, apropriando-se de todo o espaço. O piso térreo traduz-se num embasamento que conecta todo o espaço. Para cima, o edifício desenvolve-se acompanhando as extremidades da base, formando um U, e, uma vez que o conceito de pátio está bastante ligado à memória do lugar, este espaço vem sedimentar essa conexão.

6.2.3. O PROGRAMA

O projeto divide-se em dois momentos distintos. A ideia de dualidade do lugar fez com que, para além da pousada – espaço privado, fosse pensado um espaço de cariz museológico – público, de apoio à estrutura atual.

A ideia deste último espaço é oferecer a ideia de percurso ao espaço atual e criar condições de visita a espaços históricos desaproveitados no complexo atual: as casamatas e a cisterna. A entrada deste espaço pode ser feita a partir do pátio do museu ou pela fachada ligada à capela. Ao entrar pelo pátio é, desde logo, possível aceder às casamatas. Na continuidade do percurso, ao descer, encontra-se uma sala ampla, de carácter expositivo, relacionada com a história “militar” da Fortaleza – uma carência do museu atual. Descendo, mais uma vez, tem-se acesso ao corredor que liga à cisterna.

A pousada, ainda que com acesso pela fachada nordeste – onde se tem acesso direto a uma pequena loja – assume a sua entrada principal a noroeste. O cunho ligeiramente

privado é dado pela quebra visual que se dá com a entrada principal do conjunto patrimonial. Esta abre-se para o mar infinito em todo o seu comprimento.

Ao entrar encontra-se logo a zona de receção, onde também se desenvolvem os espaços de serviço administrativo. É a partir desta zona que se acede aos vários espaços que o programa oferece. O piso térreo é assim constituído por dois momentos principais: o restaurante e o spa. O restaurante, à esquerda da zona de receção, pela qual se acede transpondo uma barreira envidraçada, assume um carácter semipúblico, onde é possível, casualmente, que pessoas exteriores às instalações possam usufruir. O espaço subdivide-se ainda entre uma zona de refeições, com duplo pé direito, e um espaço mais informal, onde é possível permanecer enquanto se aprecia a vista. O spa, à direita da receção, oferece as mais variadas comodidades. Após a passagem pelos balneários, oferece-se, por exemplo, um espaço de massagens, de carácter mais privado. Este espaço que promove o prazer e relaxamento, assume momentos circulares – banho turco, sauna, banho circular, entre outros – que abraçam o utilizador e que reforçam o espaço onde se encontram. No espaço amplo, na piscina de maior expressão, existe um envidraçado que desce desde a cobertura, aí criando uma entrada de luz.

O acesso aos pisos superiores, única e exclusivamente de acesso aos hóspedes, é feito por duas colunas de acesso vertical que ladeiam a receção. A ideia do pátio, anteriormente referida, permitiu uma organização de quartos eficaz, virados a sul – nunca a norte. Neste primeiro piso, parte do espaço é ajardinado, criando uma linha mais privada para os quartos. É também neste nível que se situam serviços como a lavandaria. O segundo piso, à primeira vista, parece uma reprodução do anterior, à exceção da zona mais a noroeste, onde se localiza o espaço de pequenos almoços. Este espaço serve também como bar e zona de apoio à zona da piscina exterior, de carácter infinito.

É de referir, ainda, que existiu uma preocupação em separar os espaços de serviços e seus acessos, dos espaços frequentados pelos hóspedes.

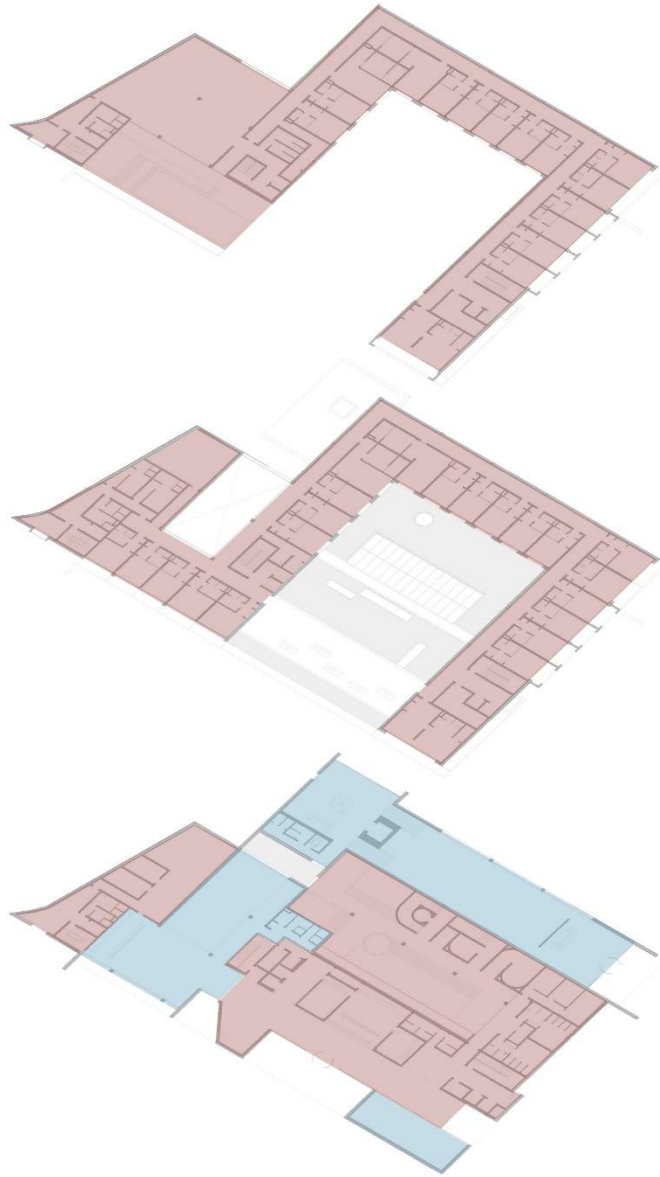


Figura 79 | Diferenciação entre espaço público (a azul) e privado (a vermelho).

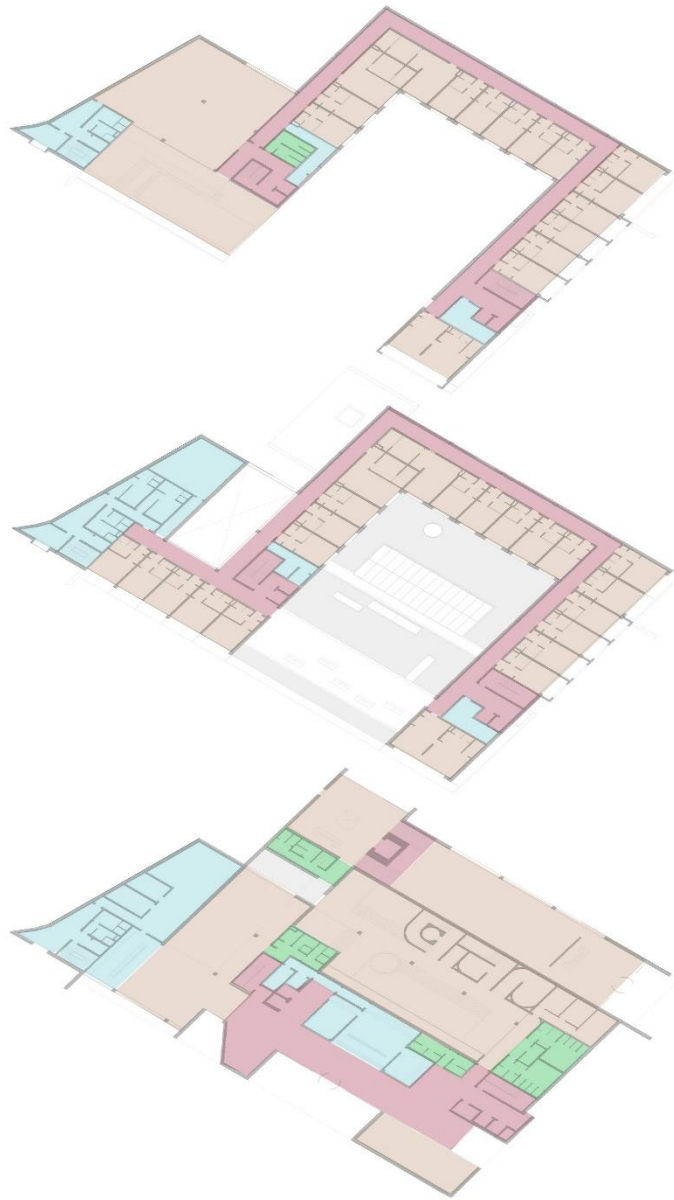


Figura 80 | Espaço de circulação (a vermelho), espaços de permanência dos utentes (a creme) e o espaço de serviços (a azul).

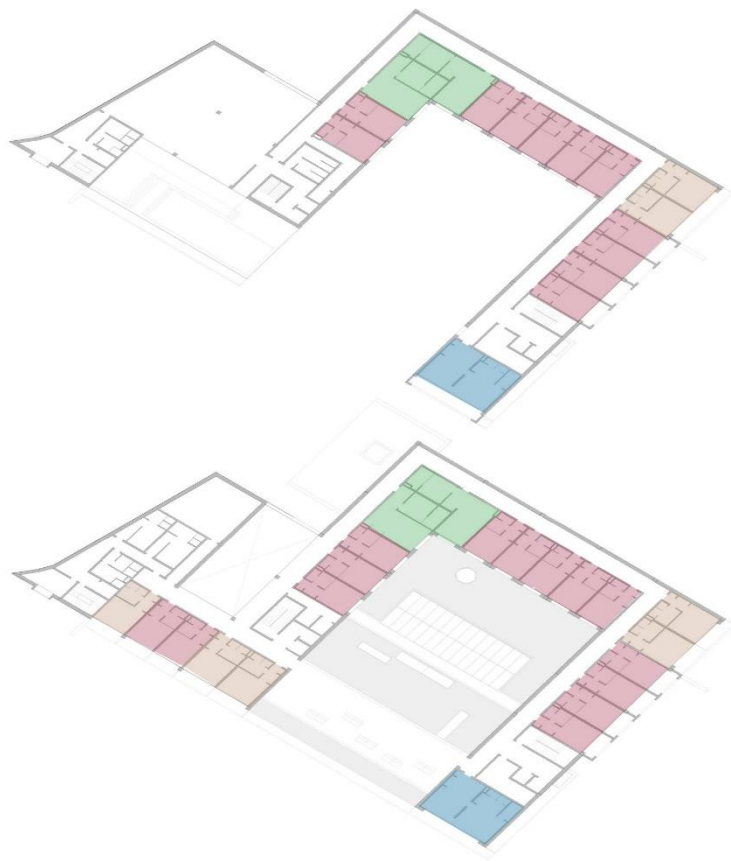


Figura 81 | Quartos com diferentes tipologias. Suites (a azul), duplos (a creme), de casal (a vermelho) e para pessoas de mobilidade reduzida (a verde).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Que um acontecimento projete a sua sombra no futuro é um processo regular que devemos aceitar como tal; mais grave é o acontecimento que lança uma sombra sobre o passado, mergulhando numa obscuridade súbita fragmentos da vida que se encontravam na luz e havia por muito tempo conservado o seu brilho.”

Arthur Schnitzler

O presente trabalho partiu da vontade de estudar a Fortaleza de Peniche, um conjunto patrimonial com características únicas, detentor de uma vista ímpar sobre o mar e sobre a costa. Apesar de ser considerada o ex-libris da cidade, com uma forte conotação histórica, esta construção faz parte de uma das muitas esquecidas no nosso território. É deste estado de esquecimento que partiu a vontade de intervir no lugar, de o dignificar, de o reavivar.

Logo à partida, foi necessário desenvolver uma investigação histórica e morfológica da cidade, de como este território se faz tão peculiar, de compreender sobre que fundações se constrói o espaço e com que intenção. Daí, surgiu o conhecimento e interesse pelos pequenos edificados que foram surgindo conforme o aprofundar da pesquisa. Compreender para que serviam, de que modo se relacionavam e qual o seu estado de conservação – procede-se assim à enumeração de um conjunto de pequenos apontamentos da arquitetura militar. Da investigação histórica desenvolveu-se o conhecimento das várias fases de construção da Fortaleza, percebeu-se que elementos possuíam valor patrimonial e arquitetónico que concedem a identidade e atmosfera ao lugar. Identificou-se uma clara vontade de regeneração do espaço, com a identificação de várias propostas, ao longo dos últimos trinta anos, sempre travada pela força política. Surge a pergunta: até quando se vão deixar apagar séculos de história?

Desta vontade, de finalmente reavivar o lugar em concordância com todas as questões que se levantam, foi necessário compreender e analisar o que o monumento é em si. O que foi e o que quer ser – do que se pode despir e do que lhe é intrínseco. De que modo o passado se pode relacionar com o presente sem perder o seu património

Percebe-se que a sua estagnação o levará à ruína, assim como tantos outros. Por isso, é necessário conceder-lhe uma nova relação com a sociedade. Devolver estes monumentos à sociedade, através de novos usos, compreender de que modo se podem renovar. O novo projeto – uma nova camada – pretendeu atribuir novas valências ao lugar sem chocar com o património existente, (re)desenhando uma relação entre o monumento e um novo espaço que ofereça novas experiências. Compreendeu-se que o projeto de intervenção tem o objetivo de conseguir respeitar e preservar o passado, compreender o presente e pensar no futuro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João de. *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. Lisboa: s.n., 1946.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. Letra livre, 2012.
- BAEZA, Campo. *Pensar com as mãos*. Caleidoscópico Edição e Artes Gráficas, SA, 2011.
- BRANDI, Cesare, *Carta del Restauro* in *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições Orion, 2006
- CALADO, Mariano. *Da ilha de Peniche*. Lisboa: Ed. Autor, 1994.
- CALADO, Mariano. *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche: edição de autor, 2000.
- CALADO, Mariano. *Peniche na História e na Lenda*, 4ª ed. Peniche: Edição de autor, 1991.
- CALADO, Mariano. *Visão Cronológica da História de Peniche*, Peniche: edição de autor, 1999.
- CAMPO BAEZA, Alberto. *A Ideia Construída*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2004.
- CHOAY, Françoise. *Património e Mundialização*. Évora: Editora Licorne, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *The Concept of Time*. Edição Blackwell, 1992.
- HENRIQUES, Ana Carolina Rolo dos Santos Afonso - *No princípio estava o mar: Peniche: o património cultural, o turismo e o mar*. Coimbra, 2010.
- ICOMOS. Carta de Atenas, *Carta de Atenas para a Recuperação dos Monumentos Históricos*, 1931.
- ICOMOS. Carta de Veneza, *Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, 1964.
- LIMA, Raul Rodrigues. *Arquitetura Prisional*. Lisboa: SPP, 1962.

LOBO, Susana, *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitetura Portuguesa do Século XX*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 2014.

HERTZBERGER, Herman, *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANO, Maria Lalanda Martins. *Espaço de Vigiar. Requalificação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada*. Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 2014.

MOREIRA, Rafael. *A Arquitetura Militar, História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

PEREIRA, Paulo, *Património Edificado*. Pedras Angulares: Aura, Lisboa, 2005.

PEREIRA, Paulo. *Castelos e Fortalezas: pequena reflexão (meramente) teórica*. Pedra e Cal, Nº15, 2002.

REIGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*. Editora Perspetiva S.A., São Paulo, 2014.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Edições 70. Lisboa, 2016.

RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture*. New York: Dover Publications, 1989.

SIZA, Álvaro. *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições Tejo, 2009.

TAVORA, Fernando. *Da Organização do espaço*. Porto: FAUP Publicações, 1999.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a Arquitectura*. Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 2002.

ZUMTHOR, Peter. *Pensar a Arquitetura*. Gustavo Gilli, Barcelona, 2009.

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – Guia de Inventário —Fortificações Medievais e Modernas. Lisboa: IHRU, 2015

WEBGRAFIA

IGESPAR || <http://igespar.pt>

SIPA || <http://www.monumentos.pt>

Biblioteca Nacional Digital || <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

Direção Geral do Património Cultural || <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

Fundação Mário Soares || <http://www.fmsoares.pt/>

Cabo Carvoeiro Memórias || <http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.pt>

LIMA, Suzann. *Arquitetura penitenciária: A evolução do espaço inimigo*. 5 de abril de 2005.
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/480>

OLIVEIRA, Raquel. *Revitalização Patrimonial*. 3 de junho de 2007.
http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/Ensaio1_JulAgoSet08.pdf

BRAGA, João. *Da noção de Património: uma breve definição*. s.d.
<http://www.patrimonio.pt/index.php/speaker-s-corner/991-da-nocao-de-patrimonio-uma-breve-definicao>

CRUZ, Carlos. *Praça-forte de Peniche*. 15 de outubro de 2014.
http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=690

ANEXOS

CARTOGRAFIA ANTIGA

FOTOGRAFIAS

MAQUETE

PEÇAS DESENHADAS

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO

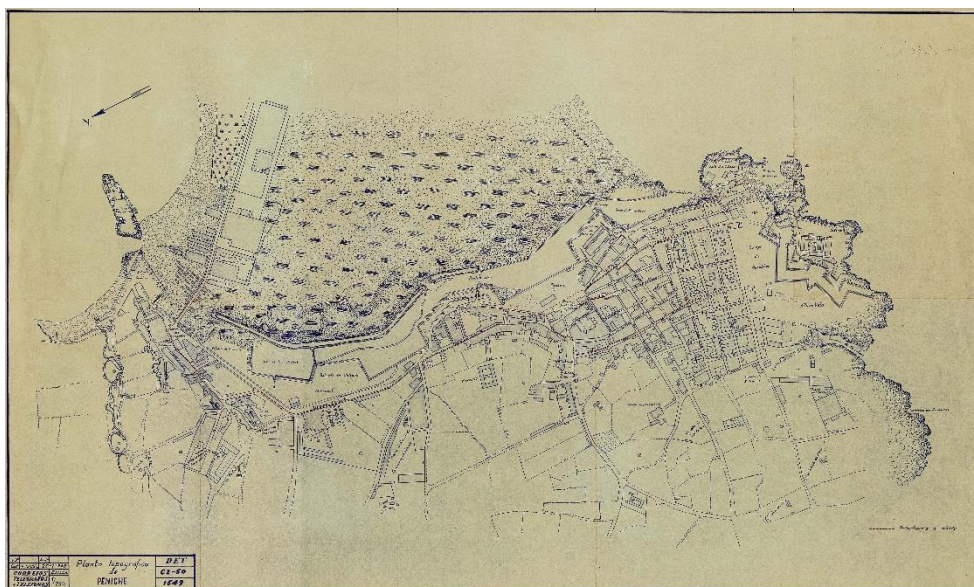
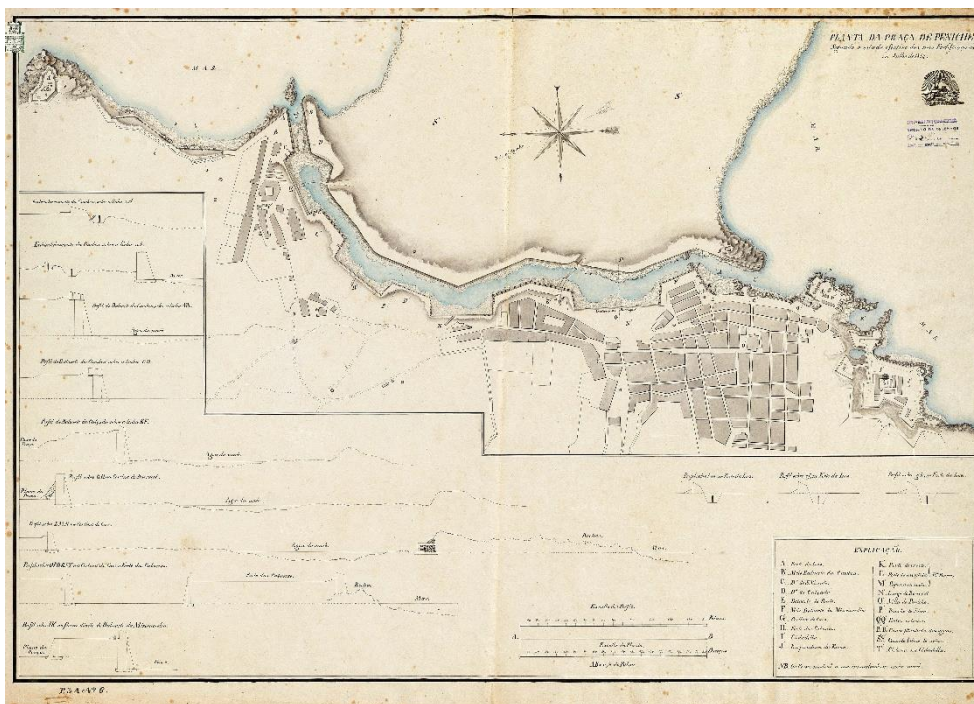


CARTOGRAFIA DA CIDADE DE PENICHE, SÉCULO XVII



PLANTA DA CIDADE DE PENICHE EM 1846.

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO



PLANTAS ILUSTRATIVAS DA CORTINA DA MURALHA (PRIMEIRA IMAGEM, DE 1814)

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO



PLANTAS DA FORTALEZA DE PENICHE, DE 1885.

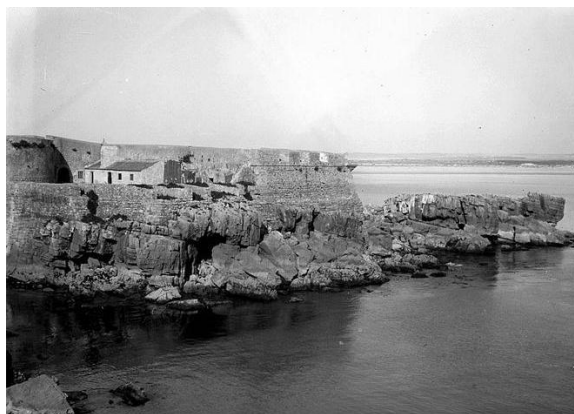
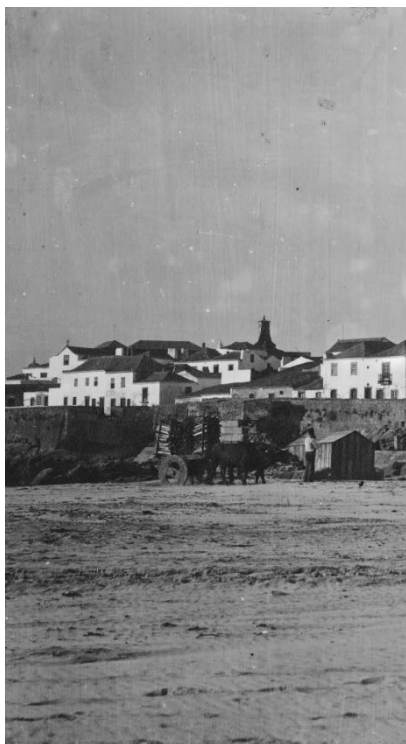


ORTOFOTOMAPA DA FORTALEZA DE PENICHE, MEADOS SÉCULO XX

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO

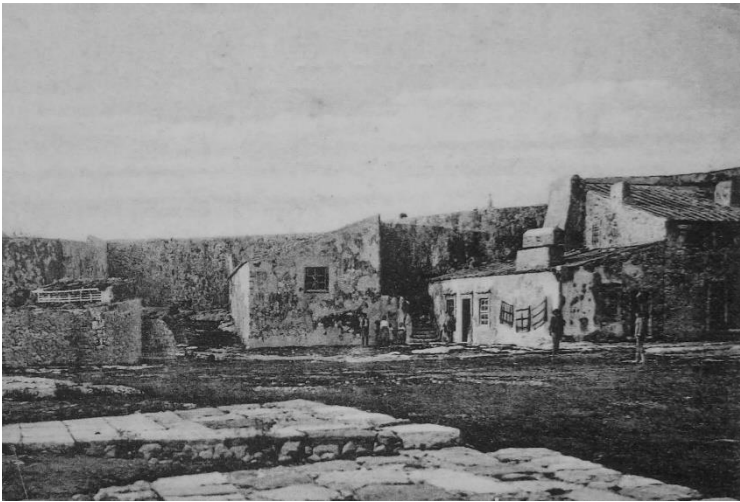
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas Geral do Exército

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO



IMAGENS ANTIGAS COM APONTAMENTOS DA FORTALEZA, INICIO SÉCULO XX

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO



IMAGENS DO EXTERIOR DA FORTALEZA DE PENICHE, INICIO SÉCULO XX

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO



IMAGENS DOS EDIFÍCIOS MILITARES DA FORTALEZA, INÍCIO DO SÉCULO XX

(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO



IMAGENS DO ESTADO ATUAL DA ENVOLVENTE DA FORTALEZA

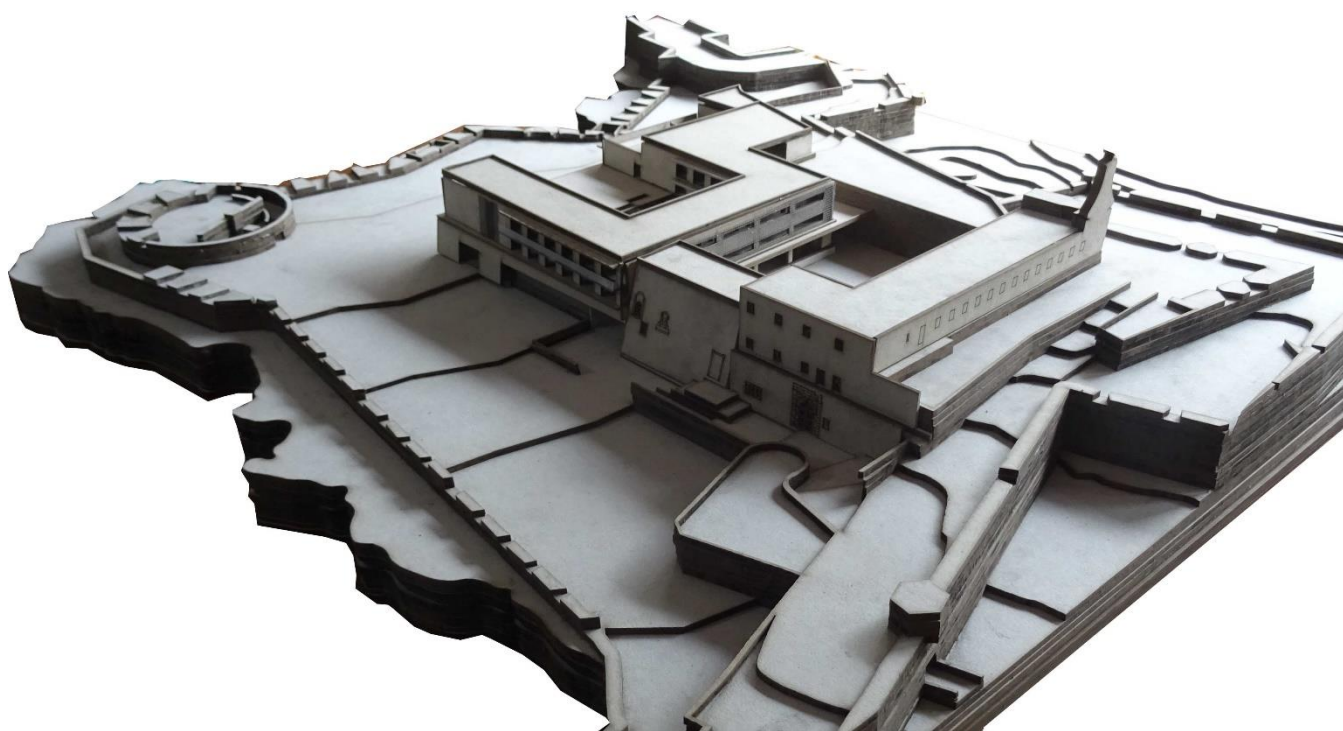
(RE)DESENHAR O PATRIMÓNIO

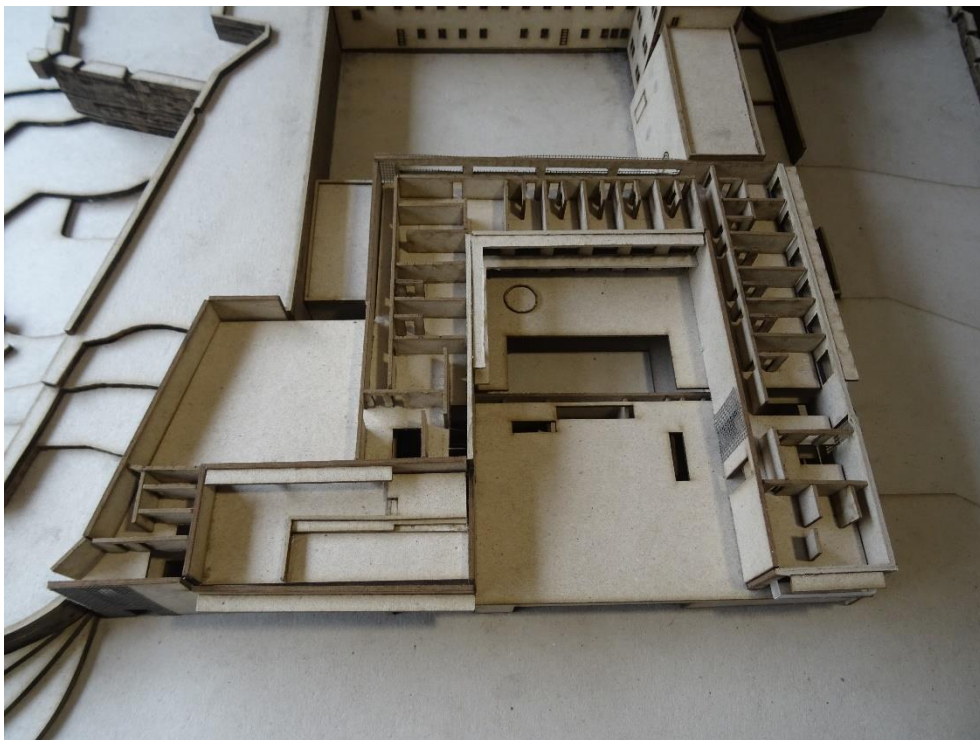
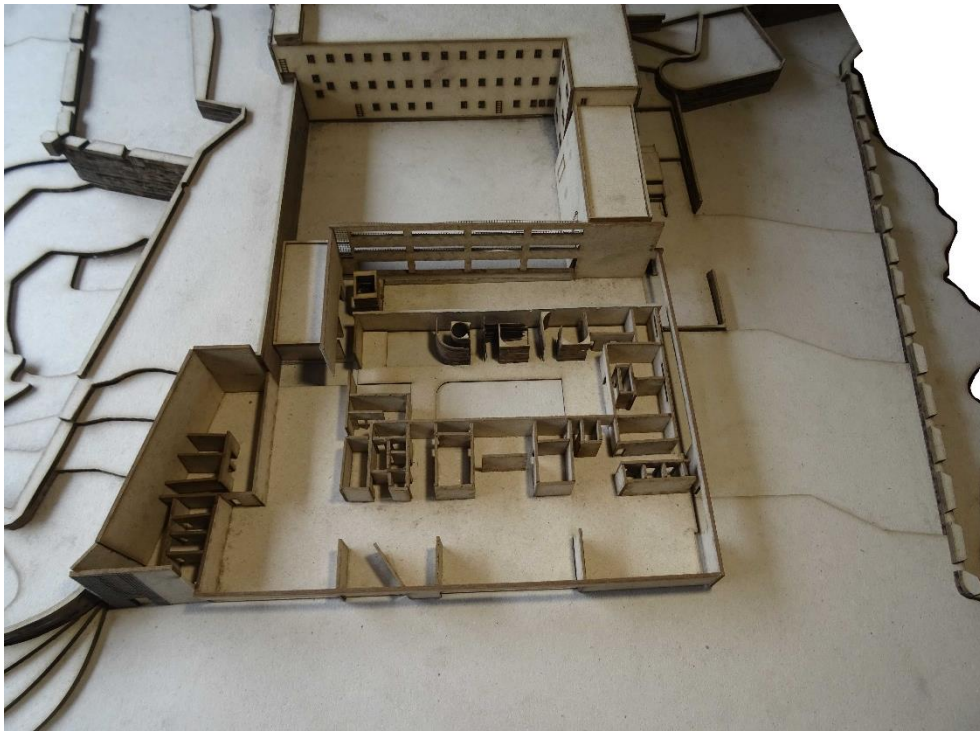


IMAGENS DO ESTADO ATUAL DOS EDIFÍCIOS PRISIONAIS

Fontes: <http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.com/>
<http://www.fmsoares.pt/>
<https://expresso.pt/>
<http://caldeiradapenicheira.blogspot.com/>
<https://www.instagram.com/kikodico/>



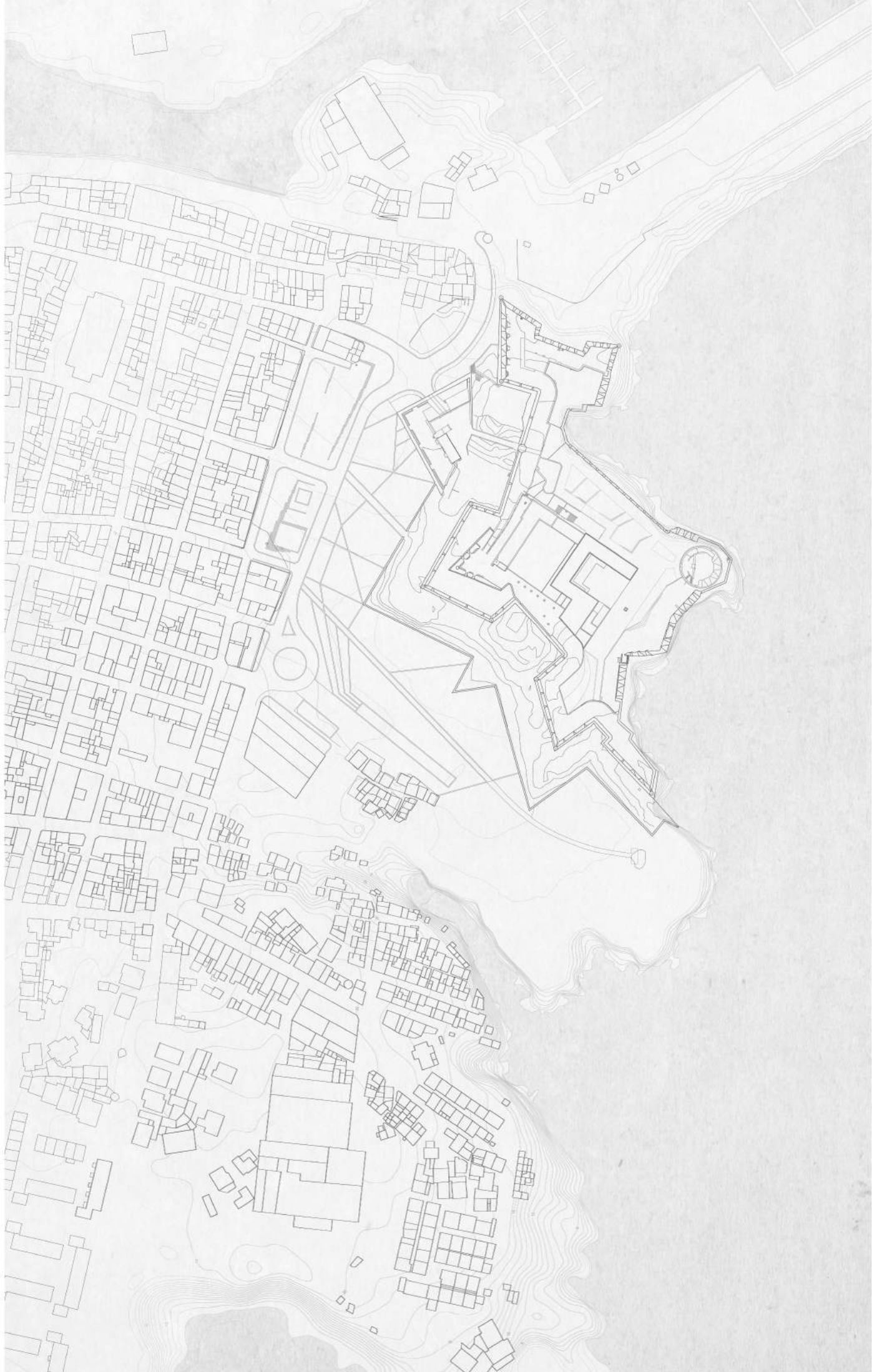


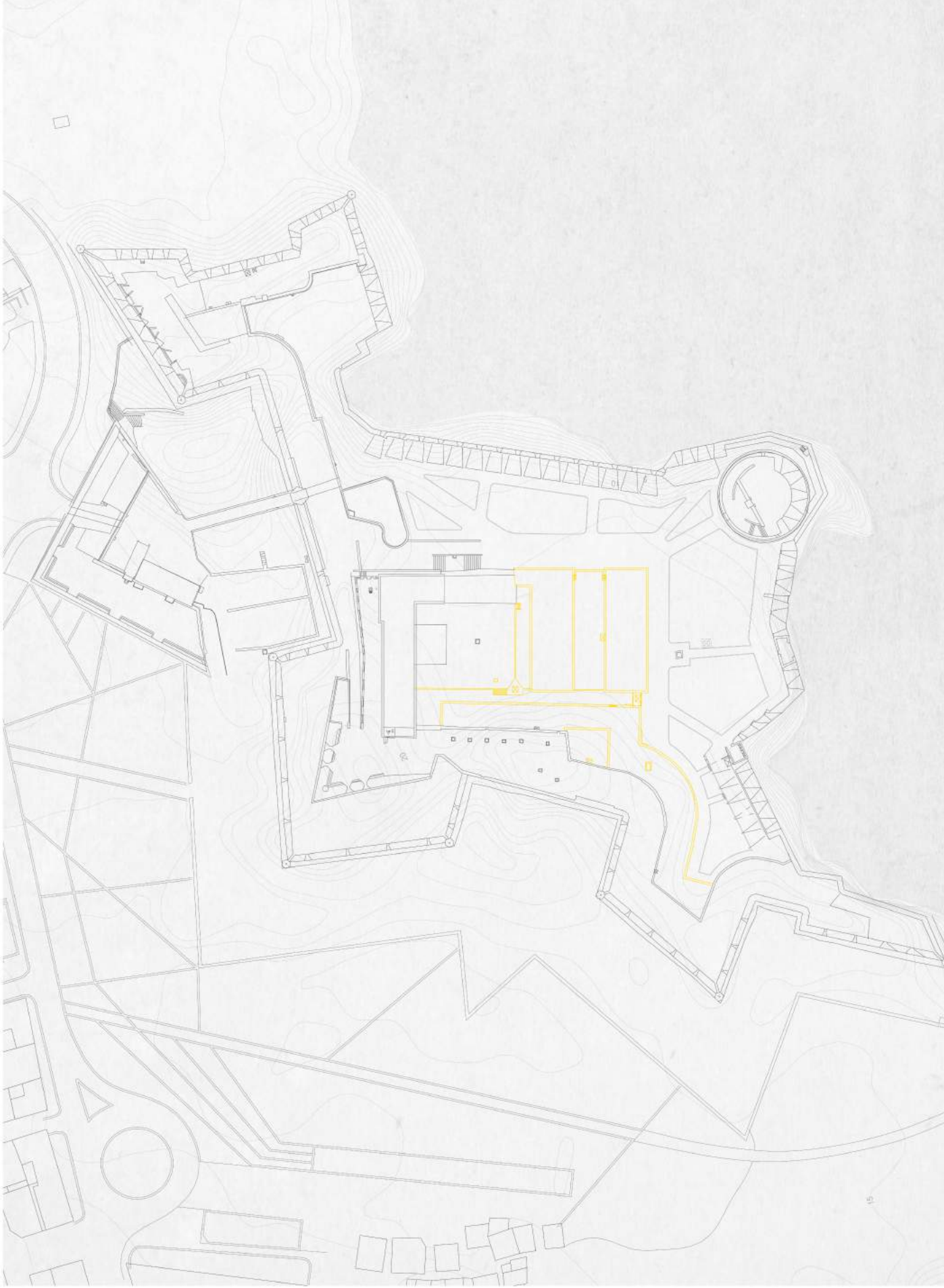


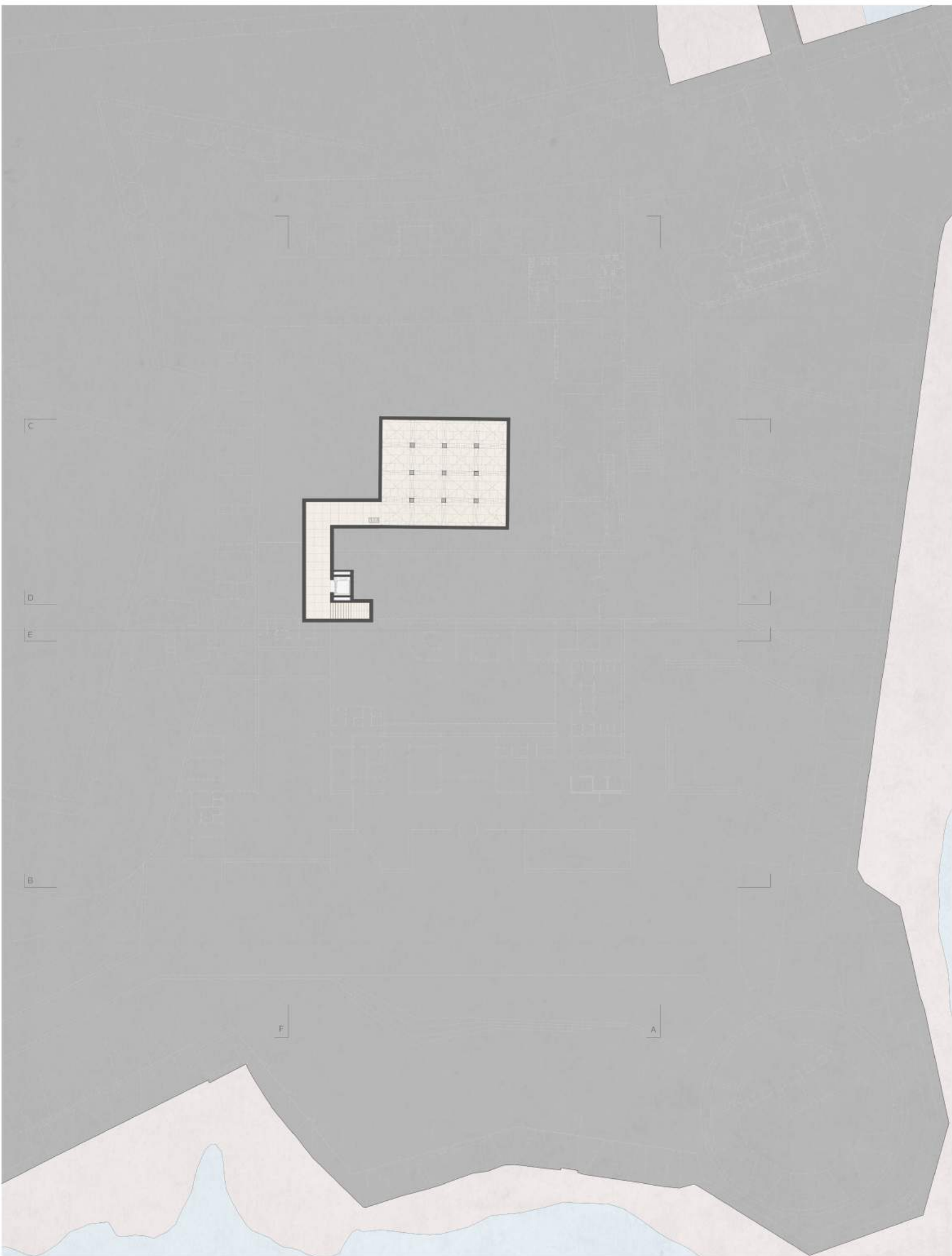


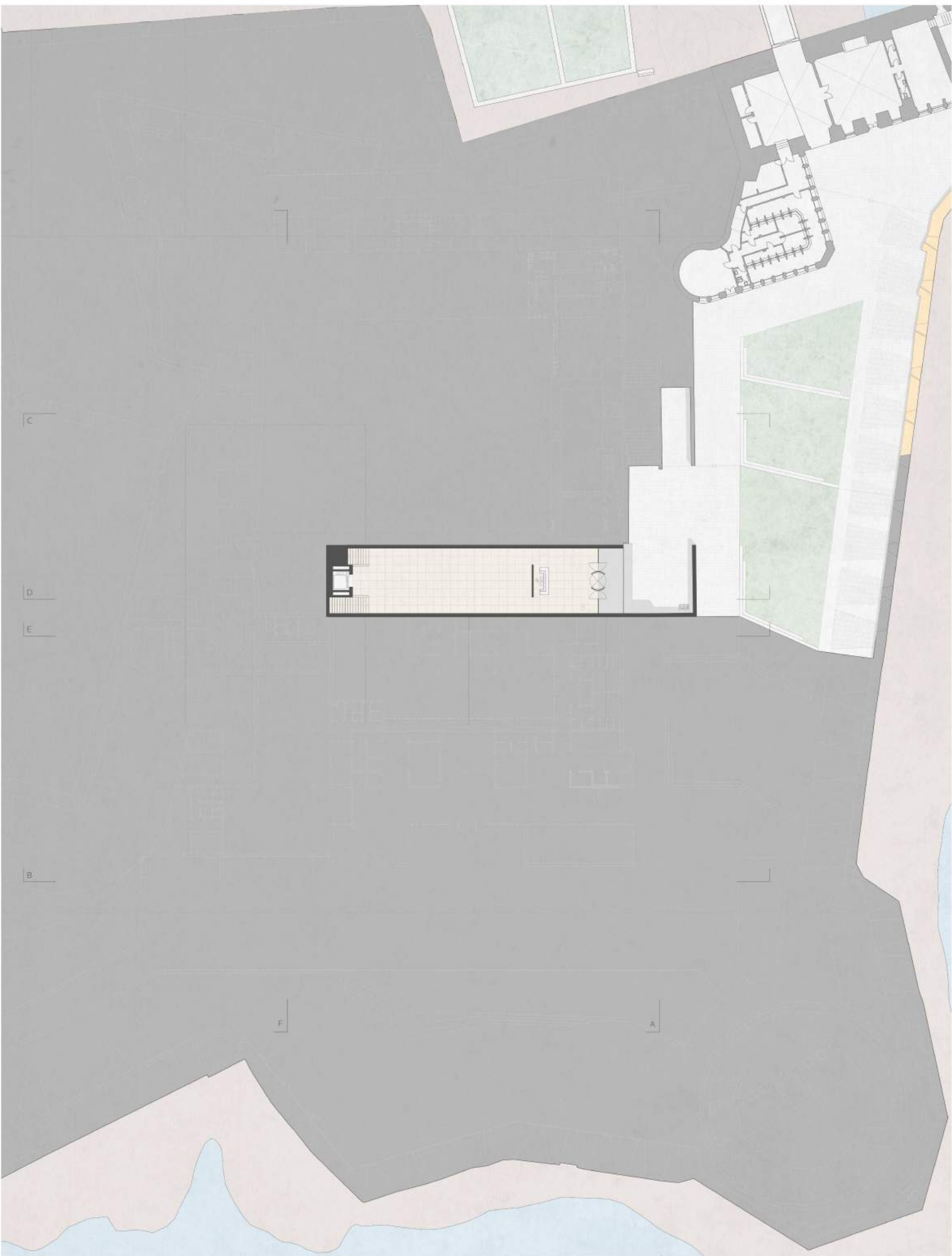
(RE) DESENHAR O PATRIMÔNIO
REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMÔNIAL DA CIDADELA DE PENICHE
FAULI | PROJETO FINAL DE ARQUITETURA | ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO SILVA PINTO

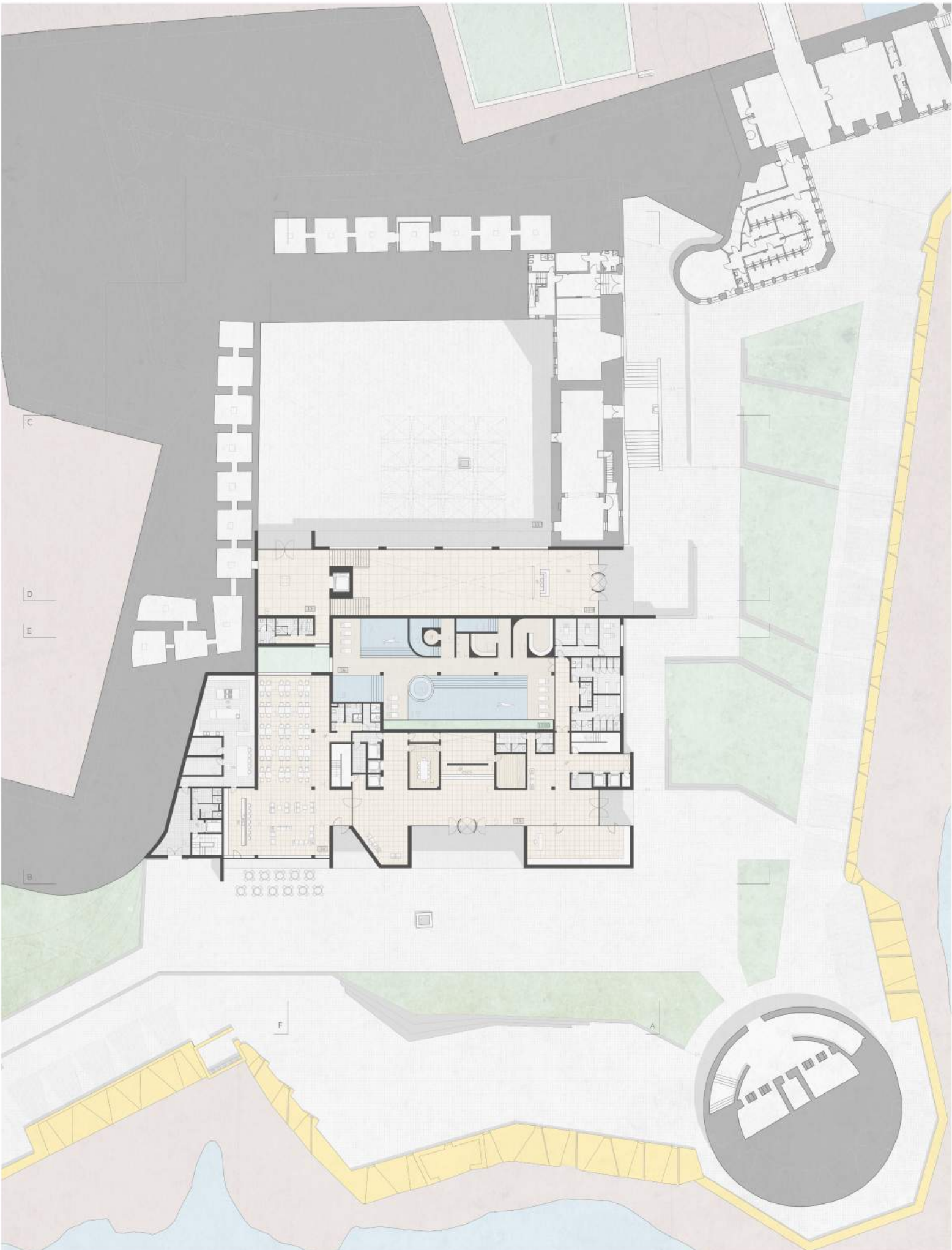
PLANTA LOCALIZAÇÃO 1/5000

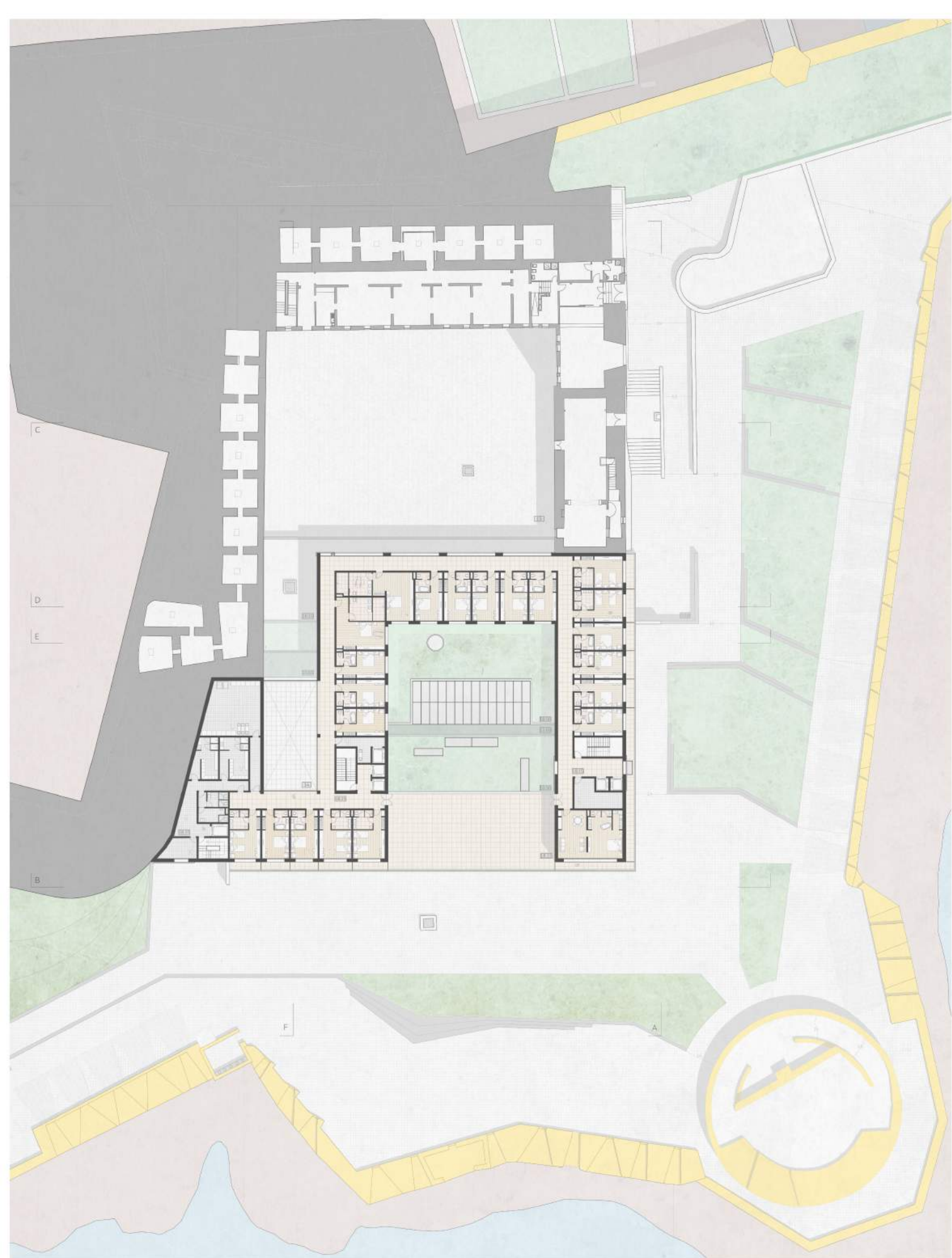


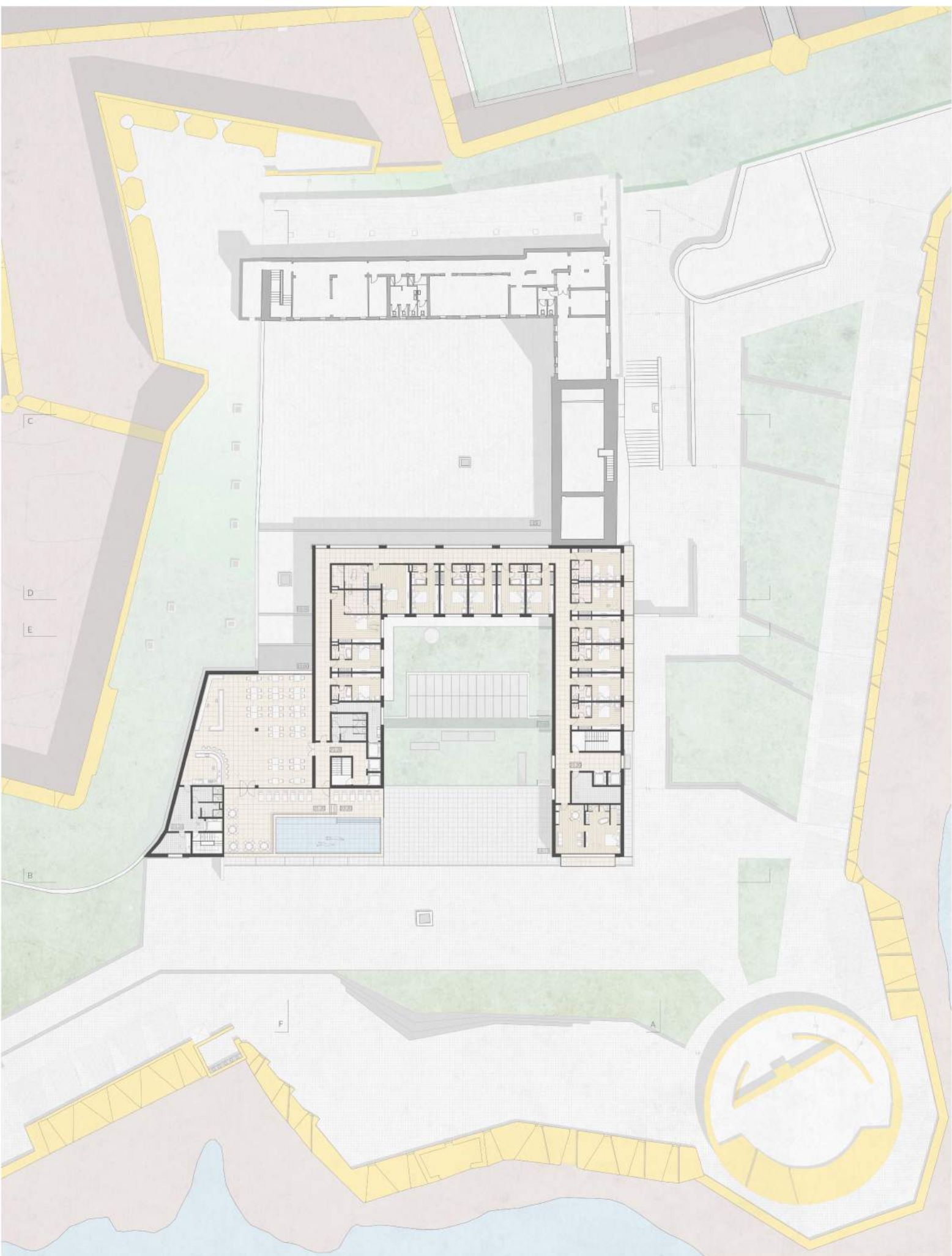


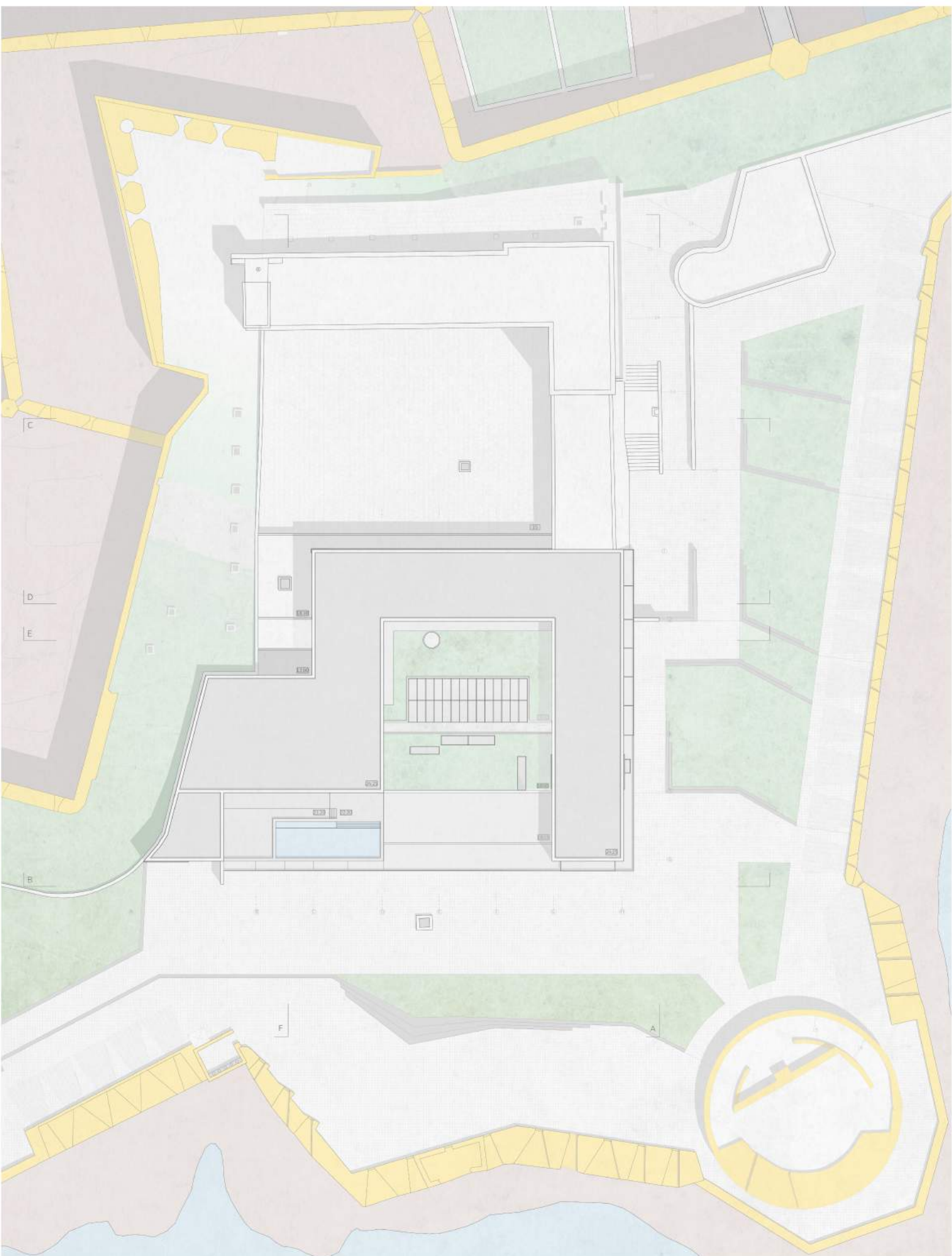


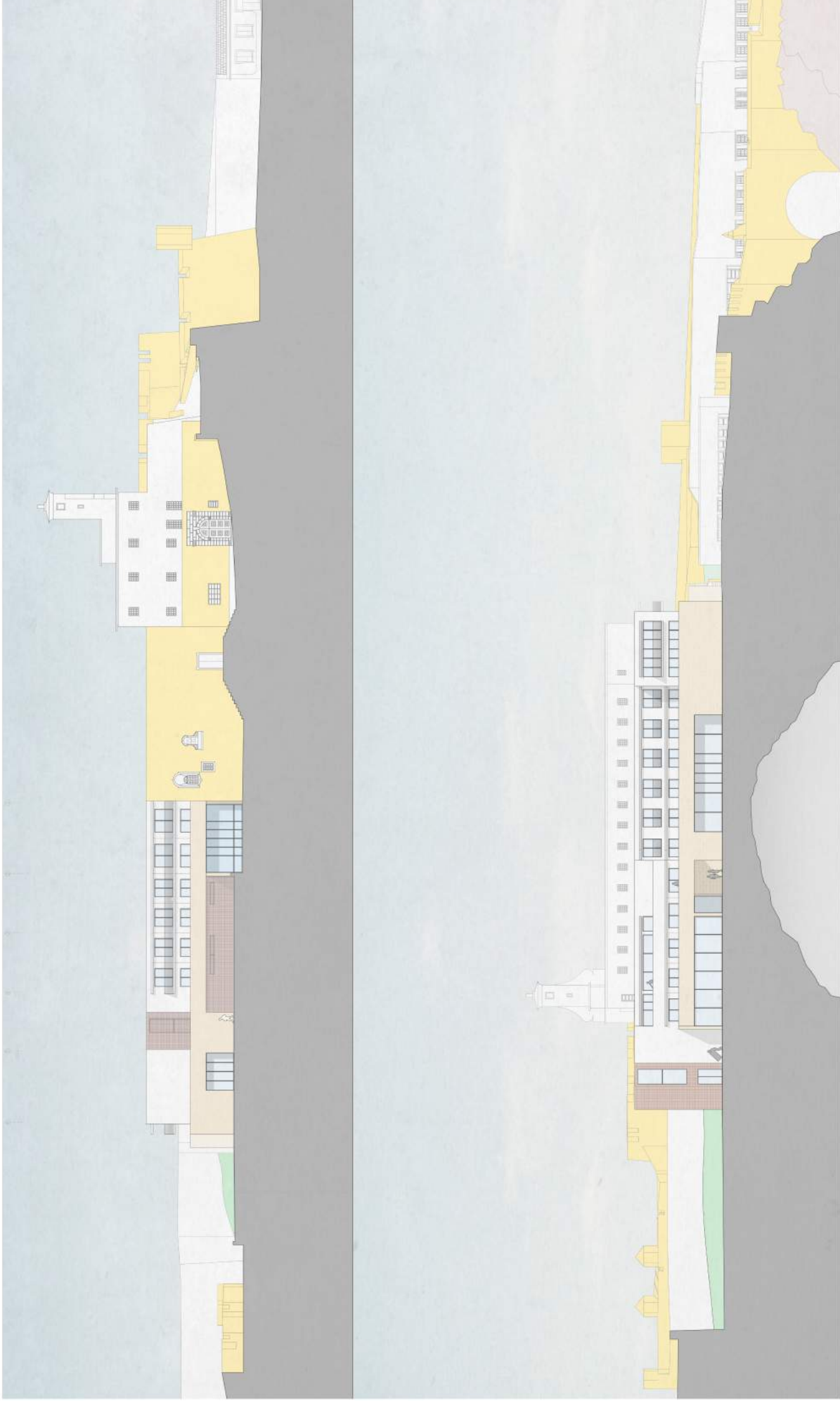










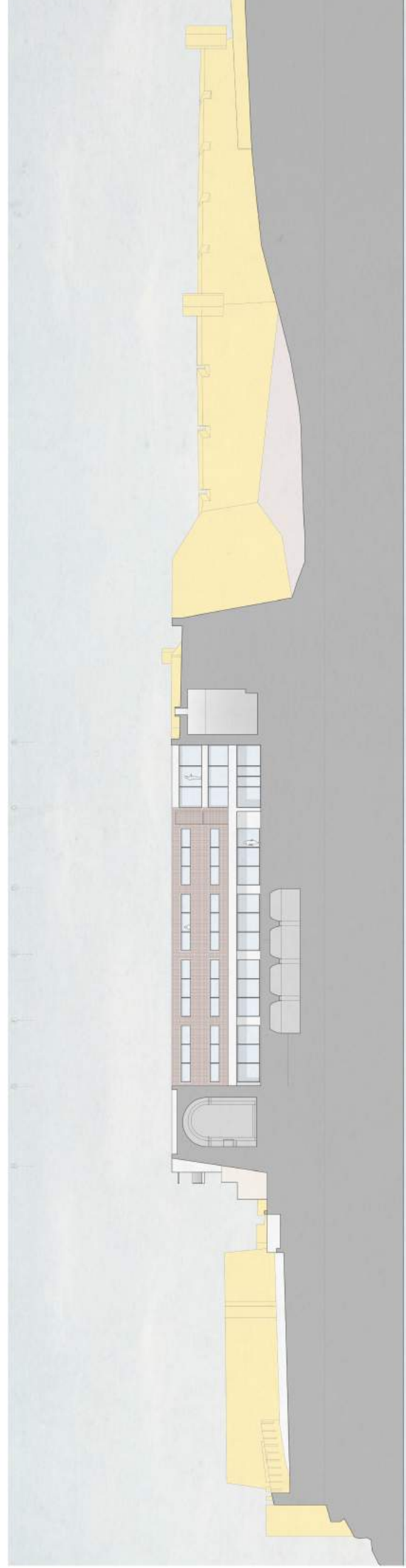


(RE) DESENHAR O PATRIMÓNIO
REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMÓNIAL DA CIDADELA DE PENICHE
FAUL | PROJETO FINAL DE ARQUITETURA | ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO SILVA PINTO

ALÇADO A - A'
ALÇADO B - B'

1/200

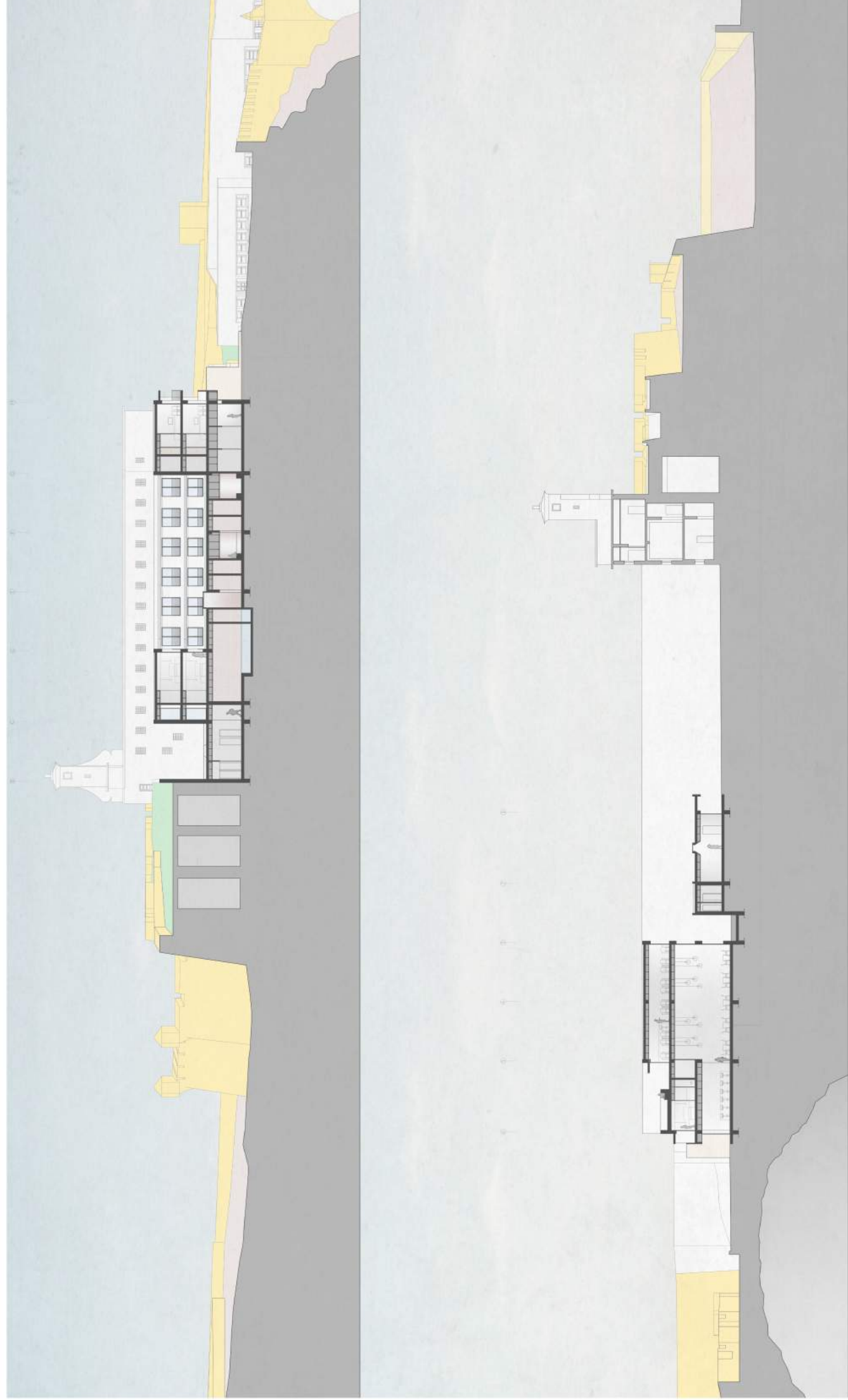
VISTA PARA SUDESTE
VISTA PARA SUDESTE



(RE) DESENHAR O PATRIMÓNIO
REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMONIAL DA CIDADELA DE FENICHE
FAULI | PROJETO FINAL DE ARQUITETURA | ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO SILVA PINTO

CORTE C - C'
CORTE D - D'

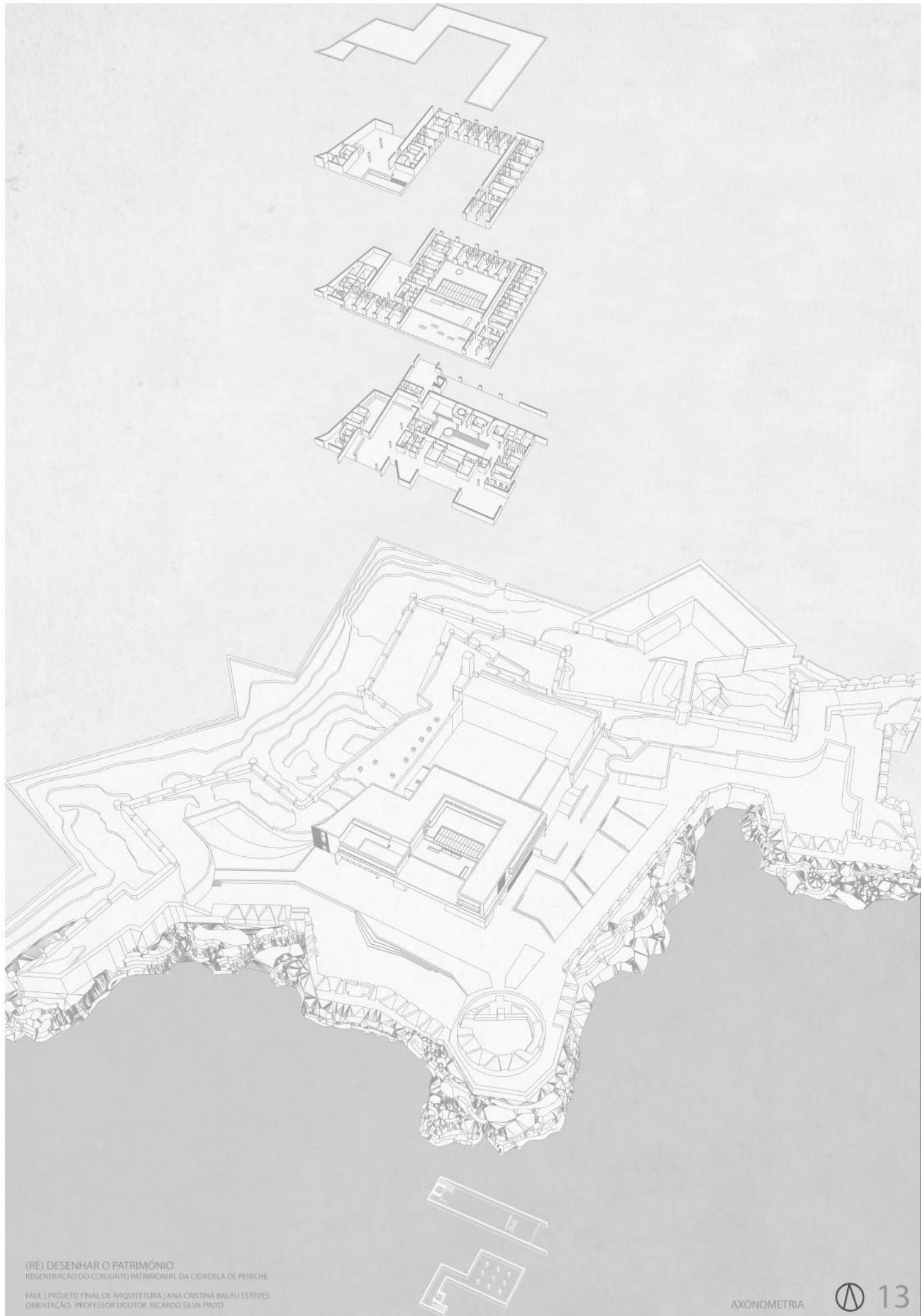
ESCALA 1/200



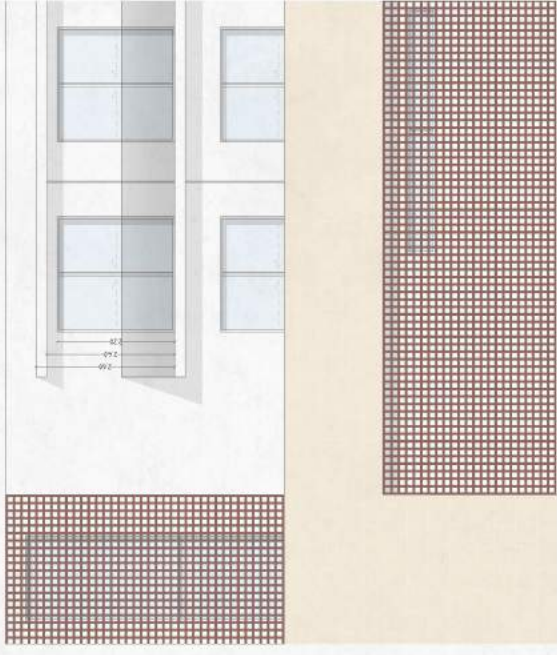
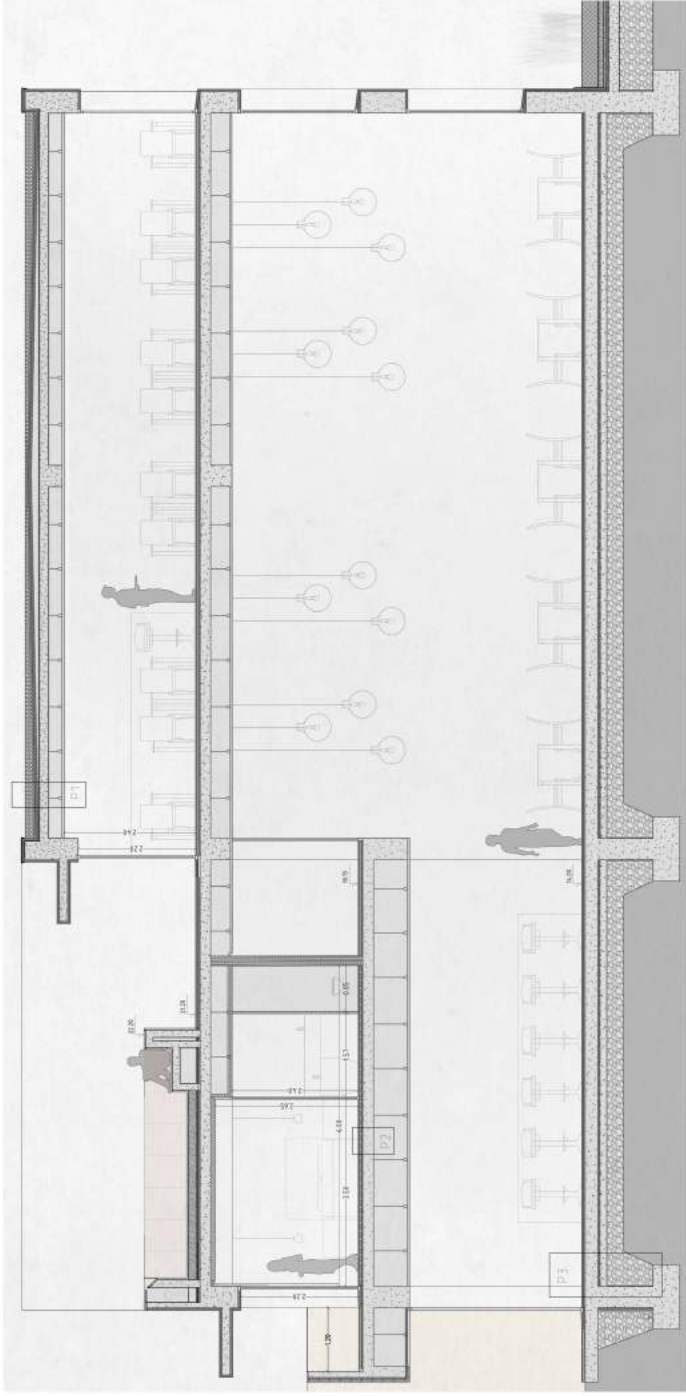
(RE) DESENHAR O PATRIMÔNIO
REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMONIAL DA CIDADELA DE FENICHE
FAUL I PROJETO FINAL DE ARQUITETURA | ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
ORIENTAÇÃO - PROFESSOR DOUTOR RICARDO SILVA PINTO

CORTE E-E'
CORTE F-F'

ESCALA 1/200



(RE) DESENHAR O PATRIMÓNIO
REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMONIAL DA CIDADELA DE PENICHE
FAUL | PROJETO FINAL DE ARQUITETURA | ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO SILVA PINTO



PORMENORES CONSTRUTIVOS

CORTE 1/50

P1 | COBERTURA DE EDIFÍCIO, COMPOSTA POR GARAFIM, MANTA GEOTÊXTEL, ISOLAMENTO TÉRMICO TIPO ROOFPAK, TELA DE IMPERMEABILIZAÇÃO, CAMADA DE FORMAÇÃO DE PENDENTE DE ENCONTRO COM CALDEIRA, LATA DE DRENAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, ASSENTOS SOBRE LAJE DE BETÃO ARMADO, PUNTIÇÃO COM CIMENTADO DE CUNHA VERTICAL.

P2 | PAVIMENTO DE QUARTER COMPOSTO POR SOLAJO DE MADEIRA COM SISTEMA DE PAVIMENTO BACIANTE E PAVIMENTO DE PAVIMENTO DE PEDRA CALÇADA COM COLÉTILO DE FIBRA DE VIDRO SOBRE BETONILHA DE RESINA, REZAÇÃO EM LAJE DE BETÃO ARMADO, TUDO SOBRE CANTONEADO.

P3 | PORMENOR DE FUNDAÇÃO COM PAVIMENTO DE PEDRA CALÇADA COM ACABAMENTO AMACIADO, CIMENTO ANASSAR DE BETÃO, MANTA GEOTÊXTEL, ENCRUAMENTO, GEODRENAGEM, SARRAFA DE FUNDAÇÃO.

ALÇADO 1/50

P4 | FACHADA VENTILADA DE PEDRA CALÇADA 30MM COM ACABAMENTO BRANCO COM SISTEMA DE DUA CAMADAS DE PINTURA EM ACRÍLICO, REVESTIMENTO DE PEDRA CALÇADA 30MM COM ACABAMENTO BRANCO COM INCLINAÇÃO PARA O EXTERIOR, REVESTIMENTO DE PEDRA CALÇADA 30MM COM ACABAMENTO BRANCO COM INCLINAÇÃO PARA O INTERIOR, EM PVC COM ACABAMENTO A SIMULAR ACO CORTEIXA, GUARDAS DE VIDRO TEMPERADO LAMINADO.

PLANTA 1/50

P4 | PAREDE DE ALVENARIA COM REVESTIMENTO DE GESSO COM ESTRUTURA METÁLICA COMPOSTA POR PLACAS DE GESSO CANTONEADO, GABRIOLA E LAJE DE ROCHA.

P5 | PAREDE DE ALVENARIA EXTERIOR CONSTITUÍDA POR TUDO DE 14CM, CAIXA DE ARDE 70CM TUDO DE 14CM, CAIXA DE ALVENARIA EXTERIOR CONSTITUÍDA POR TUDO DE 14CM, CAIXA DE ARDE 70CM INTERIOR REBOCADURA E PINTURA A COR BRANCO PÉLO LADO INTERIOR REBOCADURA E PINTURA A COR BRANCO PÉLO EXTERIOR.

(RE) DESENHAR O PATRIMÓNIO
 REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMÓNIAL DA CIDADELA DE PENICHE
 PAUL | PROJETO FINAL DE ARQUITETURA | ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
 ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO SILVA PINTO



(RE) DESENHAR O PATRIMÓNIO
REGENERAÇÃO DO CONJUNTO PATRIMONIAL DA CIDADELA DE FENICHE
FAJUL | PROJETO FINAL DE ARQUITETURA | ANA CRISTINA BALAU ESTEVES
ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO SILVA PINTO

PEÇAS TRIDIMENSIONAIS

